



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Guilherme da Silva Sant'Anna

**As psicoterapias humanistas e existenciais e o pagamento em dinheiro: qual
é o preço da relação terapêutica?**

Rio de Janeiro

2022

Guilherme da Silva Sant'Anna

As psicoterapias humanistas e existenciais e o pagamento em dinheiro: qual é o preço da relação terapêutica?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo

Coorientador: Dr. Fernando da Rocha Magliano

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Sant'Anna, Guilherme da Silva.
As psicoterapias humanistas e existenciais e o pagamento em dinheiro: qual é o preço da relação terapêutica? / Guilherme da Silva Sant'Anna. – 2022.
92 f.

Orientadora: Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo
Coorientador: Fernando da Rocha Magliano
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

1. Psicologia Social – Teses. 2. Clínica – Teses. 3. Hermenêutica – Teses. I. Feijoo, Ana Maria Lopez Calvo de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

es

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Guilherme da Silva Sant'Anna

**As psicoterapias humanistas e existenciais e o pagamento em dinheiro: qual é o preço da
relação terapêutica?**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Aprovada em 11 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo (Orientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Dr. Fernando da Rocha Magliano (Coorientador)

Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro – IFEN

Prof.^a Dra. Joanneliese de Lucas Freitas

Universidade Federal do Paraná

Prof.^a Dra. Renata Patricia Forain de Valentim

Instituto de Psicologia - UERJ

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo, pela colaboração nesta pesquisa, sobretudo por sua confiança em mim e por sua dedicação à docência. O comprometimento e a habilidade com o ensino da professora Ana me inspiram desde a minha graduação, fazendo-me grato por participar da relação afetiva que construímos.

Ao meu coorientador, Fernando da Rocha Magliano, pela leitura cuidadosa do texto e pelas valiosas ponderações. Seu auxílio proporcionou considerável refinamento nas reflexões e na redação desta dissertação.

Às professoras da banca examinadora, Joanneliese de Lucas Freitas e Renata Patricia Forain de Valentim, pelo interesse na minha pesquisa e por suas importantes contribuições.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS - UERJ), principalmente por seu corpo docente e discente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa, algo bastante significativo para mim, ainda mais neste período difícil pelo qual passa a ciência brasileira.

À minha família, meus pais, Jorge José de Almeida Sant'Anna e Luciene da Silva Sant'Anna, minha irmã, Letícia da Silva Sant'Anna, e minha avó, Maria do Carmo Almeida Sant'Anna. Seu cuidado e amparo oportunizaram que eu fizesse esta pesquisa e muito mais.

À minha companheira, Roberta Teixeira dos Santos Correia Paulo, por ser minha melhor amiga. Sua parceria foi crucial e particularmente importante durante a pandemia COVID-19, ajudando-me não só com a execução da pesquisa, mas a superar dificuldades diversas e a manter a esperança viva. Agradeço, em suma, pelo seu amor.

Aos meus amigos, especialmente Flávio Breno Cruz Formigosa, Yan Sousa de Almeida, Victor Portavales Silva e Thaís Barroso Duarte, pela parceria desde a graduação na UERJ. Também, por continuarmos íntimos mesmo em tempos de distanciamento social.

Às pessoas que atendi como psicoterapeuta, as quais, além de me tornarem profissionalmente realizado, fazem-me melhorar como ser humano.

A quem, direta ou indiretamente, tenha partilhado do meu caminhar.

Dinheiro compra até amor verdadeiro.

Nelson Rodrigues

RESUMO

SANT'ANNA, Guilherme da Silva. *As psicoterapias humanistas e existenciais e o pagamento em dinheiro: qual é o preço da relação terapêutica?*. 2022. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A presente dissertação tem por objetivo problematizar as possíveis repercussões da relação de pagamento em dinheiro na relação psicoterapêutica. Para tanto, o percurso da pesquisa se dá em uma revisão bibliográfica dividida em duas partes: primeiro, abordando a psicoterapia e a relação psicoterapêutica; depois, acerca dos pagamentos em dinheiro e do capitalismo contemporâneo. Tendo em consideração a constituição histórica da psicoterapia no ocidente e suas principais ramificações teóricas, são apresentadas as noções de relação terapêutica tais como Carl Rogers, Rollo May e Irvin Yalom, três autores da terceira força da Psicologia, as desenvolvem em suas obras escritas. Em seguida, aborda-se as relações de pagamento, salientando-se sua constituição histórica e as especificidades que essas relações e o dinheiro assumem no contemporâneo. Por fim, uma reflexão crítica sobre a interação entre relação terapêutica e pagamento em dinheiro é empreendida. Analisando-se tal interação à luz dos elementos expostos na revisão anterior, pode-se notar incongruências entre os pressupostos quanto à relação terapêutica e a características do pagamento em dinheiro das sessões de psicoterapia, bem como possíveis prejuízos e benefícios à relação advindos da existência e configuração do pagamento.

Palavras-chave: Psicoterapia. Relação terapêutica. Pagamento. Dinheiro.

ABSTRACT

SANT'ANNA, Guilherme da Silva. *Humanistic and existential psychotherapies and the money payment: what is the therapeutic relationship's price?.* 2022. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The present dissertation aims to problematize the possible repercussions of the money payment relationship in the psychotherapeutic relationship. To this end, the course of the research takes place in a bibliographic review divided in two parts: first, approaching psychotherapy and the psychotherapeutic relationship; then, money payments and contemporary capitalism. Considering western's psychotherapy historical constitution and its main theoretical branches, the notions of therapeutic relationship as Carl Rogers, Rollo May and Irvin Yalom, three authors from the third force in Psychology, develop in their written works, are presented. Then, the payment relations are addressed, highlighting their historical construction and the specificities that they assume in the contemporary world. Finally, a critical reflection on the interaction between the therapeutic relationship and money payment is undertaken. Analyzing this interaction to the light of the elements in the previous review, inconsistencies can be noted between the assumptions regarding the therapeutic relationship and the characteristics of money payments to psychotherapy sessions, as well as possible prejudices and benefits derived from the payment's existence and configuration to the relationship.

Keywords: Psychotherapy. Therapeutic relationship. Payment. Money.

SUMÁRIO

	PRÓLOGO	8
	INTRODUÇÃO	11
1	AS PSICOTERAPIAS NO OCIDENTE: FENÔMENO MODERNO COM ORIGENS ANTIGAS	20
1.1	As duas primeiras forças da Psicologia: Psicanálise e Behaviorismo	27
1.2	A terceira força da Psicologia: a relação psicoterapêutica como o cerne de psicoterapias humanistas e existenciais	30
1.2.1	<u>Carl Rogers e a Abordagem Centrada na Pessoa</u>	36
1.2.2	<u>Rollo May e a Psicologia Existencial</u>	39
1.2.3	<u>Irvin Yalom e a Psicoterapia Existencial</u>	43
1.3	A inserção das/os psicólogas/os no campo das psicoterapias e algumas problematizações possíveis	46
2	PAGAMENTOS EM DINHEIRO: A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS	48
2.1	O mito do escambo	49
2.2	Dinheiro e capitalismo contemporâneos	52
3	A CONVERGÊNCIA DA RELAÇÃO TERAPÊUTICA E DA RELAÇÃO DE SERVIÇO NA PSICOTERAPIA	58
3.1	O limitado esclarecimento de pressuposições das/os psicoterapeutas	59
3.2	A problemática da efetivação dos ideais referentes à relação terapêutica	59
3.2.1	<u>A condicionalidade do pagamento e o ideal de consideração positiva incondicional</u> ..	62
3.2.2	<u>A autenticidade de uma presença dependente de pagamento</u>	63
3.2.3	<u>A genuinidade de uma preocupação remunerada</u>	65
3.3	A inspiração romântica nos ideais de relação terapêutica	68
3.4	Implicações do pagamento em dinheiro na relação terapêutica	71
3.4.1	<u>A possível objetificação da relação terapêutica</u>	71
3.4.2	<u>O pagamento em dinheiro como evidenciador de modos de relação</u>	74
3.4.3	<u>O acesso à psicoterapia</u>	77
3.5	Relações de poder numa sociedade capitalista: o capital cultural segundo Pierre Bourdieu	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	87

PRÓLOGO

O tema deste trabalho me toca em minha vida pessoal. Com isso quero dizer que a questão surgiu da minha vida e que não seria possível para mim, neste momento, dedicar-me a curiosidades puramente intelectuais, pois sinto a urgência de atender àquilo que me afeta. Entrei no mestrado porque a questão já havia me fisgado, e porque nele tinha a chance de respondê-la de duas formas: primeiro, por meio da obtenção de uma bolsa de estudos; outra, pela elaboração de uma pesquisa que expusesse os meandros dessa problemática que diz respeito a mim, mas também a outras pessoas.

Como diversas pessoas jovens, há alguns anos sinto com mais vigor a pressão da produção, de conseguir um emprego e o que chamam de independência, autonomia. Essa independência e autonomia estão, neste mundo em que vivemos, na vida urbana, ligados a quanto dinheiro se tem. É certo que não exclusivamente ao dinheiro, mas a diversos fatores como raça, gênero, idade, entre outros. Da minha posição, no entanto, o que pesava era o dinheiro. Provavelmente por ser um homem adulto, branco, não-deficiente, eu não tinha questões que, para outras pessoas, podem ser mais relevantes que a falta de dinheiro. Contudo, é fácil notar que, também para essas pessoas, o dinheiro costuma ser relevante para determinar uma série de circunstâncias: onde se pode morar, o que se vai comer, quais lugares e experiências se podem ter acesso etc.

Vivendo essa pressão, sentia-me um estrangeiro em minha própria casa. Que era, afinal, esta coisa capaz de proporcionar tanto a quem a possui, coisa esta cuja falta me causava uma sensação de ainda não ser pertencente ao mundo adulto? E por que as pessoas eram tão marcadas em função desta coisa? De onde veio, quem cria, quem distribui, e como adquiriu este caráter quase sagrado, como um indicador de valor das pessoas mesmas?

Com um pouco de leitura não foi difícil entender que, mesmo que seja tratada com naturalidade, nossa relação com o dinheiro nem sempre foi assim. Mas essa compreensão não é banal, primeiro porque é comum que nós consideremos o mundo de hoje um tanto natural, como se tudo aquilo que existe hoje não tivesse uma história. Segundo, porque os efeitos de nossa relação com dinheiro ser desse modo são concretos, afetam-nos diretamente quando determinam onde vamos morar, o que vamos comer, com quem vamos nos relacionar etc. Talvez, por afetar tão ampla e intensamente nossas vidas, cheguemos a considerar o dinheiro com uma naturalidade semelhante à da água e do ar.

Isso me incomodava: perceber o dinheiro, uma criação humana, sendo tratada como vital e determinante para as pessoas. A pesquisa parte, então, de uma inquietação na qual

estou inserido, e que veio crescendo com o tempo e na medida em que eu adquiria mais informações. Perturbava-me, na minha prática como psicoterapeuta, ter o dinheiro como mediador de uma relação que, ao menos para mim, estava para além do mero comércio. Percebi, ao conversar sobre o tema com colegas de profissão, uma inquietação meio indefinida, uma certa dificuldade de cobrar pelo que fazem, de entender o que é o dinheiro, de estipular valores e de articular a relação terapêutica a um serviço pago. Essa inquietação indefinida é bem representada pela imagem de uma dor abdominal ainda não muito bem delimitada - pode ser no estômago, no fígado, rins ou intestino - há um desconforto, sabemos a região, mas não dá para localizar exatamente. É nesse sentido que vai a investigação, no de conhecer melhor esse desconforto e tentar localizá-lo, para, talvez, encontrar um caminho que o amenize.

Está evidente o meu ponto de partida: um desconforto, um incômodo despontado na minha vida pessoal e profissional. No entanto, quando penso na tarefa de responder a essa questão, especialmente num contexto de distanciamento social por conta da pandemia da COVID-19, o caminho não é tão óbvio. Uma pesquisa qualitativa com psicoterapeutas e pacientes, mesmo que à distância? Uma revisão sistemática da literatura, que investigue como os estudos sobre psicoterapias abordam a questão do pagamento em dinheiro, ainda que haja grandes diferenças entre as abordagens? O caminho que me apareceu foi o de me manter mais próximo do local de nascimento do problema de pesquisa, tentando reunir elaborações de autores que fundamentam a abordagem psicoterápica com que trabalho, bem como as de autores que pensam sobre o dinheiro e o capitalismo. Não espero que essa aproximação, mais teórica do que prática, dê conta do problema de maneira total. Contudo, julgo que ela pode ser um bom princípio para definir o incômodo e apontar, a partir da articulação dos elementos encontrados, tópicos sensíveis. Espero que a reflexão crítica possa desnaturalizar algo visto como comum, esclarecendo algumas interações entre relação terapêutica e relação de serviço.

Na esteira desse esforço de desnaturalização se funda, também, nossa adoção de uma perspectiva inclusiva de gênero na escrita deste texto, em vez de usarmos a predominância do masculino, a qual é considerada gramaticalmente correta em língua portuguesa. Tal perspectiva já encontra amparo em outras instituições de ensino superior no Brasil, como, por exemplo, na Universidade Federal de São Paulo (ELIAS, 2021). Essa escolha se justifica pelo objetivo de inclusão, pelo fato de a Psicologia ser predominantemente feminina no Brasil. Outrossim, porque, do mesmo modo como buscamos problematizar a inevidente articulação entre relação terapêutica e pagamento em dinheiro, consideramos relevante lembrar das relações de poder na forma como usualmente falamos nosso idioma. Por esses motivos,

julgamos importante que a escrita fosse feita dessa forma, embora este trabalho não se detenha propriamente em questões de gênero e, ademais, saibamos da insuficiência mesmo dessa perspectiva que inclui o feminino, por não contemplar as pessoas que não se identificam com essa lógica binária de gênero. Advertimos, então, que, quando necessário, as formas femininas e masculinas estarão indicadas no corpo do texto separadas por barras “/”, como em “psicólogas/os” ou “algumas/ns”.

Em resumo, o que me motiva a pesquisar, num sentido mais pessoal, é a vontade de responder às minhas questões já expostas, as quais fazem parte da minha vida. Também, mas em relação ao campo das psicoterapias, motiva-me saber que esta pesquisa pode contribuir com a reflexão sobre a articulação não tão bem explícita entre relação psicoterapêutica e relação de pagamento.

Possuo o desejo de desempenhar meu ofício da melhor maneira que posso às pessoas que buscam psicoterapia e a esperança de, com a crítica, evidenciar problemas contemporâneos. Dessa forma, penso exercer um otimismo de pés fincados no chão, pois é conhecendo onde se pisa que se pode decidir para onde se vai. É preciso, portanto, saber as especificidades do capitalismo contemporâneo, saber também que dinheiro é esse, como seu emprego afeta as relações no geral e, no nosso caso, na psicoterapia, para que se possa pensar em alternativas melhores.

INTRODUÇÃO

Uma boa forma de apresentar uma investigação é começar pelo problema de pesquisa que a instaura. No entanto, para compreendermos bem o problema de pesquisa é preciso entendermos, antes, os elementos que o compõem. Aqui temos os três principais: psicoterapia, relação psicoterapêutica e pagamento em dinheiro. Iniciemos, então, uma breve exposição dos elementos centrais desta pesquisa pela psicoterapia. Cordioli, no livro “Psicoterapias: abordagens atuais” (2008, p. 21), fornece uma definição.

A psicoterapia é um tratamento primariamente interpessoal, baseado em princípios psicológicos, que envolve um profissional treinado e um paciente ou cliente portador de transtorno mental, problema ou queixa, o qual solicita ajuda. O tratamento é planejado pelo terapeuta com o objetivo de modificar o transtorno, problema ou queixa e é adaptado a cada paciente ou cliente em particular.

Entendida desta forma, a psicoterapia¹ pode ser situada como algo que nasce entre os séculos XIX e XX, com “origens na medicina antiga, na religião, na cura pela fé e no hipnotismo” (CORDIOLI, 2008, p. 19). Era inicialmente restrita a psiquiatras, mas, no século XX, a psicoterapia passou a ser praticada por profissionais de várias outras áreas, sob modelos e métodos diversos entre si. Segundo Holanda (2012, p. 7),

o campo das psicoterapias aponta para um conjunto complexo de modos de compreensão e de atuação, para um campo onde coexistem elementos das mais diversas áreas do saber e, na atualidade, para um repertório que transcende profissões. Esta complexidade se expressa pelo próprio modo de constituição desse campo ao longo da história e mesmo em nosso país.

Diversidade, interdisciplinaridade e complexidade marcam esse campo, o que justifica o uso do plural *psicoterapias* e dificulta determinações muito estritas de seu sentido. A grande diversidade epistemológica e metodológica existente no campo das psicoterapias aparece no fato de existirem, atualmente, mais de 250 modalidades distintas de psicoterapia, descritas em milhares de livros e artigos científicos (CORDIOLI, 2008, p. 20). Isso resulta em teorias e práticas bastante diferentes entre si, por vezes conflitantes ou até mesmo opostas. Apesar dessa pluralidade, podemos pontuar alguns componentes comuns às psicoterapias. Frank afirma ser comum a todas as psicoterapias

uma relação de confiança e emocionalmente carregada com uma pessoa treinada para ajudar - isto é, um/a profissional. A/O paciente deixa-se tornar dependente da/o terapeuta para ajudá-la/o por conta de sua confiança na competência da/o terapeuta, em sua boa vontade e em seu desinteresse. A/O paciente confia que a/o terapeuta

¹ Ao longo desta dissertação, os termos “psicoterapia” e “terapia” serão usados como sinônimos, assim como “psicoterapeuta” e “terapeuta”, e “relação psicoterapêutica” e “relação terapêutica”, a fim de evitar repetições de palavras que pudessem cansar quem lê o texto

não irá explorá-la/o ou rejeitá-la/o; ou seja, a/o paciente tem confiança no profissionalismo da/o terapeuta² (FRANK, 1985, p. 1-2, tradução nossa).

Essa relação de confiança costuma ser considerada fundamental para a ocorrência da psicoterapia e, a partir de cada formulação teórica, encontramos descrições de suas características e condições. Trata-se de algo tão central que, para algumas abordagens, caso essa relação não ocorra de certa forma ou não possua determinadas características, não se considera que a terapia seja possível. Isso nos leva a um outro ponto central desta pesquisa: a relação psicoterapêutica.

No âmbito da relação psicoterapêutica também aparece a diversidade teórica, com diferentes concepções de relação, bem como do que poderia ser terapêutico em uma relação. Nesta pesquisa vamos nos debruçar sobre os trabalhos de alguns pensadores da psicoterapia, mais especificamente daquela que se convencionou chamar de terceira força da Psicologia, para podermos refletir sobre suas concepções de relação terapêutica articuladas ao problema do pagamento em dinheiro. A escolha por autores dessa área se deve à minha aproximação com ela, e também por haver uma problemática na articulação entre alguns aspectos das concepções de relação terapêutica para pensadores da terceira força e o pagamento das sessões.

A denominação *terceira força da Psicologia* surgiu no pós Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, quando

algumas/ns psicólogas/os americanas/os raivosamente expressaram seu descontentamento com o monopólio do comportamentalismo sobre a psicologia americana. Por sugestão de Abraham Maslow, elas/es se referiram a si mesmas/os como uma "terceira força" da psicologia (as outras forças sendo o comportamentalismo e a psicanálise) e fundaram a psicologia humanista³ (DECARVALHO, 1992, p. 124, tradução nossa).

DeCarvalho considera a institucionalização da Psicologia humanista como um produto do trabalho e da reputação de psicólogas/os chave do período, com destaque especial para o entusiasmo de Abraham Maslow e à capacidade organizacional de Anthony Sutich.

No início, o único terreno comum compartilhado por esse grupo eclético era a disposição de fazer algo a respeito de sua profunda insatisfação com a presença dominadora do behaviorismo e da psicanálise na psicologia americana de meados do século XX. Quando a psicologia humanista atingiu a maturidade, entretanto, as

² No original: An emotionally charged, confiding relationship with a trained helping person--that is, a professional. The patient lets himself become dependent on the therapist for help because of his confidence in the therapist's competence, good will and disinterestedness. The patient trusts the therapist not to exploit or reject him; that is, the patient has confidence in the therapist's professionalism.

³ No original: American psychologists angrily voiced their discontent with the monopoly of behaviorism over American psychology. Upon Abraham Maslow's suggestion they referred to themselves as a "third force" psychology (the other forces being behaviorism and psychoanalysis) and founded humanistic psychology.

declarações afirmativas substituíram o mero protesto e algumas/ns psicólogas/os humanistas se destacaram por causa de seus papéis de liderança e porque seu pensamento psicológico foi buscado para inspiração intelectual e legitimação. As hipóteses de crescimento de Maslow e Rogers, a teoria da personalidade de Gordon Allport e as psicologias de orientação existencial e fenomenológica de Rollo May e James Bugental foram algumas das que chegaram à vanguarda da psicologia humanista⁴ (DECARVALHO, 1992, p. 124-125, tradução nossa).

A terceira força da Psicologia foi iniciada, portanto, como um movimento de insatisfação com uma Psicologia excessivamente psicopatológica ou objetificante. Porém, foi se constituindo como um novo paradigma, com elaborações próprias a respeito da existência humana e novas propostas terapêuticas. Assim sendo, as concepções de relação terapêutica desenvolvidas por pensadores da terceira força, as quais interessam à nossa investigação, diferenciam-se em relação às concepções da Psicanálise freudiana e do Behaviorismo.

O Behaviorismo sustenta a terapia comportamental, para a qual a relação entre terapeuta e paciente é importante, apesar de receber pouco enfoque nos escritos dessa área (PIETA, 2014, p. 25). Ela é considerada necessária para a aplicação das técnicas, além de ajudar “a elevar as expectativas do paciente e [prover] uma base lógica para os métodos do tratamento e confirmação do cliente” (PIETA, 2014, p. 25); para a Psicanálise, por sua vez, existe a conceitualização de que a relação é a que possibilita a transferência, e nela pode haver a repetição de experiências infantis.

Para as vertentes humanistas e existenciais da terceira força da Psicologia a relação terapêutica é considerada, de uma forma geral e fundamentalmente, um relacionamento humano, não uma relação entre alguém saudável e outra pessoa doente, ou entre especialista e leiga/o. Ela corresponde a um tipo de relação específica entre seres humanos, capaz de favorecer transformações e de ser terapêutica, ou seja, de promover algum tipo de cura. Rice e Greenberg (1992) apontam que a relação terapêutica proveniente de um relacionamento humano genuíno é considerada, pelas/os humanistas, como um agente de cura em si mesmo e, para as/os existencialistas, como um ingrediente crucial da terapia e de difícil definição, por ser, essencialmente, um modo de estar com a/o cliente ou paciente. No que diz respeito às características da relação terapêutica, pressupostos diversos são apresentados, por exemplo: congruência entre pensamento e expressão, consideração positiva incondicional e

⁴ No original: At first the only common ground shared by this eclectic group was a willingness to do something about their deep dissatisfaction with the domineering presence of behaviorism and psychoanalysis in mid-century American psychology. When humanistic psychology came to maturity, however, affirmative statements replaced mere protest and a number of humanistic psychologists stood out because of their leadership roles and because their psychological thought was sought for intellectual inspiration and legitimization. The growth hypotheses of Maslow and Rogers, the personality theory of Gordon Allport, and the existential and phenomenological-oriented psychologies of Rollo May and James Bugental were some of those that came to the forefront of humanistic psychology.

compreensão empática por parte do terapeuta (ROGERS, 2017), uma presença autêntica (MAY, 1986a), a aceitação sem julgamento e comprometimento autêntico (YALOM, 1980).

As concepções de relação terapêutica para Carl Rogers, Rollo May e Irvin Yalom, três autores influentes na terceira força da Psicologia e que escreveram bastante sobre essa temática, podem conflitar com o fato de a psicoterapia acontecer num contexto de pagamento em dinheiro. Compreensão empática, aceitação sem julgamento e presença autêntica são alguns dos elementos da relação terapêutica citados por esses autores que provocam estranhamento quando pensamos que a terapia é remunerada, uma vez que a remuneração pode modular a efetivação desses elementos.

Vamos, então, ao último componente da problemática desta pesquisa: a relação de pagamento em dinheiro. No mundo de hoje, estamos familiarizadas/os com a ação de pagar a alguém por um serviço, ou de pagar por um produto. Muitas das nossas interações com outras pessoas são baseadas em grande parte numa troca comercial. Quando vamos a um restaurante, por exemplo, podemos nem conhecer quem trabalha lá, mas pedimos um prato, alguém o prepara, comemos a comida, pagamos em dinheiro e depois vamos embora. Quando contratamos um serviço de *internet*, quando pagamos pela água tratada que sai da torneira, quando vamos à feira comprar frutas, estamos envolvidas/os na compra e venda de produtos e serviços.

O pagamento está associado, então, à retribuição por um serviço prestado, com a quitação de uma dívida. Mesmo que, ao menos hoje, as relações de pagamento costumem parecer neutras e naturais, como se indivíduos livres simplesmente pudessem escolher comprar ou vender coisas por dinheiro, nem sempre as relações de troca, cooperação e competição entre humanos foram assim. Para que a noção de pagamento faça sentido, algumas outras noções como a de propriedade, de retribuição, de moeda e de justiça são necessárias.

A origem da palavra *pagar* é curiosa, pois vai no sentido contrário de algo neutro ou que não tenha uma certa tensão. Pagar vem do latim “*pacare*, apaziguar; [...] quem paga aplaca as iras do credor” (NASCENTES, 1955, p. 373). Segundo o dicionário latino-português, *pacare* significa “1 pacificar (depois de ter vencido) 2 domar, submeter vencer” (FARIA et. al., 1962, p. 692). Em síntese, pagar diz respeito a pacificar algo que antes estava em disputa, em conflito.

Trazendo grandes contribuições para a questão do pagamento, o estudo de David Graeber (2011) sobre a história da dívida mostra transformações pelas quais as relações humanas passaram e como a noção de dívida foi construída. Graeber propõe uma pergunta

interessante: “O que significa quando reduzimos as obrigações morais a dívidas? O que muda quando uma se torna a outra?”⁵ (2011, p. 13, tradução nossa). O antropólogo observa que uma dívida é uma obrigação de pagar uma certa quantia em dinheiro, o que ajuda a esclarecer as relações de pagamento. Entendemos que, numa dívida financeira, há a transformação de algo plural, isto é, a relação de obrigação moral entre as pessoas, em algo da ordem do numérico, do cálculo.

Em um nível, a diferença entre uma obrigação e uma dívida é simples e óbvia. Uma dívida é a obrigação de pagar uma certa quantia de dinheiro. Como resultado, uma dívida, ao contrário de qualquer outra forma de obrigação, pode ser precisamente quantificada. Isso permite que as dívidas se tornem simples, frias e impessoais - o que, por sua vez, permite que sejam transferíveis. Se alguém deve um favor, ou uma vida, a outro ser humano - é devido a essa pessoa especificamente. Mas se alguém deve 40 mil dólares a juros de 12%, não importa quem é a/o credor/a; nenhuma das duas partes tem que pensar muito sobre o que a outra parte precisa, quer, é capaz de fazer - como certamente faria se o que era devido era um favor, ou respeito, ou gratidão. Não é preciso calcular os efeitos humanos; é preciso apenas calcular montante, saldos, penalidades e taxas de juros. Se você acabar tendo que abandonar sua casa e vagar em outras províncias, se sua filha acabar em um campo de mineração trabalhando como prostituta, bem, isso é lamentável, mas incidental para a/o credor/a. Dinheiro é dinheiro, e um acordo é um acordo. Nesta perspectiva, o ponto crucial [...] é a capacidade do dinheiro de transformar a moralidade em uma questão de aritmética impessoal - e, ao fazê-lo, justificar coisas que de outra forma pareceriam ultrajantes ou obscenas. O fator da violência, que venho enfatizando até agora, pode parecer secundário. A diferença entre uma "dívida" e uma mera obrigação moral não é a presença ou ausência de homens com armas que possam impor essa obrigação apreendendo os bens da/o devedor/a ou ameaçando quebrar suas pernas. É simplesmente que um/a credor/a tem os meios para especificar, numericamente, exatamente quanto a/o devedor/a deve⁶ (GRAEBER, 2011, p. 13, tradução nossa).

A obrigação de pagar uma quantia em dinheiro – uma dívida - simplifica a relação de obrigação na medida em que a quantifica e impessoaliza. Nisso aparece, destacamos a citação, “a capacidade do dinheiro de transformar a moralidade em uma questão aritmética e

⁵ No original: What does it mean when we reduce moral obligations to debts? What changes when the one turns into the other?

⁶ No original: On one level the difference between an obligation and a debt is simple and obvious. A debt is the obligation to pay a certain sum of money. As a result, a debt, unlike any other form of obligation, can be precisely quantified. This allows debts to become simple, cold, and impersonal-which, in turn, allows them to be transferable. If one owes a favor, or one's life, to another human being-it is owed to that person specifically. But if one owes forty thousand dollars at 12-percent interest, it doesn't really matter who the creditor is; neither does either of the two parties have to think much about what the other party needs, wants, is capable of doing-as they certainly would if what was owed was a favor, or respect, or gratitude. One does not need to calculate the human effects; one need only calculate principal, balances, penalties, and rates of interest. If you end up having to abandon your home and wander in other provinces, if your daughter ends up in a mining camp working as a prostitute, well, that's unfortunate, but incidental to the creditor. Money is money, and a deal's a deal. From this perspective, the crucial factor [...] is money's capacity to turn morality into a matter of impersonal arithmetic-and by doing so, to justify things that would otherwise seem outrageous or obscene. The factor of violence, which I have been emphasizing up until now, may appear secondary. The difference between a "debt" and a mere moral obligation is not the presence or absence of men with weapons who can enforce that obligation by seizing the debtor's possessions or threatening to break his legs. It is simply that a creditor has the means to specify, numerically, exactly how much the debtor owes.

impessoal” (GRAEBER, 2011, p. 13). Ademais, importa notar que a efetuação de um pagamento ou um intercâmbio de objetos, ao indicar a quitação de uma dívida, vai mais no sentido de desobrigar, de pôr fim a uma relação, do que no de mantê-la.

O intercâmbio nos permite cancelar nossas dívidas. Ele abre caminho para ficarmos quites: portanto, para terminar o relacionamento. Com vendedoras/es, geralmente apenas se finge ter um relacionamento. Com vizinhas/os, pode-se, por essa mesma razão, preferir não pagar as dívidas⁷ (GRAEBER, 2011, p. 104, tradução nossa).

Quando um pagamento é feito, é sinal de que ambas partes cumpriram com o que deviam e podem virar as costas uma à outra. Graeber (2011) cita o exemplo dos Tiv, na Nigéria, um povo no qual os laços sociais são mantidos por trocas de presentes ligeiramente diferentes, ou um pouco mais ou um pouco menos valiosos que o recebido. Desse modo, todas/os na aldeia sempre devem ou têm direito a algo entre as/os demais. Quando alguém presenteia com algo exatamente igual, isso é sinal de que se quer terminar uma relação, ficar quite com a outra pessoa. Esse exemplo ilustra como o pagamento pode ir no sentido de terminar uma relação, não de continuá-la.

Em síntese, o pagamento em dinheiro tem o poder de reduzir a complexidade das relações de obrigação, ao torna-las uma questão numérica e impessoal, e também de facilitar o fim das relações ao indicar o fim de uma dívida. Surge uma dissonância quando pensamos nessas características do pagamento e na relação terapêutica como um relacionamento humano, que busca a compreensão empática, presença autêntica e se afastar de prescrições técnicas.

A partir desses esclarecimentos preliminares acerca da psicoterapia, da relação psicoterapêutica e do pagamento em dinheiro, podemos delinear nossa problemática de pesquisa. A relação psicoterapêutica e o pagamento em dinheiro se encontram no exercício profissional liberal da psicoterapia, quando alguém se dispõe a ser psicoterapeuta de outra pessoa por meio de algum acordo de pagamento em dinheiro. Que a psicoterapia também esteja nesse âmbito de pagamento em dinheiro, provavelmente não espanta: pagamos por tantas coisas, por que seria diferente com a psicoterapia? No entanto, ainda que comum aos nossos olhos, cabe nos demorarmos nesse ponto.

Existem abordagens psicoterapêuticas nas quais a relação terapêutica possui características específicas, como por exemplo a congruência da/o psicoterapeuta, a consideração positiva incondicional, a compreensão empática, a presença autêntica. Ademais,

⁷ No original: Exchange allows us to cancel out our debts. It gives us a way to call it even: hence, to end the relationship. With vendors, one is usually only pretending to have a relationship at all. With neighbors, one might for this very reason prefer not to pay one's debts.

nessas abordagens, a relação terapêutica é considerada como aquilo que propriamente teria a capacidade de ser terapêutico, como o elemento mais fundamental da psicoterapia. A psicoterapia, por seu turno, o campo onde a relação terapêutica pode se dar, estabelece-se, ao mesmo tempo, como um serviço pago em dinheiro. O pagamento em dinheiro, como já indicamos e mais adiante detalharemos, não representa algo neutro e natural, assim como o dinheiro não equivale apenas a um meio de troca que marca o valor das coisas e serviços, mas também é um instrumento de poder. No entanto, parece haver uma naturalização da relação de serviço e pagamento em dinheiro, a qual nos chama a atenção especialmente nas elaborações de autores da terceira força da Psicologia. As especificidades que eles atribuem à relação terapêutica, as quais a posicionam fundamentalmente como um relacionamento humano, não uma relação entre técnica/o e leiga/o, conflitam com a própria constituição do pagamento em dinheiro, o qual serve para retribuir uma prestação de serviço.

Tudor e Worrall (2002) apresentam de maneira clara o conflito entre o pagamento em dinheiro e a aceitação incondicional, bem como a questão da naturalização do pagamento. Seu texto aborda a dinâmica financeira como o “relacionamento não-dito” (TUDOR; WORRALL, 2002) na Terapia Centrada na Pessoa, abordagem terapêutica desenvolvida por Carl Rogers.

Eu trabalho em consultório particular e não tenho nenhuma outra fonte de renda. Tenho aluguel para pagar e comida para comprar e cobro das pessoas para me verem. Mesmo que eu ofereça valores reduzidos e seja tão generoso e complacente quanto posso ser, ainda é uma condição de trabalharmos juntos que as pessoas me paguem. Isso me apresenta um dilema. Aspiro a aceitar as/os minhas/meus clientes sem quaisquer condições. Eu acredito que isso é terapêuticamente crucial. Estou convencido por minha própria experiência e pelo argumento de Bozarth, que a experiência de aceitação incondicional de um/a cliente é o agente da mudança terapêutica. Então, eu quero aceitar minhas/meus clientes sem condições, e também quero comer. Portanto, faço com que seja uma condição para alguém me ver e continuar a me ver que me pague. Na medida em que um/a cliente individual experimenta isso como aceitação condicional, acredito que comprometo minha capacidade de ser terapêuticamente útil. Em geral (imagino) meu dilema é relativamente abstrato, embora as razões para tanto me interessem. Suspeito que as pessoas estão tão acostumadas a pagar por tudo e qualquer coisa que já o esperam, e não acham me pagar algo incomum. Na medida em que eu concordo inquestionavelmente com essa suposição social, estou sendo conivente com ela. Mesmo que meus honorários, estritamente definidos, sejam uma condição que alguém tenha que cumprir a fim de começar a trabalhar comigo, acho que muitas pessoas não os experimentam como tal. Nem tanto é uma condição da minha aceitação de alguém, mas sim uma condição da possibilidade dessa pessoa experimentar a minha aceitação: se alguém não pode ou não vai pagar, posso não deixar de aceitá-la/o, mas provavelmente deixarei de vê-lo⁸ (TUDOR; WORRALL, 2002, p. 86, tradução nossa).

⁸ No original: I work in private practice, and I don't have any other source of income. I have rent to pay and food to buy and I charge people to see me. Even if I offer reduced rates and am as generous and accommodating as I can afford to be, it is still a condition of us working together that people pay me. This presents me with a dilemma. I aspire to accept my clients without any conditions. I believe that this is therapeutically crucial. I'm convinced by my own experience, and by Bozarth's argument, that it is a client's

Com esses elementos em vista, perguntamo-nos: o pagamento em dinheiro das sessões de psicoterapia traz consequências à relação psicoterapêutica, possíveis prejuízos ou benefícios? Se sim, quais? Considerando a interação entre relação terapêutica e pagamento, o ideal de relação terapêutica para Carl Rogers, Rollo May e Irvin Yalom é possível de ser efetivado? Como se dá a consideração positiva incondicional, o comprometimento autêntico e a presença em situações concretas, onde o pagamento está presente? Este estudo pretende, portanto, problematizar as possíveis repercussões da relação de pagamento em dinheiro na relação psicoterapêutica.

Encontrar respostas para essas questões importa para o campo das psicoterapias, primeiramente, porque essas respostas podem ajudar a aprofundar o conhecimento sobre a relação terapêutica, o elemento considerado essencial na psicoterapia tanto para os autores mais abordados aqui, Rogers, May e Yalom, como para diversas/os outras/os. Também, porque a problematização da questão do pagamento em articulação com a relação terapêutica vai no sentido de efetivar o questionamento de pressupostos não examinados, exercício considerado importante para algumas abordagens psicoterápicas, especialmente para as existenciais. Como aponta Rollo May (1986b, p. 29),

a insistência [da abordagem] existencial é a de que o psicólogo deve continuamente analisar e esclarecer suas próprias pressuposições. Nossas pressuposições sempre limitam e estreitam o que nós percebemos num problema, num experimento, ou numa situação terapêutica.

Levando em conta essa recomendação de May, julgamos que o pagamento em dinheiro é um elemento importante a ser analisado, por conta da sua ampla presença em nossas vidas e por fazer parte da constituição da psicoterapia mesma. No entanto, é algo pouco discutido pelos autores pesquisados aqui, quando comparado a outros aspectos da psicoterapia como as atitudes da/o psicoterapeuta, por exemplo. Parece que, em certa medida, mesmo nessa terceira força, pressupostos de neutralidade e isenção são considerados possíveis, quando não se aborda diretamente como ocorre o pagamento na práxis, ou se supõe que a relação terapêutica possa não sofrer interferências do pagamento.

experience of unconditional acceptance that is the agent of therapeutic change. So, I want to accept my clients without conditions, and I want to eat. I therefore make it a condition of somebody seeing me, and continuing to see me, that they pay me. To the extent that an individual client experiences this as conditional acceptance, to that extent I believe I compromise my capacity to be therapeutically helpful. Mostly (I imagine) my dilemma is a relatively abstract one, although the reasons for it being so interest me. I suspect that people are so used to paying for anything and everything that they expect it, and don't experience paying me as anything unusual. In so far as I go along unquestioningly with this social assumption, I'm colluding in it. Even though my fee, strictly defined, is a condition which somebody has to meet in order to get to work with me, I think many people don't experience it as such. It isn't even so much a condition of my acceptance of someone as a condition of the possibility of that person experiencing my acceptance: if someone can't or won't pay, I may not stop accepting them but I probably will stop seeing them.

Nossa investigação parte de outro ponto, da ideia de que o pagamento precisa ser mais bem explorado. O esforço de compreender a articulação entre relação terapêutica e pagamento vem do entendimento de que o dinheiro interfere nas relações sociais de maneira muito ampla e decisiva, o que o faz digno de ser analisado pelas abordagens psicoterapêuticas que buscam esclarecer suas pressuposições.

Não se trata, aqui, de desconsiderar que as/os profissionais de saúde mental precisam suprir as próprias necessidades. Isso, no mundo contemporâneo e na vida urbana, passa pelo dinheiro. Não estamos defendendo que psicoterapeutas devam ser abnegadas/os e trabalhar sem retribuição, mas sim que as repercussões do pagamento em dinheiro precisam ser pensadas, pois podem afetar a própria prática da psicoterapia.

O caminho que percorreremos nesta pesquisa, buscando responder às questões levantadas, é o da revisão bibliográfica. Essa revisão tem o objetivo de desenvolver a problemática pouco trabalhada, mas já apontada por Yalom como uma “dissonância inescapável” (1980, p. 407), a saber, a das incongruências entre os pressupostos quanto à relação terapêutica e o pagamento em dinheiro das sessões de psicoterapia. No primeiro capítulo abordaremos a temática da psicoterapia, mostrando sua constituição histórica no Ocidente, principais ramificações teóricas e demorando-nos nas noções de relação psicoterapêutica, tais como Carl Rogers, Rollo May e Irvin Yalom as desenvolvem em suas obras escritas. Em seguida, apontaremos alguns problemas que surgem quando psicólogas/os atuam nessa área, considerando características da Psicologia como um campo profissional no Brasil. Um deles é o conflito entre a disposição ética de analisar crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural e, ao mesmo tempo, os serviços de psicoterapia terem seus valores de referência estipulados de modo que seu acesso se torna muito restrito. Depois, no segundo capítulo, trataremos das relações de pagamento em sua história, e de especificidades que o dinheiro e essas relações assumem no contemporâneo, como o fato de as moedas serem fiduciárias, de a criação do dinheiro se dar principalmente por bancos privados com juros, a mobilidade global de capitais, entre outras. Por fim, iremos refletir sobre a interação entre relação terapêutica e pagamento em dinheiro, analisando-a criticamente à luz dos elementos trabalhados nos capítulos anteriores.

1 AS PSICOTERAPIAS NO OCIDENTE: FENÔMENO MODERNO COM ORIGENS ANTIGAS

Daniel Hack Tuke, um médico inglês do século XIX, é apontado como um dos primeiros a usar a palavra “psicoterapêutica”, em 1872 (HALDIPUR, 1985; CHANEY, 2017). Tuke viria a definir psicoterapia como “o tratamento de doenças por meio da influência da mente sobre o corpo”⁹ (HALDIPUR, 1985, p. 727, tradução nossa), mas esse tratamento “não [era] centrado na cura pela fala para enfermidades mentais, a qual viemos a associar com a psicoterapia”¹⁰ (CHANEY, 2017, p. 18, tradução nossa). A psicoterapia de Tuke incorporava “uma grande variedade de técnicas, desde o uso de medicamentos inertes até o hipnotismo e, principalmente, a influência do médico na excitação de estados emocionais como a fé e a esperança”¹¹ (CHANEY, 2017, p.18, tradução nossa).

O termo usado pelo médico inglês possui raízes no grego antigo: *psyché* designa alma ou mente e, *therapeia*, tratamento (NASCENTES, 1955, p. 421). Ainda que a etimologia da palavra nos indique o seu sentido, é um tanto difícil determiná-lo apenas com isso. O que é, propriamente, um tratamento da alma e como ele se dá? O que compreendemos como mente ou alma atualmente corresponde à concepção de outras épocas e culturas?

Por um lado, podemos entender que o tratamento psicológico para problemas humanos é tão antigo quanto a humanidade (WAMPOLD, 2001). Assim, nas mais diversas culturas, há práticas de curas com semelhanças às psicoterapias modernas. As escolas de filosofia do período helenístico na Grécia e na Roma antiga, por exemplo, estipulavam métodos específicos de treinamentos psíquicos e modos de vida, não apenas a aceitação de sistemas filosóficos. De acordo com Ellenberger (1994, p. 41), entre os pitagóricos ocorriam dietas, exercícios de autocontrole e de memória; entre platônicos, a busca pela verdade, a qual emergiria no diálogo entre professor e discípulos; nos estoicos, o controle das emoções era ensinado e praticava-se a concentração através de exercícios escritos. Ainda segundo o autor, não há dúvida de que essas práticas também foram psicoterapêuticas para vários indivíduos (ELLENBERGER, 1994). Além disso, ele aponta que certos aspectos do Estoicismo podem ser encontrados nas escolas Adlerianas e Existencialistas dos dias de hoje; alguns da Academia Platônica, por sua vez, na escola Junguiana; também, a redução da angústia

⁹ No original: Treatment of disease by the influence of the mind on the body.

¹⁰ No original: was not centered on the ‘talking cure’ for mental illness that we have come to associate with psychotherapy.

¹¹ No original: a wide variety of techniques, from the use of inert medication to hypnotism and, importantly, the influence of the physician in the exciting of emotional states such as faith and hope.

almejada por Epicuro pode ser comparada àquela buscada por Sigmund Freud (ELLENBERGER, 1994, p. 42).

Por outro lado, alguns autores (CUSHMAN, 1992; WAMPOLD, 2001) compreendem a psicoterapia como um fenômeno ocidental, com origens na Europa e nos Estados Unidos, na metade final do século XIX. Cushman (1992) e Wampold (2001) compartilham da ideia de que nosso entendimento atual de psicoterapia é debitário desse período.

A ideia de sentar em uma sala com a/o curandeira/o, confiar à/a curandeira/o, responder a perguntas e seguir as expectativas ritualísticas implícitas ou explícitas do protocolo psicoterapêutico, seja expressando seus sentimentos, monitorando seus pensamentos, formando um contrato de contingência, ou olhando para o rápido movimento das mãos da/o terapeuta, seria um absurdo em 99% das sociedades passadas ou presentes. Por outro lado, participar de alguma prática de cura é universal. Como prática de cura, a psicoterapia compartilha semelhanças com a medicina, mas também com rituais de imposição de mãos, teriaca e xamã. A psicoterapia não é universal; ela existe, de formas amplamente diferentes, em algumas (mas não todas) culturas ocidentais por cerca de 100 anos¹² (WAMPOLD, 2001, p. 79, tradução nossa).

Essa breve exposição nos leva a questionar: afinal, psicoterapia é algo que surge apenas na modernidade ou algo antigo e praticamente universal? Dois pontos chave ajudam a elucidar essa questão: um deles é a definição do sentido do termo, uma vez que, dependendo do que se entenda por psicoterapia, a resposta pode variar. Haldipur argumenta, em seu estudo sobre a semântica da psicoterapia, que a própria etimologia da palavra a categoriza como uma modalidade de tratamento, situando-a no período em que “o homem buscou identificar supostos fatores psicológicos em enfermidades”¹³ (HALDIPUR, 1985, p. 727, tradução nossa). Assim, há diferenças entre o que o autor chama de “cura primitiva” e “terapia científica”, e considerar a origem da psicoterapia como o primeiro uso do poder curativo das palavras, por exemplo, seria análogo a julgar como a origem da cirurgia o primeiro momento em que um/a humana/o usou um instrumento afiado em outra pessoa.

Um outro ponto é a compreensão hermenêutica de que as noções de humano, de psique e de tratamento dependem de contextos históricos e passam por mudanças. Por isso, mesmo que o poder curativo das palavras seja reconhecido por diversas sociedades, desde a antiguidade até os dias de hoje, se não levarmos em conta os contextos em que diferentes

¹² No original: The idea of sitting in a room with the healer, confiding in the healer, responding to questions, and following the implicit or explicit ritualistic expectations of the psychotherapeutic protocol, whether it is expressing one's feelings, monitoring one's thoughts, forming a contingency contract, or looking at the rapidly moving hands of the therapist, would be an absurdity in 99% of the societies past or present. On the other hand, participating in some healing practice is universal. As a healing practice, psychotherapy shares commonalities with medicine, but also with laying-on-of-hands, theriac, and shaman rituals. Psychotherapy is not universal; it has existed, in widely different forms, in some (but not all) Western cultures for about 100 years.

¹³ No original: Man aimed to identify putative psychological factor(s) in disease.

práticas de cura se davam, podemos nos equivocar pensando que, na época das cavernas, existiam psicoterapeutas como as/os que existem atualmente.

Por isso, o título deste capítulo – As psicoterapias no ocidente: fenômeno moderno com origens antigas - busca nos afastar da ingenuidade de considerarmos as psicoterapias como algo naturalmente dado, universal e a-histórico, ao situá-las como algo que se constitui na modernidade ocidental, dependendo de determinadas concepções de indivíduo, de saúde, de tratamento etc. Ao mesmo tempo, o título indica a pertinência de seus fundamentos em um percurso histórico mais amplo, uma vez que a preocupação com o cuidado da alma não é algo exclusivo da modernidade, tampouco do Ocidente.

Essas considerações são um primeiro passo para entender que a psicoterapia, como a compreendemos hoje e abordamos aqui neste trabalho, corresponde a uma prática situada historicamente, pois depende de elementos específicos que possibilitaram seu surgimento. Nesse sentido, Philip Cushman (1992) desenvolve uma investigação hermenêutica, a qual pretende posicionar o empreendimento da psicoterapia no interior de um contexto social e histórico dos Estados Unidos. Ele pesquisa o desenvolvimento da psicoterapia estadunidense salientando seus antecedentes europeus, marcados pelo período Vitoriano, ressaltando a confusão ocorrida na modernidade e a vacuidade do eu na pós-modernidade (CUSHMAN, 1992, p. 22). Porém, as contribuições de seu trabalho não se limitam apenas a esse país, também servem para a psicoterapia no ocidente como um todo. No caso do Brasil, como Monteiro e Jacó-Vilela (2005) apontam, os antecedentes europeus tiveram grande influência no estabelecimento da psicoterapia no país.

Cushman (1992) parte da noção de que um delineamento das mudanças de configuração do *self* – que pode ser traduzido por “eu” ou “si mesmo”, ou “ego” - em diferentes momentos na sociedade ocidental contribui para situarmos historicamente a psicoterapia moderna. Segundo o autor,

Cada sociedade ou era poderia ser estudada de acordo com julgamentos históricos relativos a (a) a configuração predominante do si mesmo, (b) as enfermidades com as quais esse eu foi caracteristicamente aflito, (c) as instituições ou funcionárias/os mais responsáveis pela cura dessas enfermidades, e (d) as tecnologias que determinadas instituições ou praticantes usaram para curar as enfermidades características do eu¹⁴ (CUSHMAN, 1992, p. 24, tradução nossa).

¹⁴ No original: Each society or era could be studied according to historical judgments pertaining to (a) the predominant configuration of self, (b) the illnesses with which that self was characteristically afflicted, (c) the institutions or officials most responsible for healing those illnesses, and (d) the technologies that particular institutions or practitioners have used in order to heal the self's characteristic illnesses.

Com a configuração de eu predominante de cada sociedade e era, surgem modos de tratamento específicos. Essa noção ajuda a compreender diferentes períodos históricos de maneira mais apropriada, evitando anacronismos e naturalizações.

Assim como o dramaturgo ateniense curou o eu comunal da Grécia clássica, e assim como o combate corpo a corpo de uma cruzada sagrada curou ao solidificar o relacionamento do cavaleiro cristão com seu senhor feudal e com Deus, assim em nosso mundo é a psicoterapia que é uma das instituições responsáveis por curar as enfermidades do eu magistral e limitado do século XX¹⁵ (CUSHMAN, 1992, p. 25, tradução nossa).

Ele salienta que a configuração predominante do eu de nossa era, o qual ele chama de “limitado, magistral, eu hipertrofiado, não é universal e trans-histórica”¹⁶ (CUSHMAN, 1992, p. 25, tradução nossa). Esse eu corresponde a uma configuração que se constituiu na modernidade, com o individualismo do período do Renascimento na Europa. O individualismo, a supervalorização das/os humanas/os enquanto indivíduos, foi simultaneamente uma expressão e uma causa de mudança de estruturas socioeconômicas.

O início do individualismo moderno minou os fundamentos essenciais do sistema feudal e trouxe crescimento financeiro e mudança, unindo forças com o capitalismo mercantilista. À medida que a restrição do mundo feudal se afrouxava, os indivíduos eram, em teoria, livres para se moverem geograficamente e se envolverem na economia de mercado mais fluida. No entanto, isso também significava que eles corriam o risco de serem cortados das comunidades, tradições e famílias que davam significado, estabilidade e continuidade às suas vidas. Previsivelmente, com o aumento da mobilidade veio uma diminuição do poder da autoridade religiosa. Igualmente previsível, dado o crescimento do poder industrial, foi uma exploração horrível das/os ex-camponesas/es, que, despojadas/os de seus laços com a terra, família, comunidade e religião local, foram transformadas/os em "a classe trabalhadora"¹⁷ (CUSHMAN, 1992, p. 25, tradução nossa).

Industrialização, urbanização e secularização marcaram esse período, renovando o interesse nas ciências, no mundo físico, nas humanidades, mas, ao mesmo tempo, apresentando novos problemas ao então emergente Estado moderno. O Estado precisou

¹⁵ No original: Just as the Athenian playwright healed the communal self of classical Greece, and just as the hand-to-hand combat of a holy crusade healed by solidifying the Christian knight's relationship with his feudal lord and with God, so in our world it is psychotherapy that is one of the institutions responsible for healing the illnesses of the masterful, bounded 20th-century self.

¹⁶ No original: bounded, masterful, hypertrophied self, is not universal and transhistorical.

¹⁷ No original: The flowering of individualism begun by the Renaissance was both an expression and a cause of changing socioeconomic structures. The beginning of modern individualism both undermined the foundational underpinnings of the feudal system and brought financial growth and change by joining forces with mercantile capitalism. As the restrictiveness of the feudal world loosened, individuals were in theory free to move around geographically and become involved in the more fluid market economy. However, this also meant that they were in danger of being cut off from the communities, traditions, and families that gave meaning, stability, and continuity to their lives. Predictably, with increased mobility came a lessening of the power of religious authority. Equally predictable, given the growth of industrial power, was a horrific exploitation of the ex-peasants, who, stripped of their ties to land, family, community, and local religion, were transformed into “the working class.”

desenvolver novos modos de controlar esse eu que evoluía, cada vez mais individualizado e móvel, menos constrangido pela tradição, pela religião e por papéis sociais, e menos previsível. Segundo Cushman (1992), é na modernidade que

o mundo ocidental testemunhou um evento sem precedentes: o surgimento do individualismo autocontido. A era moderna caracterizou-se por uma valorização abrangente do indivíduo único que era politicamente livre, livre da comunidade, religião e tradição e que continha dentro de si toda esperança de transcendência e significado. [...] No entanto, o lado inferior da agenda individualista moderna também resultou em analfabetismo moral, confusão, isolamento, solidão e preocupação consigo mesma/o, levando à necessidade da prática social da psicoterapia¹⁸ (CUSHMAN, 1992, p. 27-28, tradução nossa).

Foucault (1999) analisa essa transição do eu em seu estudo sobre as punições, sendo referência para Cushman e também para Monteiro e Jacó-Vilela. O eu dos indivíduos que, antes, constituía-se sob o controle absoluto da monarquia, passava a estar isolado, mais individualizado e mais confuso acerca do certo e do errado. Essa mudança foi acompanhada de alterações nas relações de poder e com os corpos, tendo o eu diferentes formas de ser punido por seus crimes ou de ser tratado em suas enfermidades. Foucault diz que

todas as ciências, análises ou práticas com radical “psico”, têm seu lugar nessa troca histórica dos processos de individualização. O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo. (FOUCAULT, 1999, p. 217).

De acordo com esse autor não só a psicoterapia, mas as ciências humanas num sentido amplo dependeram dessa mudança dos processos de individualização. Nesse sentido, explicitando o que possibilitou o surgimento de algo como a psicoterapia, Cushman afirma que “com o passar do tempo, o eu foi construído de modo a aceitar como dado que o reino do privado era para ser escrutinado, adentrado e controlado.”¹⁹ (1992, p. 27, tradução nossa).

Individualismo autocontido, a necessidade de controle desses indivíduos mais livres da tradição por parte do estado e os sofrimentos provenientes desse desgarramento prepararam o solo para a propagação da psicoterapia. Essa mudança dos processos de individualização não

¹⁸ No original: the Western world had witnessed an unprecedented event: the rise of self-contained individualism. The modern age featured an overarching valorization of the unique individual who was politically free, unencumbered by community, religion, and tradition and who contained within himself or herself all hope for transcendence and meaning. As we shall see, however, the underside of the modern individualist agenda has also resulted in moral illiteracy, confusion, isolation, loneliness, and self-preoccupation, leading to the need for the social practice of psychotherapy.

¹⁹ No original: Over time, the self was constructed to accept as a given that the realm of the private was to be scrutinized, entered, and ultimately controlled.

é atribuída a pessoas específicas, uma vez que Cushman não parte da ideia de que alguns indivíduos conspiraram para justificar regimes repressivos, mas de que práticas cotidianas como a arte, a política e o discurso intelectual se influenciam de formas complexas. Desse modo, teorias causais unidimensionais são desacreditadas, e uma abordagem compreensiva dos processos históricos favorecida.

Pessoas como o médico alemão Franz Anton Mesmer (1734-1815), ou como o neurologista austríaco Sigmund Freud (1856-1939), por exemplo, não simplesmente manipularam uma época, mas a descreveram, interpretaram, reproduziram e influenciaram. Mesmer é apontado como um dos primeiros psicoterapeutas seculares (CUSHMAN, 1992, p. 30) – ainda que não houvesse tal denominação em sua época - por ter influenciado os rumos da psicoterapia e também por suas práticas serem expressões de um contexto no qual a psicoterapia surgiu como resposta a uma necessidade social.

Mesmer, no último quarto do século XVIII, promovia reuniões dedicadas a curar as/os convidadas/os. Segundo ele, desequilíbrios de fluidos magnéticos nos corpos humanos, fluidos esses que permeariam todo o universo, eram a causa de doenças (MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2005, p. 141). Ele supunha que uma energização viria de fios e ímãs que ligavam objetos, árvores, água, espelhos, animais, de modo a curar as/os doentes. No entanto,

em 1775, Mesmer faz uma retificação em seu método: a cura não era promovida pelo ímã, mas pelo contato com o magnetizador. As cubas, árvores e fios passam a ser simples cenários para a terapêutica, porque o médico entende que na verdade está em jogo o magnetismo animal, inerente ao humano. Daí sua conclusão de que nenhuma outra força da natureza é maior que aquela que um homem pode exercer sobre o outro. Entre a medicina e a magia das cubas, varetas e passes magnéticos, Mesmer descobre o poder da SUGESTÃO (MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2005, p. 142).

Mesmer vai ganhando fama e se muda de Viena, onde já duvidavam de sua honestidade, para Paris em 1777, cidade tomada, à época, por uma onda de magiolatria. O método de Mesmer demanda a espetacularização e o ritual para sua eficácia, e se vê popularizado pela moda do magnetismo em Paris, fazendo sucesso entre a corte, a burguesia e com a própria rainha Maria Antonieta. Assim ocorriam as consultas:

Os clientes dão-se as mãos para formarem uma corrente humana em transe, enquanto Mesmer, vestido com uma túnica lilás, vai tocando alguns doentes com sua varinha de ferro, detendo-se para conversar em voz baixa com outro ou desenhando signos no ar em frente a um terceiro. A intervenção do médico pretendia funcionar como um condutor para que o magnetismo animal pudesse ser canalizado do universo para o corpo do paciente, sendo o ritual acompanhado por instruções que faziam os participantes mergulharem em suas “mentes” até atingirem a “crise” (suores, contrações, convulsões etc). Dessa vivência de choque decorria a cura (MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2005, p. 143).

A influência de Mesmer não se restringiu à Europa. Cushman mostra como diversos aspectos do mesmerismo e de suas ramificações prepararam o cenário para a psicoterapia nos Estados Unidos, por terem promovido ideias que se tornariam características no século XX.

Um, o mesmerismo valorizava a interioridade apolítica. Em outras palavras, a doutrina afirmava que os indivíduos sofriam de males internos emocionais ou espirituais causados por inadequações pessoais e privação espiritual, não pelas condições políticas e econômicas de suas vidas. Segundo, dependia de um tipo inicial de cognitivismo - isto é, a enfermidade emocional era considerada causada por pensamentos impróprios, geralmente de natureza negativa. Saúde, nesta teoria, era o produto direto de pensar os pensamentos certos. [...] Terceiro, sua tecnologia de cura enfatizava uma transformação mística da identidade de um eu “falso” cotidiano para um eu “verdadeiro” extraordinário. A identidade foi pensada para ser uma função da psicologia pessoal, ao invés das estipulações de normas e papéis comunitários. Quarto, argumentou que houve uma progressão direta da cura psicológica para a abundância econômica. De acordo com essa maneira de pensar, a riqueza pessoal era limitada apenas pelo desenvolvimento psicológico individual, não pelos arranjos socioeconômicos de poder e classe. Obviamente, o mesmerismo e seus herdeiros desenvolveram ideologias que se encaixam perfeitamente com as tendências sócio-históricas, apoiaram o status quo político e protegeram os privilégios da elite econômica²⁰ (CUSHMAN, 1992, p. 32, tradução nossa).

Mesmer perdeu seu o prestígio após a rejeição da Academia francesa em 1784 e com a revolução de 1789, saindo de Paris pobre e difamado em 1792. Entretanto, suas práticas inauguraram o que, décadas mais tarde, James Braid veio a chamar de hipnose em sua publicação de 1843 *A neuropsicologia ou a racionalidade do sonho nervoso em relação ao magnetismo animal*, designando “uma forma de sono intensa que afetava a atividade encefálica do indivíduo e que seria induzido pelo hipnotizador” (MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2005, p. 144).

Neste tópico pudemos abordar o surgimento da psicoterapia como uma prática constituída na modernidade ocidental, destinada a tratar questões psíquicas de um eu ou *self* predominante nessa época, mais individualizado e desprendido da tradição. Já começamos a indicar, ao falarmos da história de Mesmer, e detalharemos mais a seguir, como a sugestão e a hipnose contribuíram para o desenvolvimento da psicoterapia, especialmente para o desenvolvimento da Psicanálise por Sigmund Freud.

²⁰ No original: One, mesmerism valorized apolitical interiority. In other words, the doctrine stated that individuals suffered from inner emotional or spiritual ills that were caused by personal inadequacies and spiritual deprivation, not by the political and economic conditions of their lives. Two, it relied on an early type of cognitivism-that is, emotional illness was thought to be caused by improper thoughts, usually negative in nature. Health, in this theory, was the direct product of thinking the right thoughts. [...] Three, its healing technology emphasized a mystical transformation of identity from an everyday, “false” self to an extraordinary, “true” self. Identity was thought to be a function of one’s personal psychology rather than the stipulations of communal norms and roles. Four, it argued that there was a direct progression from psychological cure to economic abundance. According to this way of thinking, personal wealth was limited only by individual psychological development, not by the socioeconomic arrangements of power and class. Obviously, mesmerism and its heirs developed ideologies that fit beautifully with sociohistorical trends, supported the political status quo, and protected the privileges of the economic elite.

1.1 As duas primeiras forças da Psicologia: Psicanálise e Behaviorismo

Agora apresentaremos sucintamente as chamadas duas primeiras forças da Psicologia para, em seguida, podermos abordar a terceira força e mostrarmos suas diferenças em relação às anteriores. O percurso histórico da Psicanálise, uma dessas primeiras forças, costuma ser apresentado ressaltando-se o papel da hipnose em sua elaboração. A hipnose, denominada por Braid, mas com Mesmer como um de seus principais ascendentes, ganhou destaque no meio científico no século XIX. Ela foi utilizada terapêuticamente para a histeria pelo médico francês Jean-Martin Charcot, o qual criou o que veio a se tornar um dos maiores centros de pesquisa na neurologia, com grandes nomes como Sigmund Freud, por exemplo. Charcot demonstrou que

a crise histérica (mutismo, amnésias, anestésias, paralisias etc.) podia ser induzida em pacientes hipnotizados. A partir disso, a hipnose e a histeria são agrupadas numa classificação patológica distinta daquela que reunia as doenças mentais causadas por lesões do sistema nervoso (MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2005, p. 146).

O médico resgatava as ideias de Mesmer quase um século depois, com sessões tão espetaculares quanto os rituais, mas agora com a aura científica do ambiente hospitalar. O hospital da “Salpêtrière se tornava, então, um pólo gerador de conhecimento sobre patologias “nervosas”, reunindo não só médicos de várias especialidades, mas também literatos, pintores e fotógrafos” (MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2005, p. 147).

Charcot influenciou, com suas demonstrações, uma série de pensadores. Entre eles estava o filósofo Théodule Ribot, o qual é “considerado um personagem fundante da psicologia francesa por seus papéis institucionais” e também por sua “ênfase no método psicopatológico” (MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2005, p. 149). Outro personagem importante foi Sigmund Freud, um médico que estudou pessoalmente com Charcot em 1885 e 1886 e que se inspirou neste último quanto à indução do sintoma histérico a partir de hipnose.

Embora a escola de Salpêtrière, criada por Charcot, seja considerada uma das fundadoras da neurologia como especialidade médica, havia um grupo de médicos divergentes em relação a ela em Nancy. Freud iria se inspirar também nas elaborações da Escola de Nancy. A partir dos trabalhos de Hippolyte Bernheim, Freud considera que a hipnose não seria a única forma de atingir o sintoma histérico, passando a trabalhar com a sugestão no estado de vigília.

Assim, Freud viria a desenvolver, no fim do século XIX e início do XX, a Psicanálise. Em 1895, Freud publica em coautoria com Joseph Breuer os *Estudos sobre Histeria*, nos

quais constam relatos dos tratamentos conduzidos pelos autores em pacientes histéricas. A hipnose era usada para acessar memórias reprimidas, uma vez que deduziam que “sintomas [histéricos] são formados a partir da repressão de certas lembranças que, não podendo ser integradas na história dessas mulheres, “retornam” no corpo, simbolizadas nos e pelos sintomas.” (LOUREIRO, 2005, p. 376). Freud, depois, viria a abandonar a hipnose e adotar o que chamou de associação livre, na qual as/os pacientes eram instruídas/os a deitar num divã e falar livremente o que lhes viesse à mente.

Podemos ver como “tanto as práticas de Charcot quanto a linha seguida na Escola de Nancy estiveram presentes no surgimento da psicanálise, cujos enunciados se opõem à etiologia orgânica da histeria, indo buscar suas causas nos acontecimentos de natureza traumática da vida infantil.” (MONTEIRO; JACÓ-VILELA, 2005, p. 150). A partir de suas experiências clínicas, Freud viria a formular uma teoria do psiquismo, compreendido como um aparato que funciona segundo leis específicas. Em sua primeira grande formulação, Freud propõe que o aparato psíquico

é composto por dois grandes sistemas – inconsciente e pré-consciente/consciente –, separados por uma barreira (censura) que exerce ativamente uma força (repressão) no sentido de expulsar certas representações (ideias, lembranças, fantasias) do sistema pré-consciente/consciente e mantê-las no sistema inconsciente (LOUREIRO, 2013, p. 378).

A Psicanálise de Freud veio a compor o conjunto que seria conhecido como a primeira força da Psicologia, propondo não só uma teoria do psiquismo, mas também uma terapêutica. Como as demais abordagens psicoterápicas, a Psicanálise adveio com a mudança dos processos de individualização. E, ainda que constituída por influências diversas como a da Literatura e a da Filosofia, as quais foram essenciais para as elaborações freudianas, chama a atenção o papel primordial que a hipnose e a sugestão tiveram na fundação da Psicanálise. Sucintamente, a terapêutica da Psicanálise busca elucidar motivações inconscientes, por meio da análise de manifestações como a fala ou sonhos.

Além da Psicanálise, criada por Sigmund Freud e posteriormente desenvolvida por seus discípulos e dissidentes, a Psicologia do início do século XX teve outra força, o Behaviorismo. Fortemente influenciado por estudos russos e concebido nos Estados Unidos, ele viria a embasar as terapias comportamentais e cognitivo-comportamentais.

O Behaviorismo ou Comportamentalismo corresponde a uma abordagem que buscou estudar o comportamento - e não a consciência, a qual era o principal objeto para os pioneiros da Psicologia científica no fim do século XIX. Assim como a Psicanálise, ele também surge no interior do amplo empreendimento da ciência moderna. Por ser mais um ramo da ciência

moderna, possui raízes comuns com a Psicanálise e outras ciências humanas. Entretanto, possui antecedentes diversos também, como os trabalhos de Vladimir Bechterev, de Ivan Pavlov e de Edward Thorndike.

Pavlov foi um fisiologista russo conhecido por criar o conceito de reflexo condicionado. Ele percebeu, em seus experimentos sobre a digestão em animais, que a salivação ocorria antes mesmo de os sujeitos entrarem em contato direto com o alimento, mas caso

vissem, ouvissem, cheirassem quaisquer elementos do ambiente experimental que se relacionassem de alguma forma com o alimento. Esse não era um processo de estimulação fisiológica típico, ou seja, um processo no qual haveria um contato direto entre as propriedades físicas dos elementos e os órgãos receptores sensoriais (JÚNIOR; LOPES; e CIRINO, 2005, p. 172).

Desse modo, um estímulo que antes não provocava respostas reflexas, após o condicionamento, passava a eliciar respostas semelhantes às dos estímulos incondicionados.

Por exemplo: um som (até então um estímulo neutro) é apresentado ao sujeito. Poucos instantes depois (digamos, 5 segundos), é apresentado o alimento (estímulo incondicionado). É óbvio que o sujeito salivará apenas diante do estímulo incondicionado num momento inicial. Repetindo-se os emparelhamentos entre o estímulo neutro e o estímulo incondicionado, o estímulo neutro será capaz de eliciar a salivação. Quando isto ocorre, o estímulo neutro se torna um estímulo condicionado, passando então a produzir respostas condicionadas (JÚNIOR; LOPES; e CIRINO, 2005, p. 173).

Thorndike foi, por sua vez, “um dos pioneiros na realização de experimentos controlados com descrição detalhada das atividades dos animais sem se deter na introspecção como abordagem” (CANÇADO; SOARES; e CIRINO, 2013, p. 180). Ele seria conhecido por formular a *Lei do Efeito*, afirmando que

das várias respostas emitidas para a mesma situação, aquelas que forem concomitantes ou acompanhadas por satisfação para o animal irão, mantidas as mesmas condições, se tornar mais firmemente conectadas a esta situação, dessa forma, quando essa ocorrer novamente, [as respostas] terão mais chance de ocorrer novamente; aquelas que são concomitantes ou acompanhadas por desconforto para o animal irão, mantidas as mesmas condições, ter as suas conexões com esta situação enfraquecida, dessa forma, quando ela ocorrer novamente, [as respostas] terão menos chances de ocorrer novamente (THORNDIKE, 1911 apud CANÇADO; SOARES; e CIRINO, 2013, p. 180).

Esses estudos de Pavlov e Thorndike, marcados por seu caráter experimental que valorizava a biologia e a fisiologia, abriram caminho para uma abordagem na Psicologia que se centrasse no comportamento, tal como propôs John Watson em 1913.

Ele propõe que a psicologia seja uma ciência empírica e que leve a generalizações amplas sobre o comportamento humano, mantendo-se a uniformidade do procedimento experimental, para que os experimentos dos psicólogos possam, assim

como os dos físicos e químicos, ser replicados em qualquer laboratório (CANÇADO; SOARES; e CIRINO, 2013, p. 181).

A abordagem behaviorista se centrava, assim, em pressupostos mais materialistas, estando mais afinada, portanto, ao método experimental das ciências naturais. “Para Watson, conceitos como imaginação, julgamento e raciocínio não deveriam ser tomados como objetos de estudo pela ciência da psicologia” (CANÇADO; SOARES; e CIRINO, 2013, p. 181).

A partir das contribuições do Behaviorismo se estruturaram algumas abordagens terapêuticas, como a terapia comportamental e, posteriormente, a terapia cognitivo-comportamental. Nesta última, a título de exemplo, a/o terapeuta pode lançar mão de técnicas desenvolvidas com base nos experimentos comportamentais citados aqui ou em vários outros, buscando promover mudanças comportamentais, emocionais e cognitivas.

Neste tópico pudemos caracterizar brevemente a Psicanálise e o Behaviorismo, as chamadas duas primeiras forças da Psicologia. Ainda que este trabalho não se centre na Psicanálise nem no Behaviorismo, importa sabermos minimamente sobre essas duas forças, pois a terceira força surge buscando suplantá-las, incorporando algumas das suas contribuições, mas criticando principalmente o mecanicismo, a patologização e o reducionismo.

1.2 A terceira força da Psicologia: a relação psicoterapêutica como o cerne de psicoterapias humanistas e existenciais

A partir da insatisfação de algumas/ns psicólogas/os com as então outras duas forças vigentes, a Psicanálise e o Behaviorismo, surgiu a terceira força da Psicologia nos Estados Unidos. A princípio, essa insatisfação na época do pós Segunda Guerra Mundial era o ponto comum entre essas/es profissionais, encabeçadas/os por Abraham Maslow.

No fim dos anos 40, Maslow era reconhecido como um psicólogo experimental talentoso, mas quando começou a explorar assuntos "não convencionais", foi condenado ao ostracismo pela comunidade psicológica. No Brooklyn College, o primeiro lugar onde lecionou, ele era muito popular entre as/os alunas/os, embora tivesse pouco apreço em seu departamento²¹ (DECARVALHO, 1990, p. 23, tradução nossa).

Maslow encontrava, cada vez mais, dificuldades para publicar seus estudos nas principais revistas da Associação Americana de Psicologia (APA), as quais eram

²¹ No original: By the late 1940s, Maslow was recognized as a talented experimental psychologist, but as he began exploring "unconventional" subjects he was ostracized by the psychological community. At Brooklyn College, where he first taught, he was very popular among the students, though he had little appreciation within his department.

compartilhadas com as/os poucos outras/os psicólogas/os que não se alinharam com o Behaviorismo no início dos anos 50. Assim, ele começou a contactar essas/es profissionais afins e montou uma lista de correspondência com 125 nomes em 1954, com o objetivo de compartilharem cópias de seus escritos (DECARVALHO, 1990, p. 24). A lista foi crescendo e, no início dos anos 60, as pessoas dessa lista se tornaram as primeiras assinantes do *Journal of Humanistic Psychology* e membros da *American Association for Humanistic Psychology*. “Descontentes com a teoria e a prática da ciência behaviorista ortodoxa, os colegas de Maslow lentamente emergiram como um grupo distinto dentro da psicologia, buscando a construção de um conjunto separado de teorias e pesquisas em psicologia”²² (DECARVALHO, 1990, p. 24, tradução nossa).

A proposta de Maslow era incorporar tanto a Psicanálise como o Behaviorismo em uma Psicologia mais ampla, de modo a superar o que ele considerava limitações das outras duas forças. No entanto, como um movimento emergente, a terceira força, a qual também seria chamada de Psicologia Humanista, contrapõe-se às teorias e práticas estabelecidas, criticando seus pontos fracos (CARPINTERO; MAYOR; e ZALBIDEA, 1990, pp. 71-72).

A crítica ao Behaviorismo se dava, principalmente, por conta da objetificação que ele operava ao estudar o ser humano. Como vimos, o Behaviorismo se aproxima mais do modelo positivista das ciências naturais, privilegiando o comportamento como um fenômeno observável, diferentemente da consciência.

A Psicologia Humanista criticava o Behaviorismo por sua estreiteza de olhar, sua artificialidade e sua incapacidade de fornecer uma compreensão da natureza humana. Sua ênfase no comportamento manifesto era considerada desumanizante, [...] furtando assim a consideração do que é mais genuinamente psicológico e humano, ou seja, a vivência interior e a subjetividade. A Psicologia Humanista rejeita a imagem de um organismo robotizado que responde mecanicamente aos estímulos que lhe são apresentados. Em suma, ela se opõe ao behaviorismo porque o considera mecanicista, elementarista e reducionista²³ (CARPINTERO; MAYOR; e ZALBIDEA, 1990, pp. 72-73, tradução nossa).

Já em relação à Psicanálise Freudiana, a crítica da terceira força se direciona principalmente ao determinismo e a um irracionalismo, os quais favorecem que se subestime o papel da consciência.

²² No original: Discontented with the theory and practice of orthodox behavioristic science, Maslow's colleagues slowly emerged as a distinct group within psychology seeking the construction of a separate set of theories and research in psychology.

²³ No original: La Psicología Humanista criticaba al Conductismo su estrechez de miras, su artificialidad y su incapacidad para suministrar una comprensión de la naturaleza humana. Su énfasis en la conducta manifiesta se consideraba deshumanizante [...] hurtando así la consideración de lo más genuinamente psicológico y humano, ésto es, la vivencia interior y la subjetividad. La Psicología Humanista rechaza la imagen de un organismo robotizado que responde mecánicamente a los estímulos que se le presentan. En definitiva, se opone al conductismo por considerarlo mecanicista, elementalista y reduccionista.

As/Os psicólogas/os humanistas também se contrapõem à psicanálise freudiana: consideram-na irracional e determinista. Ou seja, entendem que ela subestima o papel da consciência na compreensão do comportamento e que o ser humano é, nessa abordagem, um sujeito submetido a obscuras motivações inconscientes. Criticam, ademais, que a fonte dessa imagem do ser humano seja fundamentalmente o estudo de pessoas que sofrem de problemas neuróticos e psicóticos, cuja personalidade tem funcionamento mais semelhante à das crianças do que de adultas/os saudáveis e normais. Desse modo, segundo as/os psicólogas/os humanistas, não foram levados em conta atributos e virtudes realmente constitutivos da psicologia humana, o que levou a um reducionismo da realidade psíquica tão negativo quanto o operado pelo comportamentalismo²⁴ (CARPINTERO; MAYOR; e ZALBIDEA, 1990, p. 73, tradução nossa).

Em comum, o reducionismo e mecanicismo presentes nas outras duas forças incomodavam as/os teóricas/os da Psicologia Humanista. No caso do Behaviorismo, a redução da experiência humana a estímulos e respostas e, no caso da Psicanálise, a redução a uma estrutura psíquica subordinada à instância inconsciente.

No nível teórico-conceitual, a Psicologia Humanista recusa o reducionismo e o mecanicismo que caracterizam tanto a psicanálise quanto o behaviorismo, [...] também rejeita a orientação ancorada no passado, a qual os leva a compreender o comportamento e/ou o psiquismo em sua relação necessária com eventos passados, geralmente localizados na infância. Diante dessa inclinação, o novo movimento realoca os fenômenos para o presente e representa uma volta ao interesse pela consciência, obliterada por mais de meio século, ou mesmo rejeitada pela orientação experimentalista do behaviorismo, e pela orientação analítica da psicologia profunda²⁵ (CARPINTERO; MAYOR; e ZALBIDEA, 1990, p. 74, tradução nossa).

O caminho trilhado pelas/os pensadoras/es da terceira força foi, então, o de fundamentar uma Psicologia com pressupostos das filosofias humanistas e existenciais, sendo estes uma espécie de denominador comum entre as diversas abordagens que compunham essa força:

O movimento humanista em Psicologia acabou por reunir diferentes perspectivas teóricas. Essa união ocorreu, em primeiro lugar, pelas divergências e críticas às duas primeiras forças e, em segundo, pelo desenvolvimento de temáticas em comum, tais como self, saúde psicológica, bem-estar, potencial humano de crescimento,

²⁴ No original: Los psicólogos humanistas se sitúan también frente al psicoanálisis freudiano: estiman que es irracionalista y determinista. Esto es, entienden que subvalora el papel de la conciencia en la comprensión de la conducta y que el ser humano resulta, en este enfoque, un sujeto sometido a oscuras motivaciones inconscientes. Critican, además, que la fuente de esa imagen de los seres humanos sea fundamentalmente el estudio de personas aquejadas de problemas neuróticos y psicóticos, cuya personalidad tiene un funcionamiento más similar al de los niños que al de los seres adultos, sanos y normales. De este modo, según los psicólogos humanistas, no se tenían en cuenta atributos y virtudes realmente constitutivos de la psicología humana, derivando ello hacia un reduccionismo de la realidad psíquica tan negativo como el operado por el conductismo.

²⁵ No original: En el plano teórico-conceptual, la Psicología Humanista desestima el reduccionismo y mecanicismo que caracterizan tanto al psicoanálisis como al conductismo, [...] también rechaza su orientación anclada en el pasado, que les lleva a comprender la conducta y/o el psiquismo en su relación necesaria con eventos pasados, por lo general situados en la infancia. Frente a esta inclinación, el nuevo movimiento resitúa los fenómenos en el presente y representa una vuelta al interés por la conciencia, obliterada durante más de medio siglo, o incluso rechazada por la orientación experimentalista del conductismo, y por la orientación analítica de la psicología profunda.

autorrealização, capacidades e potencialidades exclusivas do ser humano, criatividade, amor, sentimentos, identidade, vontade, coragem, liberdade, responsabilidade, valores superiores, transcendência do ego, significados, intencionalidade, experiência subjetiva, encontro genuíno, entre outros (FEIJOO; MATTAR, 2016, p. 265).

A inspiração no pensamento humanista e existencial influenciou na compreensão que se faz do ser humano. Bugental (1964), em *The Third Force in Psychology*, propõe 5 postulados “da psicologia humanista que podem representar os elementos comuns nas perspectivas da maioria das/os escritoras/es que se identificam com esse campo.”²⁶ (p. 22, tradução nossa). Eles são: que uma pessoa, enquanto tal, é mais do que a soma de suas partes; que as relações humanas nos constituem enquanto seres humanos; que uma pessoa tem consciência; que temos escolha; e que somos intencionais. (BUGENTAL, 1964, pp. 23-24)

DeCarvalho (1990) salienta a importância que a imagem de natureza humana teve para a Psicologia Humanista, a qual fundamentou as noções de método e da própria natureza da Psicologia, bem como as críticas direcionadas à Psicanálise e ao Behaviorismo:

Psicólogas/os humanistas compartilhavam a convicção de que uma pessoa é um "ser-em-processo-de-tornar-se". Uma pessoa em seu melhor, elas/es disseram, é proativa, autônoma, orientada para a escolha, adaptável e mutável, na verdade, continuamente se transformando. Cada ser humano, elas/es argumentaram, é um organismo único com a capacidade de dirigir, escolher e mudar os motivos guias ou o "projeto" do curso da vida. No processo de tornar-se, deve-se assumir, ultimamente, a responsabilidade pela individualização e atualização da própria existência. Para alcançar os níveis mais elevados através do processo de devir, um indivíduo deve estar em pleno funcionamento (Rogers) ou funcionalmente autônomo (Allport); o self deve ser espontaneamente integrado e atualizado (Maslow); deve haver um senso de autoconsciência, centralização (May) e autenticidade do ser (Bugental). As/Os psicólogas/os humanistas acreditavam que o processo de vir a ser nunca foi simplesmente uma questão de genética, biologia ou das contingências de reforços externos, e estavam convencidas/os de que a rejeição do devir era uma enfermidade psicológica que deveria ser a principal preocupação da psicoterapia²⁷ (DECARVALHO, 1990, p. 38-39, tradução nossa).

Essa outra compreensão do ser humano influenciou também no que se entende por psicoterapia, seus elementos constitutivos e a importância deles no processo. A relação

²⁶ No original: Of humanistic psychology which may represent common elements in the perspectives of most writers identifying with this field.

²⁷ No original: Humanistic psychologists shared a conviction that a person is a "being-in-the-process-of-becoming." A person at his or her best, they said, is proactive, autonomous, choice-oriented, adaptable, and mutable, indeed, continuously becoming. Each human being, they argued, is a unique organism with the ability to direct, choose, and change the guiding motives or "project" of life's course. In the process of becoming, one must assume the ultimate responsibility for the individualization and actualization of one's own existence. To reach the highest levels through the process of becoming, an individual must be fully functioning (Rogers) or functionally autonomous (Allport); the self must be spontaneously integrated and actualizing (Maslow); there must be a sense of self-awareness, centeredness (May), and authenticity of being (Bugental). Humanistic psychologists believed that the process of becoming was never simply a matter of genetics, biology, or the contingencies of external reinforcement, and were convinced that the rejection of becoming was a psychological illness that should be the main concern of psychotherapy.

humana entre paciente/cliente e terapeuta passa a ser, para diversas/os autoras/es, o elemento central da psicoterapia, ao passo que as interpretações que a/o terapeuta possa fazer daquilo que a/o paciente diz, ou intervenções técnicas, por exemplo, passam a um segundo plano. Bugental (1963), num dos primeiros textos a abordar os postulados da Psicologia Humanista, indica a relevância da relação terapêutica: “As informações diagnósticas são, inevitavelmente, informações que consideram funções parciais, enquanto a psicoterapia mais efetiva é a que considera a pessoa inteira, e se centra no relacionamento”²⁸ (pp. 566-567, tradução nossa).

Rice e Greenberg (1992, p. 219), em seu estudo sobre abordagens humanistas e existenciais na Psicologia, salientam a crença compartilhada entre humanistas da importância de um relacionamento humano genuíno como um agente de cura em si mesmo. Sobre esse tipo de relacionamento especial discorreram Rollo May, Irvin Yalom, Carl Rogers, entre outras/os autoras/es. Esses autores não só salientam a importância da relação terapêutica, mas a consideram como o principal elemento da psicoterapia, por ser propriamente o que a proporcionaria a capacidade de ser terapêutica.

Todas as abordagens humanistas contestam a afirmação de que o relacionamento entre a/o cliente e a/o terapeuta pode ser reduzido a uma repetição inconsciente de afetos anteriores. Em vez disso, elas propõem que um relacionamento real seja desenvolvido entre as/os participantes e que esse relacionamento real forneça uma nova experiência interpessoal para a/o cliente. [...] As/Os existencialistas consideram que um relacionamento real entre cliente e terapeuta é um ingrediente crucial da terapia. O relacionamento é difícil de definir porque é, essencialmente, um modo de estar na terapia. May enfatizou a “presença” por parte da/o terapeuta, que deve estar totalmente presente e se empenhar por um autêntico encontro humano com a/o cliente. A psicoterapia, então, é antes de mais nada uma forma única de estar junto, na qual “estar-com” a/o cliente é um ingrediente essencial [...]. Para May e Yalom, é uma relação muito direta e não-formal de iguais, na qual os primeiros nomes são usados e as/os terapeutas são livres para compartilhar seus próprios sentimentos. Eles veem esse encontro real e autêntico como um agente de mudança em si mesmo. A experiência do relacionamento é um exemplo de um tipo de intimidade a partir da qual a/o cliente pode aprender como é gratificante ser cuidado²⁹ (RICE; GREENBERG, 1992, pp. 212-213, tradução nossa).

²⁸ No original: Diagnostic information is inevitably part-function information, while psychotherapy that is most effective is whole-person, relationship centered.

²⁹ No original: The humanistic approaches all dispute the claim that the relationship between the client and the therapist can be reduced to an unconscious repetition of previous attachments. Rather, they propose that a real relationship is developed between the participants and that this real relationship provides a new interpersonal experience for the client. [...] Existentialists consider that a real relationship between client and therapist is a crucial ingredient of therapy. The relationship is difficult to define because it is an essential kind of being in the therapy. May has emphasized “presence” on the part of the therapist, who must be fully present and strive for an authentic human encounter with the client. Psychotherapy then, is first and foremost a unique form of being together, in which “being-with” the client is an essential ingredient [...]. For May and Yalom it is a very direct, nonformal relationship of equals in which first names are used, and therapists are free to share their own feelings. They view this real, authentic encounter as a change agent in itself. The experience of the relationship is an example of a kind of intimacy from which the client can learn how fulfilling it is to be cared about.

Nesta pesquisa vamos nos deter nos trabalhos de Carl Rogers, Rollo May e Irvin Yalom por conta a relevância que dão à relação terapêutica em seus escritos, em conjunto com a influência desses autores nas práticas de psicoterapeutas. Essa influência aparece no cenário estadunidense, mas não se restringe a ele.

Berdondini, Cooper e Correia (2014) realizaram uma pesquisa internacional buscando identificar autoras/es e textos mais influentes na prática de psicoterapeutas existenciais. Eles aplicaram questionários a terapeutas de vários países e encontraram que Yalom e May aparecem entre as/os psicoterapeutas mais influentes, junto a nomes como Viktor Frankl, Ernesto Spinelli, e Emmy van Deurzen. Diversos livros de Yalom e a obra *Existence*, de Rollo May com colaboradores, são apontados como textos influentes por psicoterapeutas existenciais nesse estudo.

No que diz respeito a Carl Rogers, Kirschenbaum e Jourdan (2005) ressaltam seu pioneirismo junto a seus colegas em “gravar, transcrever e publicar casos completos de psicoterapia”³⁰ (p. 37, tradução nossa). A partir das gravações, Rogers “conduziu e patrocinou mais pesquisa científica sobre psicoterapia do que nunca”³¹ (KIRSCHENBAUM; JOURDAN, 2005, p. 37, tradução nossa). Além disso, os autores investigam a influência de Carl Rogers mais recentemente, concluindo que

a abordagem centrada na pessoa, a qual considera a relação terapêutica central e essencial para o aconselhamento e a psicoterapia eficazes, está viva e bem. Embora relativamente poucas/os terapeutas se descrevam principalmente como centradas/os na/o cliente em sua orientação, os princípios da terapia centrada na/o cliente permeiam a prática de muitas/os, senão da maioria, das/os terapeutas. Cada vez mais, várias escolas de psicoterapia estão reconhecendo a importância da relação terapêutica como um meio para, se não um aspecto central da, mudança terapêutica³² (KIRSCHENBAUM; JOURDAN, 2005, p. 48, tradução nossa).

Pudemos ver, neste tópico, um breve histórico da terceira força da Psicologia, a qual se contrapunha a e buscava suplantando as outras duas forças. Nela, viriam a surgir as propostas psicoterapêuticas humanistas e existenciais, as quais se baseariam em outras concepções de ser humano e de terapia, o que, por sua vez, determinou a importância da relação psicoterapêutica como parte crucial do processo da psicoterapia. Mencionamos três autores da

³⁰ No original: record, transcribe, and publish complete cases of psychotherapy.

³¹ No original: conducted and sponsored more scientific research on psychotherapy than had ever been undertaken before.

³² No original: the person-centered approach, which holds the therapeutic relationship as central and essential to effective counseling and psychotherapy, is alive and well. Although relatively few therapists describe themselves as primarily client-centered in their orientation, client-centered principles permeate the practice of many, if not most, therapists. Various schools of psychotherapy increasingly are recognizing the importance of the therapeutic relationship as a means to, if not a core aspect of, therapeutic change.

terceira força que se detiveram especialmente sobre essa temática da relação psicoterapêutica, os quais permanecem influentes ainda hoje. A seguir, apresentaremos as elaborações de cada um desses três autores sobre a relação terapêutica em detalhe, de modo a compreendermos o que é considerado característico dessa relação para cada um deles.

1.2.1 Carl Rogers e a Abordagem Centrada na Pessoa

Carl Rogers foi um psicólogo com destaque não só na terceira força da Psicologia, mas na Psicologia como um todo. Chegou a ser presidente da Associação Americana de Psicologia (APA) em 1947 e a foi premiado por seus estudos em clínica psicológica. Ele é conhecido por ter desenvolvido a Abordagem Centrada na Pessoa, em contraposição às abordagens behaviorista e psicanalítica.

Consoante seus princípios, Rogers propõe uma forma de psicoterapia que, atualmente, pela sua amplitude, é chamada abordagem centrada na pessoa, na qual dá relevo à autonomia da pessoa, e não ao papel do psicoterapeuta. É neste ponto que essa abordagem se distancia da concepção de transferência psicanalítica (BUYS, 2005, p. 344).

A abordagem de Rogers busca valorizar a relação entre a pessoa e a/o terapeuta como o agente de mudança, em contraposição às abordagens psicoterápicas com perspectivas mais técnicas ou psicopatológicas. Seus estudos tinham uma preocupação empírica, patente não só no pioneirismo de Rogers em gravar atendimentos psicoterápicos na década de 1940, mas também nas análises empreendidas por Rogers de sua própria experiência clínica e de pesquisas de outras/os estudiosas/os (ROGERS, 2017; ROGERS, 1957).

Em *Tornar-se Pessoa*, Rogers afirma que, como terapeuta, “se posso proporcionar um certo tipo de relação, a outra pessoa descobrirá dentro de si a capacidade de utilizar esta relação para crescer, e mudança e desenvolvimento pessoal ocorrerão” (2017, p. 46). Desse modo, sua atenção se volta para definir as melhores condições e promover esse tipo de relação terapêutica.

A relação de ajuda pode ser definida como uma situação na qual um dos participantes procura promover numa ou noutra parte, ou em ambas, uma maior apreciação, uma maior expressão e uma utilização mais funcional dos recursos internos latentes do indivíduo (ROGERS, 2017, p. 52).

Podemos perceber a influência do pensamento humanista quando Rogers, um dos pioneiros do humanismo em Psicologia, parte da ideia de que os indivíduos possuem recursos internos latentes mais bem utilizados e expressos em determinadas condições (AMATUZZI,

2010). Isto posto, Rogers considera a relação terapêutica capaz de favorecer a emergência desses recursos latentes.

A relação que considerei útil é caracterizada por um tipo de transparência de minha parte, onde meus sentimentos reais se mostram evidentes; por uma aceitação desta outra pessoa como uma pessoa separada com valor por seu próprio mérito; e por uma compreensão empática profunda que me possibilita ver seu mundo particular através de seus olhos. Quando essas condições são alcançadas, torno-me uma companhia para o meu cliente, acompanhando-o nessa busca assustadora de si mesmo, onde ele agora se sente livre para ingressar (ROGERS, 2017, p. 47).

Em seu artigo *The Necessary and Sufficient Conditions of Therapeutic Personality Change*, Rogers propõe seis condições mínimas para a mudança terapêutica da personalidade.

Para que ocorra uma mudança construtiva de personalidade, é necessário que essas condições existam e continuem por um período de tempo: 1. Duas pessoas estão em contato psicológico. 2. A primeira, a quem chamaremos de cliente, está em um estado de incongruência, vulnerável ou ansiosa. 3. A segunda pessoa, a quem chamaremos de terapeuta, é congruente ou integrada no relacionamento. 4. A/O terapeuta experimenta uma consideração positiva incondicional pela/o cliente. 5. A/O terapeuta experimenta uma compreensão empática do quadro de referência interno da/o cliente e se esforça para comunicar essa experiência à/ao cliente. 6. A comunicação à/ao cliente da compreensão empática e da consideração positiva incondicional da/o terapeuta é alcançada em um grau mínimo. Nenhuma outra condição é necessária. Se essas seis condições existem e continuam por um período de tempo, isso é suficiente. O processo de mudança construtiva da personalidade se seguirá³³ (ROGERS, 1957, p. 96, tradução nossa).

Em síntese, as recomendações para a/o terapeuta são a de que seja congruente ou integrada/o no relacionamento, tenha uma consideração positiva incondicional e compreenda empaticamente a/o cliente. No que diz respeito à congruência, Rogers enfatiza importância de que haja transparência por parte da/o terapeuta, considerando que isso contribui para que a/o cliente possa, por sua vez, descobrir em si mesma/o o que há de verdadeiro. Em suas palavras:

Cheguei à conclusão que somente quando sou capaz de ser uma pessoa transparentemente real, e assim sou percebido pelo meu cliente, poderá ele descobrir o que há de real em si mesmo. Então minha empatia e aceitação podem ser efetivas. Quando sou incapaz de ser o que realmente eu sou, então não consigo atingir o objetivo da terapia. A essência da terapia, como vejo ser conduzida por mim próprio e por outros, é um encontro de duas pessoas, no qual o terapeuta é aberta e livremente ele próprio e evidencia isto talvez mais completamente, quando ele pode livre e com receptividade entrar no mundo da outra (ROGERS, 1986a, p. 100).

³³ No original: For constructive personality change to occur, it is necessary that these conditions exist and continue over a period of time: 1. Two persons are in psychological contact. 2. The first, whom we shall term the client, is in a state of incongruence, being vulnerable or anxious. 3. The second person, whom we shall term the therapist, is congruent or integrated in the relationship. 4. The therapist experiences unconditional positive regard for the client. 5. The therapist experiences an empathic understanding of the client's internal frame of reference and endeavors to communicate this experience to the client. 6. The communication to the client of the therapist's empathic understanding and unconditional positive regard is to a minimal degree achieved. No other conditions are necessary. If these six conditions exist, and continue over a period of time, this is sufficient. The process of constructive personality change will follow.

Já a chamada consideração positiva incondicional tem a ver com uma disposição de acolhimento que não julga, além de considerar a/o cliente como uma pessoa separada, com direito às próprias experiências. Rogers escreve que consideração positiva incondicional

Significa que não existem condições de aceitação, nenhum sentimento de "Eu só gosto de você *se* você for assim e assado". Significa uma "valorização" da pessoa, como Dewey usou o termo. Está no polo oposto de uma atitude de avaliação seletiva - "Você é mau nesses aspectos, é bom naqueles." Envolve tanto sentimento de aceitação pela expressão de sentimentos negativos, "ruins", dolorosos, medrosos, defensivos e anormais da/o cliente quanto por sua expressão de sentimentos "bons", positivos, maduros, confiantes, sociais, tanto aceitação de maneiras nas quais ela/e é inconsistente quanto de maneiras nas quais ela/e é consistente. Significa cuidar da/o cliente, mas não de forma possessiva ou simplesmente para satisfazer as próprias necessidades da/o terapeuta. Significa cuidar da/o cliente como uma pessoa separada, com permissão para ter seus próprios sentimentos, suas próprias experiências. [...] Esse é o tipo de aceitação que se hipotetiza como necessária para que ocorra a mudança de personalidade³⁴ (ROGERS, 1957, p. 98, tradução nossa).

Em suma, Rogers considera que essas disposições conseguem fazer com que uma relação seja compreensiva, promotora de melhorias psicológicas, enfim, terapêutica.

Assumindo uma disposição mútua mínima para estar em contato e receber comunicações, podemos dizer que quanto maior a congruência na comunicação de experiência, consciência e comportamento por parte de um indivíduo, mais o relacionamento resultante envolverá uma tendência à comunicação recíproca com as mesmas qualidades, compreensão mutuamente precisa das comunicações, melhor ajustamento e funcionamento psicológico em ambas as partes e satisfação mútua no relacionamento. Por outro lado, quanto maior a incongruência na comunicação de experiência, consciência e comportamento, mais o relacionamento resultante envolverá mais comunicação com a mesma qualidade, desintegração do entendimento preciso, menor ajuste psicológico em ambas as partes e insatisfação mútua no relacionamento³⁵ (ROGERS, 1959, p. 240, tradução nossa).

A partir da leitura dos textos de Carl Rogers, podemos dizer que a relação psicoterapêutica para ele conjuga determinadas características como: congruência entre pensamento e expressão; consideração positiva incondicional; e compreensão empática por

³⁴ No original: It means that there are no conditions of acceptance, no feeling of "I like you only if you are thus and so." It means a "prizing" of the person, as Dewey has used that term. It is at the opposite pole from a selective evaluating attitude—"You are bad in these ways, good in those." It involves as much feeling of acceptance for the client's expression of negative, "bad," painful, fearful, defensive, abnormal feelings as for his expression of "good," positive, mature, confident, social feelings, as much acceptance of ways in which he is inconsistent as of ways in which he is consistent. It means a caring for the client, but not in a possessive way or in such a way as simply to satisfy the therapist's own needs. It means a caring for the client as a separate person, with permission to have his own feelings, his- own experiences. [...] This is the type of acceptance which is hypothesized as being necessary if personality change is to occur.

³⁵ No original: Assuming a minimal mutual willingness to be in contact and to receive communications, we may say that the greater the communicated congruence of experience, awareness, and behavior on the part of one individual, the more the ensuing relationship will involve a tendency toward reciprocal communication with the same qualities, mutually accurate understanding of the communications, improved psychological adjustment and functioning in both parties, and mutual satisfaction in the relationship. Conversely, the greater the communicated incongruence of experience, awareness, and behavior, the more the ensuing relationship will involve further communication with the same quality, disintegration of accurate understanding, lessened psychological adjustment in both parties, and mutual dissatisfaction in the relationship.

parte da/o terapeuta. Ele julga que, cumpridas essas condições, a relação torna a terapia mais efetiva, levando a/o cliente a atingir os objetivos terapêuticos de maior expressão e utilização mais funcional de seus recursos latentes.

No entanto, é questionável se essas condições propostas por Rogers são viáveis na concretude do encontro terapêutico. Tudor e Worrall (2002) mencionam essa problemática.

De uma perspectiva centrada na pessoa, a aceitação e consideração positiva incondicional do terapeuta é uma condição central e necessária para o crescimento terapêutico. Como o pagamento é uma pré-condição para a maioria das terapias do âmbito privado, isso constitui uma contradição aparente que precisa ser tratada - tanto na teoria quanto na prática. Isso é ainda mais pungente pelo fato de que a condicionalidade, para a perspectiva centrada na pessoa, é vista como o alicerce da sua abordagem em psicopatologia³⁶ (p. 86, tradução nossa).

1.2.2 Rollo May e a Psicologia Existencial

Rollo May foi um psicólogo estadunidense presente desde o início da terceira força. Ele fazia parte da lista de correspondência que Abraham Maslow fez descontente com as outras teorias psicológicas, e participou como editor do primeiro jornal da terceira força, o *Journal of Humanistic Psychology*.

May deixa clara a influência que o pensamento de Sören Kierkegaard teve no desenvolvimento de suas elaborações a respeito da Psicologia e da psicoterapia. Kierkegaard, pensador dinamarquês conhecido como um dos precursores do existencialismo, escreveu diversas obras por meio de pseudônimos. Seu livro *O Conceito de Angústia*, assinado por Vigilius Haufniensis, acompanhou Rollo May nos meses em que este passou no sanatório, recuperando-se da tuberculose. A influência do dinamarquês em May aparece, por exemplo, em *Existence: A New Dimension in Psychiatry and Psychology*, quando May se inspira na concepção de que a verdade não é completamente objetiva, mas se encontra numa relação. Com isso, argumenta que o suposto distanciamento científico não é possível nem desejável na situação da psicoterapia.

O fato de a/o terapeuta participar de forma real da relação e ser parte indissociável do "campo" não prejudica, portanto, a solidez de suas observações científicas. Na verdade, não podemos afirmar que, a menos que a/o terapeuta seja um/a participante real no relacionamento e reconheça conscientemente esse fato, ela/e não será capaz de discernir com clareza o que de fato está acontecendo? A implicação desse "manifesto" de Kierkegaard é que somos libertados da doutrina tradicional, tão limitadora, autocontraditória e, na verdade, muitas vezes tão destrutiva na

³⁶ No original: For instance, from a person-centered perspective, the therapist's unconditional positive regard and acceptance is a central and necessary condition of therapeutic growth. As payment is a precondition for most freelance therapy, this constitutes an apparent contradiction which needs addressing—both in theory and practice. This is made more poignant by the fact that conditionality is viewed as the bedrock of a person-centered approach to psychopathology.

psicologia, de que quanto menos estamos envolvidos em uma determinada situação, mais claramente podemos observar a verdade. A implicação dessa doutrina era, obviamente, haver uma relação inversa entre envolvimento e nossa capacidade de observar sem preconceitos. E a doutrina tornou-se tão bem consagrada que esquecemos outra de suas implicações claras, a saber, considerar-se que descobrirá com muito sucesso a verdade aquela/e que não estiver nem um pouco interessada/o nela! Ninguém, é claro, argumentaria contra o fato óbvio de que emoções disruptivas interferem na percepção de alguém. Nesse sentido, é evidente que qualquer pessoa em um relacionamento terapêutico, ou qualquer pessoa observando outras, deve esclarecer muito bem quais são suas emoções e seu envolvimento na situação. Mas o problema não pode ser resolvido com desapego e abstração. Dessa maneira, acabamos com um punhado de espuma do mar; e a realidade da pessoa se evaporou diante de nossos olhos. O esclarecimento do polo na relação representado pela/o terapeuta só pode ser realizado por uma consciência mais plena da situação existencial, ou seja, a relação real, viva. Quando lidamos com seres humanos, nenhuma verdade tem realidade por si mesma; é sempre dependente da realidade do relacionamento imediato³⁷ (MAY, 1958b, p. 27, tradução nossa).

May se mostra especialmente interessado em esclarecer o embasamento que sustenta a ciência e a prática desempenhadas pelas/os psicoterapeutas existenciais. Ele parte da ideia de que “cada método se baseia em certas pressuposições sobre a natureza do homem, a natureza de sua experiência, e assim por diante. Essas pressuposições estão parcialmente condicionadas por nossa cultura e pelo momento particular na história onde nós nos situamos” (MAY, 1986b, p. 29). Nesse sentido, busca evidenciar os pressupostos não com a intenção de se livrar totalmente deles, mas de não os dogmatizar.

Ninguém – físico, psicólogo ou qualquer um outro - pode escapar desse revestimento historicamente condicionado. A única maneira em que nós podemos evitar que as pressuposições, que suportam nosso método particular, desviem indevidamente nossos esforços, é conhecer conscientemente quais são eles e assim não absolutizá-los ou dogmatizá-los. Por isso, nós temos ao menos uma chance de abstermo-nos de forçar nossos sujeitos ou pacientes em nossos "divãs procustianos" e cortar, ou recusar ver, o que não convém (MAY, 1986b, p. 30).

³⁷ No original: The fact that the therapist participates in a real way in the relationship and is an inseparable part of the "field" does not, thus, impair the soundness of his scientific observations. Indeed, can we not assert that unless the therapist is a real participant in the relationship and consciously recognizes this fact, he will not be able to discern with clarity what is in fact going on? The implication of this "manifesto" of Kierkegaard is that we are freed from the traditional doctrine, so limiting, self-contradictory, and indeed often so destructive in psychology, that the less we are involved in a given situation, the more clearly we can observe the truth. The implication of that doctrine was, obviously enough, that there is an inverse relation between involvement and our capacity to observe without bias. And the doctrine became so well-enshrined that we overlooked another one of its clear implications, namely, that he will most successfully discover truth who is not the slightest bit interested in it! No one, of course, would argue against the obvious fact that disruptive emotions interfere with one's perception. In this sense it is self-evident that anyone in a therapeutic relationship, or any person observing others, for that matter, must clarify very well what his particular emotions and involvement are in the situation. But the problem cannot be solved by detachment and abstraction. That way we end up with a handful of sea foam; and the reality of the person has evaporated before our eyes. The clarification of the pole in the relationship represented by the therapist can only be accomplished by a fuller awareness of the existential situation, that is, the real, living relationship. 39 When we are dealing with human beings, no truth has reality by itself; it is always dependent upon the reality of the immediate relationship.

A partir disso, analisando os pressupostos da prática psicoterápica, May define como um dos fundamentos existenciais da psicoterapia a relação entre duas pessoas que compartilham um mundo.

Nossa unidade de estudo é, antes de mais nada duas-pessoas-existent-em-um-mundo, o mundo no momento sendo representado pelo consultório do terapeuta. Para estar seguro, o paciente traz à baila todos os seus problemas, sua "doença", sua história passada, e tudo o mais, simplesmente porque é uma parte integral dele mesmo. Mas o que é importante é que um dado que tem realidade na ocasião é que o paciente cria um determinado mundo no consultório, e é no contexto deste mundo que alguma compreensão do paciente pode surgir. Este mundo e sua compreensão são alguma coisa de que ambas as pessoas, paciente e terapeuta, participam. Nosso ponto aqui tem implicações de grande alcance, não somente porque ele se relaciona diretamente com nossa pesquisa e prática em psicoterapia, mas também porque ele sugere as linhas mestras de um enfoque existencial para a ciência (MAY, 1986a, pp. 84-85).

Como decorrência da ideia de que a compreensão da/o paciente pode surgir na relação, May destaca a importância da presença, ou seja, o modo como a/o terapeuta se dispõe na relação.

A terceira implicação na terapia existencial é a ênfase na presença. Com isso, queremos dizer que a relação da/o terapeuta e da/o paciente é tida como uma relação real, a/o terapeuta não sendo apenas um/a refletor sombrio, mas um ser humano vivo que se encontra, naquela hora, preocupada/o não com seus próprios problemas, mas em compreender e experienciar, tanto quanto possível, o ser da/o paciente. O caminho foi preparado para essa ênfase na presença por nossa discussão acima da ideia existencial fundamental de verdade-no-relacionamento. Foi aí apontado que, existencialmente, a verdade envolve sempre a relação da pessoa com algo ou alguém e que a/o terapeuta faz parte do "campo" de relacionamento da/o paciente. Indicamos, também, que este não era apenas o melhor caminho da/o terapeuta para compreender a/o paciente, mas que ela/e não pode realmente ver a/o paciente a menos que participe do campo³⁸ (MAY, 1958a, p. 80, tradução nossa).

Vemos, assim, a importância que May dá à presença, ao modo como a/o psicoterapeuta se envolve no campo e analisa esse mesmo envolvimento. Ele escreve sobre os diferentes níveis desse encontro entre paciente e terapeuta. Ao falar do conceito de encontro, ele se refere

ao fato de que na hora terapêutica está ocorrendo uma relação total entre duas pessoas que inclui vários níveis diferentes. Um nível é o de pessoas reais: me alegra ver minha/meu paciente (o que varia em dias diferentes, dependendo principalmente

³⁸ No original: The third implication in existential therapy is the emphasis on presence. By this we mean that the relationship of the therapist and patient is taken as a real one, the therapist being not merely a shadowy reflector but an alive human being who happens, at that hour, to be concerned not with his own problems but with understanding and experiencing so far as possible the being of the patient. The way was prepared for this emphasis on presence by our discussion above of the fundamental existential idea of truth-in-relationship. It was there pointed out that existentially truth always involves the relation of the person to something or someone and that the therapist is part of the patient's relationship "field." We indicated, too, that this was not only the therapist's best avenue to understanding the patient but that he cannot really see the patient unless he participates in the field.

da quantidade de sono que tive na noite anterior). O fato de nos vermos alivia a solidão física da qual todos os seres humanos são herdeiros. Outro nível é o dos amigos: confiamos - pois nos vimos muito - que o outro tem alguma preocupação genuína em ouvir e compreender. Outro nível é o da estima, ou ágape, a capacidade inerente ao ser-com-os-outros de autotranscendência, da preocupação com o bem-estar do outro. Outro nível será francamente erótico. [...] Ora, esse encontro total, que pode ser nosso meio mais útil de compreensão da/o paciente, bem como nosso instrumento mais eficaz para ajudá-la/o a se abrir para a possibilidade de mudança, parece-me ter o caráter ressonante de dois instrumentos musicais. Se você tocar uma corda de violino, as cordas correspondentes em outro violino na sala ressoarão com o movimento correspondente. É uma analogia, é claro: o que acontece nos seres humanos inclui isso, mas é muito mais complexo. O encontro em seres humanos é sempre, em maior ou menor grau, tanto criador de ansiedade quanto de alegria. Acho que esses efeitos surgem do fato de que o encontro genuíno com outra pessoa sempre abala nossa relação com o mundo interior: nossa confortável e temporária segurança do momento anterior é questionada, somos abertos, tentados por um instante - devemos nos arriscar, aproveitar para sermos enriquecidos por este novo relacionamento (e mesmo que seja um/a amiga/o ou ente querido de longa data, este momento particular de relacionamento ainda é novo) ou devemos nos preparar, armar uma barreira, bloquear a outra pessoa e perder as nuances de suas percepções, sentimentos, intenções? O encontro é sempre uma experiência potencialmente criativa; normalmente deve resultar na expansão da consciência, no enriquecimento do eu. (Não falo aqui de quantidade - obviamente, um breve encontro pode nos afetar ligeiramente; na verdade, não me refiro a quantidades de forma alguma, mas a uma qualidade de experiência.) No encontro genuíno, ambas as pessoas são alteradas, mesmo que minuciosamente. C. G. Jung apontou corretamente que na terapia eficaz ocorre uma mudança tanto na/o terapeuta quanto na/o paciente; a menos que a/o terapeuta esteja aberto para mudanças, a/o paciente também não estará³⁹ (MAY, 1994, pp. 21-22, tradução nossa).

Chama a atenção nas elaborações de May que, embora o encontro seja considerado como algo que depende de uma abertura, com níveis diversos de afetividade, ele não seja considerado em seu nível profissional, isto é, como uma relação em que alguém treinado

³⁹ No original: Speaking now more concretely of the concept of encounter, I mean it to refer to the fact that in the therapeutic hour a total relationship is going on between two people which includes a number of different levels. One level is that of real persons: I am glad to see my patient (varying on different days depending chiefly on the amount of sleep I have had the night before). Our seeing each other allays the physical loneliness to which all human beings are heir. Another level is that of friends: we trust-for we have seen a lot of each other-that the other has some genuine concern for listening and understanding. Another level is that of esteem, or agape, the capacity which inheres in Mitwelt* for self-transcending concern for another's welfare. Another level will be frankly erotic. [...] Now this total encounter, which can be our most useful medium of understanding the patient as well as our most efficacious instrument for helping him open himself to the possibility of change, seems to me to have the resonant character of two musical instruments. If you pluck a violin string, the corresponding strings in another violin in the room will resonate with corresponding movement of their own. This is an analogy, of course: what goes on in human beings includes that, but is much more complex. Encounter in human beings is always to a greater or lesser extent anxiety-creating as well as joy-creating. I think these effects arise out of the fact that genuine encounter with another person always shakes our self-world relationship: our comfortable temporary security of the moment before is thrown into question, we are opened, made tentative for an instant-shall we risk ourselves, take the chance to be enriched by this new relationship (and even if it is a friend or loved one of long standing, this particular moment of relationship is still new) or shall we brace ourselves, throw up a stockade, block out the other person and miss the nuances of his perceptions, feelings, intentions? Encounter is always a potentially creative experience; it normally should ensue in the expanding of consciousness, the enrichment of the self. (I do not speak here of quantity-obviously a brief meeting may affect us only slightly; indeed, I do not refer to quantities at all, but to a quality of experience.) In genuine encounter both persons are changed, however minutely. C. G. Jung has pointed out rightly that in effective therapy a change occurs in both the therapist and the patient; unless the therapist is open to change the patient will not be either.

presta um serviço, e a outra parte paga por esse serviço. A omissão desse ponto, vinda de um teórico que se propõe a refletir sobre os pressupostos da prática psicoterápica, chama-nos bastante a atenção.

1.2.3 Irvin Yalom e a Psicoterapia Existencial

Irvin Yalom é um psiquiatra estadunidense influente não só no campo da psicoterapia existencial, na qual foi um dos pioneiros. Além disso, ele também conquistou notoriedade como escritor. Seu livro *Love's Executioner: And Other Tales of Psychotherapy*, posteriormente traduzido ao português como *O carrasco do amor e outras histórias de psicoterapia*, alcançou a lista dos mais vendidos nos Estados Unidos em 1989, seu ano de publicação. Ao ressaltar o pioneirismo de Yalom, Berry-Smith (2012) aponta que

Yalom (1980) foi o primeiro a concluir um manual, *Psicoterapia Existencial*, que entregou a estrutura teórica e técnicas práticas para uma abordagem que, ele diz, não é uma modalidade em si, mas uma postura filosófica para todos as/os psicoterapeutas, psicólogas/os e conselheiras/os, independentemente de seu viés teórico⁴⁰ (p. 1, tradução nossa).

Na investigação de Berdondini, Cooper e Correia (2014), a qual buscava identificar os autores e textos mais influentes nas práticas de psicoterapeutas existenciais, Yalom se encontra entre os três autores principais, e seu livro *Existential Therapy* também entre os três textos mais influentes nas práticas dessas/es profissionais.

A influência de Yalom no campo das psicoterapias existenciais e na terceira força da Psicologia como um todo, em conjunto com a relevância que o psiquiatra confere à relação terapêutica, justificam que nos detenhamos em seus estudos. Podemos ver a importância da relação terapêutica para ele em *O Carrasco do Amor*:

É o relacionamento que cura, o relacionamento que cura, o relacionamento que cura — meu rosário profissional. Frequentemente digo isso aos alunos. E também digo outras coisas, sobre a maneira de se relacionar com um paciente — consideração positiva incondicional, aceitação sem julgamento, comprometimento autêntico, compreensão empática (YALOM, 2007, pp. 101-102).

Para Yalom a relação terapêutica é considerada como o centro da psicoterapia, como aquilo capaz de curar. E não apenas isso, mas também que o processo de mudança ocorre por conta dessa relação, como decorrência das disposições da/o terapeuta.

⁴⁰ No original: Yalom (1980) was the first to complete a manual, *Existential Psychotherapy*, which delivered both theoretical structure and practical techniques for an approach that he says, is not a modality in itself, but a philosophical stance for all psychotherapists, psychologists, and counsellors, regardless of their theoretical bias.

Uma relação de aceitação e confiança entre paciente-terapeuta é crucial para o processo de mudança. Como resultado da preocupação e consideração incondicional da/o terapeuta, o amor-próprio e a autoestima da/o paciente aumentam gradualmente⁴¹ (YALOM, 1980, p. 339, tradução nossa).

São perceptíveis as semelhanças com o pensamento de Carl Rogers, o qual Yalom cita em seu livro *Existential Psychotherapy*, endossando a ideia de que são importantes características terapêuticas a “empatia, autenticidade e consideração positiva incondicional; e [existem] consideráveis evidências de pesquisa indicam que essas características facilitam o resultado positivo da terapia”⁴² (YALOM, 1980, p. 409, tradução nossa). Porém, Yalom também escreve, ao seu modo, sobre o estabelecimento da relação terapêutica, o qual depende de algumas disposições da/o terapeuta.

Em resumo, a/o terapeuta se relaciona com a/o paciente de uma maneira genuinamente cuidadosa e se esforça para alcançar momentos de encontro autêntico. A/O terapeuta deve ser altruísta nesse empreendimento - isto é, preocupada/o com o crescimento da/o paciente e não com suas necessidades pessoais. O cuidado da/o terapeuta deve ser indestrutível e não dependente do cuidado recíproco da/o paciente. A/O terapeuta deve ser capaz de estar consigo mesma/o e com a/o paciente e, portanto, ser capaz, ao cuidar, de entrar no mundo da/o paciente e vivenciá-lo como a/o paciente o vivencia. Isso requer que a/o terapeuta se aproxime da/o paciente sem pressuposições, para se concentrar no projeto de compartilhar a experiência da/o paciente, sem apressar-se em julgar ou estereotipar a/o paciente⁴³ (YALOM, 1980, p. 409, tradução nossa).

Além da preocupação genuína e de uma aproximação sem pressupostos, Yalom ressalta que o encontro entre paciente e terapeuta possui uma dimensão afetiva. Desse modo, considera que não existe a possibilidade de a/o terapeuta não se envolver afetivamente, de participar da vida da/o paciente em certa medida.

Esse encontro, o verdadeiro âmago da psicoterapia, é um encontro afetivo, profundamente humano entre duas pessoas, uma delas (geralmente, mas nem sempre, a/o paciente) mais perturbada do que a outra. As/Os terapeutas possuem um duplo papel: devem tanto observar quanto participar da vida de suas/seus pacientes. Como observadoras/es, devem ser suficientemente objetivas/os para oferecer a orientação rudimentar necessária à/ao paciente. Como participantes, entram na vida

⁴¹ No original: An accepting, trusting patient-therapist relationship is crucial to the process of change. As a result of the therapist's concern and unconditional regard, the patient's self-love and self-regard gradually increase.

⁴² No original: Empathy, genuineness, and positive, unconditional regard; and considerable research evidence indicates that these characteristics facilitate positive therapy outcome.

⁴³ No original: In summary, the therapist relates to the patient in a genuine caring fashion and strives to achieve moments of authentic encounter. The therapist should be selfless in this endeavor-that is, concerned with the patient's growth and not with his or her personal needs. The therapist's caring should be indestructible and not dependent upon reciprocal caring by the patient. The therapist should be able to be both with himself or herself and with the patient and should thus be able, in caring, to enter the patient's world and to experience it as the patient experiences it. This requires the therapist to approach the patient without presuppositions, to focus on the project of sharing the patient's experience without rushing in to judge or stereotype the patient.

da/o paciente, são afetadas/os por ela e, algumas vezes, modificadas/os pelo encontro (YALOM, 2007, p. 21).

Ainda nesse tópico relativo ao encontro em psicoterapia e em contraposição a uma abordagem tecnicista, Yalom escreve que “ajuda-se ao outro a se desenvolver não por instrução, mas pelo "encontro", pela "comunicação existencial". A/O terapeuta não é um/a diretor/a, não é um/a formador/a, mas sim um/a "possibilitador/a.”⁴⁴ (YALOM, 1980, p. 409, tradução nossa). Por isso, esse encontro, a própria relação terapêutica, é mais relevante que qualquer técnica que possa ser utilizada. “Para um/a terapeuta existencial, quando a "técnica" se torna suprema tudo se perde, porque a própria essência do relacionamento autêntico é que não se manipula, mas se volta para o outro com todo o seu ser”⁴⁵ (YALOM, 1980, pp. 409-410, tradução nossa).

Podemos afirmar que, para Irvin Yalom, a relação se constitui como o mais central na psicoterapia, como aquilo que tem a capacidade de ser curativo. Assim sendo, há algumas disposições da/o psicoterapeuta que propiciam tal relação, como a aproximação sem pressupostos, a preocupação genuína, a aceitação sem julgamento. Yalom aponta também para problemas na efetivação desses princípios, uma vez que aspectos concretos da psicoterapia, como uma duração de tempo predeterminada e um valor monetário de pagamento, por exemplo, são dissonantes a eles.

Há uma dissonância inescapável no mundo da/o terapeuta: nenhuma quantidade de polimento e lubrificação faz com que conceitos como "amizade", "amor" e "eu-tu" se encaixem confortavelmente com outros conceitos como "sessões de cinquenta minutos", "sessenta e cinco dólares por hora", “conferências de casos" e “pagamentos de terceiros". Essa incongruência está embutida na "situação" da/o terapeuta e da/o paciente, e não pode ser negada ou ignorada⁴⁶ (YALOM, 1980, p. 407, tradução nossa).

O projeto do "tratamento" psiquiátrico é repleto de inconsistências internas. Quando uma pessoa, o terapeuta, "trata" outra, o paciente, subentende-se desde o início que o par do tratamento, os dois que formam a aliança terapêutica, não são iguais ou aliados por inteiro; um está angustiado e muitas vezes desorientado, enquanto o outro deve utilizar suas aptidões profissionais para desenredar e examinar objetivamente as questões que existem por trás da angústia e desorientação. Além disso, o paciente paga quem o trata. A própria palavra tratar implica uma não-igualdade. "Tratar" alguém como um igual envolve uma desigualdade que o

⁴⁴ No original: One helps the other unfold not by instruction but by "meeting," by "existential communication." The therapist is not a director, not a shaper, but is instead a "possibilitator".

⁴⁵ No original: To an existential therapist, when "technique" is made paramount, everything is lost because the very essence of the authentic relationship is that one does not manipulate but turns toward another with one's whole being.

⁴⁶ No original: There is an inescapable dissonance in the world of the therapist: no amount of polishing and lubricating make concepts like "friendship," "love," and "I-Thou" fit comfortably with other concepts like "fifty-minute sessions," "sixty-five dollars an hour," "case conferences," and "thirdparty payments." This incongruity is built into the therapist's, and the patient's, "situation" and cannot be denied or ignored.

terapeuta deve superar ou esconder, comportando-se como se o outro fosse um igual. (YALOM, 2007, p. 235)

Se a/o paciente perguntar, “Você me ama?” “Se você realmente se importa comigo, você me encontraria mesmo se eu não tivesse dinheiro?” É verdade que essas questões passam perigosamente perto do segredo último da/o psicoterapeuta, o de que o encontro com a/o paciente cumpre um papel relativamente pequeno no todo da vida da/o terapeuta⁴⁷ (YALOM, 1980, p. 415, tradução nossa).

Yalom reconhece essas inconsistências, relativas à não-igualdade, ao pagamento, ao tempo predeterminado, dizendo que elas não podem ser negadas ou ignoradas. A questão que permanece é se elas afetam – e se sim, como – a autenticidade do encontro e o cuidado genuíno, elementos que Yalom também reconhece e considera essenciais na relação terapêutica.

1.3 A inserção das/os psicólogas/os no campo das psicoterapias e algumas problematizações possíveis

A psicoterapia está atrelada à Psicologia, seja pela história de seu desenvolvimento, seja pelo fato de ser uma área com grande inserção de psicólogas/os. Mesmo que seja a área na qual grande parte das/os psicólogas/os brasileiras/os trabalhe, a psicoterapia não é uma atividade privativa dessa categoria profissional. Na prática, até o momento da redação deste texto, qualquer pessoa no Brasil pode se denominar psicoterapeuta, mesmo sem ter feito uma graduação em Psicologia ou sem ter se especializado em psiquiatria. No entanto, é curioso como, para o senso comum, a atividade por excelência das/os psicólogas/os é a psicoterapia. Quando se fala em psicóloga/o, normalmente a imagem que as pessoas possuem é a do psicóloga/o clínica/o, seja em consultório particular ou nos hospitais.

Quando trabalhamos nessa ou em qualquer outra área da Psicologia, estamos sob as disposições do *Código de Ética do Profissional Psicólogo* (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP), 2005). A Psicologia se caracteriza, por sua vez, ao menos no Brasil, por ser uma ciência e uma profissão preocupada com seu impacto social. Há a compreensão de que o saber psicológico possui, necessariamente, uma dimensão política e social, em contraposição à ideia de um saber puramente técnico. Isso acontece porque as produções e práticas psicológicas exercem influência direta sobre vidas humanas e diferentes modos de ser. Esse impacto não é fruto de decisões estritamente técnicas, uma vez que o que é

⁴⁷ No original: Will the patient ask, "Do you love me?" "If you really care for me, would you see me if I had no money?" "Is therapy really a purchased relationship?" It is true that these questions veer perilously close to that ultimate secret of the psychotherapist which is that the encounter with the patient plays a relatively small role in the therapist's overall life.

considerado normal e o que é patológico, por exemplo, possui constituição histórica e cultural. O posicionamento da Psicologia como ciência e como categoria profissional disposta a repensar sua inserção social e suas práticas aparece em diversos âmbitos, seja nas disciplinas ofertadas nos cursos de graduação, nas cartilhas e referências técnicas publicadas pelo CFP, ou no código de ética da profissão (CFP, 2005).

Para a discussão empreendida nesta pesquisa, destacamos os seguintes princípios fundamentais dispostos no *Código de Ética do Profissional Psicólogo*: “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005, p. 7), “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7).

Pensando nesses princípios, um ponto interessante de ser analisado é o dos valores da psicoterapia individual estabelecidos na *Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos*, disponibilizada pelo CFP (CFP, 2021). Nela encontramos, em reais, os valores inferior de R\$ 178,34, médio de R\$ 258,22 e superior de R\$ 305,74 para atendimentos de psicoterapia individual atualizados para o ano de 2021. Se considerarmos o salário mínimo de 2021 no valor de R\$ 1.100,00 reais, a frequência semanal de atendimentos e a condição socioeconômica da população brasileira, a maioria das pessoas não conseguiria pagar nem mesmo os valores inferiores da tabela. Isso pode fazer com que o serviço seja elitizado, com profissionais de psicologia se fechando num nicho que não é representativo da população geral. Ainda que encontremos psicólogas/os que reservem espaço em suas agendas para atendimentos sociais ou gratuitos, por levarem em conta o compromisso social da profissão, importa pensar essa questão para além da filantropia ou da desvalorização do trabalho.

Algo que pode ocorrer, e que este estudo busca se debruçar sobre, é a possibilidade de a escassa crítica deixar certos elementos obscurecidos, fazendo com que se exerça uma preocupação social de maneira oblíqua e insuficiente. Isso porque, como será visto mais adiante, a análise da atual configuração das relações de pagamento em dinheiro pode expor formas de exploração, discriminação e opressão frequentemente despercebidas, talvez por conta da falta de envolvimento e aprofundamento da Psicologia como um todo sobre a temática. Pesquisar sobre o pagamento em dinheiro da psicoterapia corresponde, portanto, a analisar criticamente a inserção profissional da/o psicóloga/o no contexto do capitalismo financeiro. Para que as diretrizes expostas no código de ética sejam efetivadas, é necessário se debruçar sobre essa questão.

2 PAGAMENTOS EM DINHEIRO: A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS

No capítulo anterior pudemos situar a psicoterapia historicamente, abordar o surgimento da terceira força da Psicologia, compreender as elaborações de alguns autores dessa área sobre a relação terapêutica e apontar alguns problemas da articulação entre Psicologia e exercício profissional da psicoterapia no Brasil. Agora, desenvolveremos o segundo eixo deste trabalho, a temática do pagamento em dinheiro. Com a ajuda de autoras/es da Antropologia, da Sociologia e da Economia Política, pretendemos dissipar a aura de neutralidade que envolve as relações comerciais no contemporâneo. Para tal, iremos nos debruçar sobre processos históricos relevantes para a transformação da diversidade das relações de obrigação em relações de dívida, sobre alguns mitos na narrativa principal que explica a origem do dinheiro, e mostraremos como a naturalização das relações comerciais possui efeitos em nossa vida com o pagamento e o dinheiro no geral. Em seguida, vamos investigar as características das moedas e do capitalismo contemporâneos, uma vez que a psicoterapia nasce e ainda permanece inserida no contexto capitalista, e também porque o dinheiro que remunera as/os profissionais de hoje possui especificidades quando comparado ao de outras épocas.

O título deste capítulo – Pagamentos em dinheiro: a construção das relações comerciais - pode provocar estranhamento, principalmente a quem está acostumada/o à vida urbana contemporânea, por se propor a abordar a construção daquilo que parece simplesmente a forma natural de fazer as coisas. O comércio é parte do dia a dia, uma vez que nós vendemos nosso trabalho ou produtos, compramos alimentos, roupas e pagamos aluguel. Nesse contexto é fácil estar familiarizada/o com o dinheiro, não só com o seu uso em transações comerciais, mas com a sua ideia, isto é, com a ideia de algo capaz de quantificar e armazenar valores em unidades de conta, como dólares, euros, ienes e reais, e de servir como meio de pagamento.

Há, no entanto, um percurso histórico das relações de cooperação, troca, disputa até chegarem no que hoje entendemos como relações comerciais, aquelas nas quais alguém compra algo através de um meio de pagamento. Como mostrado em diversos estudos antropológicos e etnográficos (DODD, 2014; GRAEBER, 2011; POLANYI, 2000), as sociedades organizavam de diferentes formas o intercâmbio de objetos, e a troca ou a compra e venda não eram o que acontecia como regra, mas como exceção e entre pessoas estranhas

entre si, que provavelmente não teriam mais relações. Mesmo quando essas trocas acontecem, elas não se reduzem a simples intercâmbios de produtos - são dotadas de significados diversos, envolvendo cerimônias, danças, expressões de agressividade, sexo etc.

Entre pessoas de uma mesma comunidade, as relações costumam ser de obrigação umas com as outras, de crédito, e não de escambo ou comércio. Essa compreensão, a de que as relações humanas são mais complexas do que simples trocas de objetos é sustentada pelos estudos antropológicos, mas não corresponde ao senso comum e tampouco à versão hegemônica da história das relações comerciais. A seguir apresentaremos essa narrativa hegemônica, a qual costuma fundamentar não apenas o senso comum, mas também ser veiculada por instituições relevantes da área, como no *site* da Casa da Moeda do Brasil (CASA DA MOEDA DO BRASIL, 2021).

2.1 O mito do escambo

O chamado “mito do escambo” (GRAEBER, 2011, p. 28) corresponde a uma narrativa que se tornou popular e hegemônica no que diz respeito ao percurso histórico das relações comerciais, a qual ocupa um lugar análogo ao de um mito fundador de nosso sistema de relações econômicas (GRAEBER, 2011). Neste tópico vamos apresentá-la, bem como apontar para a problemática que se estabelece a partir da aceitação inquestionada dessa versão.

Supostamente, num passado em que o dinheiro não existia, as pessoas trocavam entre si aquilo que lhes interessava, isto é, praticavam o escambo com os demais. Assim, trocavam galinhas por leite, sapatos por frutas etc. Esse costuma ser o ponto de partida, não só em diversos livros-texto de economia, da história do dinheiro. Ele teria surgido como um meio para facilitar trocas, vindo a substituir, em sociedades cada vez maiores, o escambo. Supõe-se que, na medida em que havia mais pessoas e produtos, o problema da dupla coincidência de desejos seria mais comum, ou seja, haveria mais pessoas que não queriam trocar diretamente aquilo que produziam pelo que era oferecido. Por exemplo: um pastor de cabras prepara queijo, o qual interessa ao sapateiro. Só que o pastor não precisa de sapatos, mas de trigo. Então, o sapateiro paga ao pastor em dinheiro e o pastor, com dinheiro, trata de comprar trigo de uma agricultora.

Espontaneamente, por forças de mercado, as pessoas teriam tido a ideia de representar o valor dos produtos em outras coisas - conchas, gado, sal, metais etc. Desse modo haveriam surgido os arranjos de crédito e dívida e as moedas. Essa narrativa permanece corrente não só

nos livros de economia, mas como uma versão oficial veiculada por grandes instituições, na mídia, enfim, como senso comum.

A história, então, está em toda parte. É o mito fundador do nosso sistema de relações econômicas. Está tão profundamente enraizado no senso comum, mesmo em lugares como Madagascar, que a maioria das pessoas na Terra não poderia imaginar nenhuma outra maneira pela qual o dinheiro poderia ter surgido. O problema é não haver evidências de que isso tenha acontecido, e uma enorme quantidade de evidências sugerindo que não⁴⁸ (GRAEBER, 2011, p. 28, tradução nossa).

Alguns autores, como Graeber (2011) e Polanyi (2000), argumentam que a naturalização das relações comerciais não se deve simplesmente à escassez de questionamento, de estranhamento quanto à constituição histórica do que hoje se consideram relações de mercado. Mas, somado a isso, concorre o fato de o mito do escambo ser predominante entre pensadores da história da economia.

É num mundo fantástico de escambo que a história da moeda começa para os economistas ortodoxos (GRAEBER, 2011, p. 23). “O problema é localizar essa fantasia no tempo e no espaço: estamos falando sobre homens das cavernas, povos das ilhas do pacífico, da fronteira americana?”⁴⁹ (GRAEBER, 2011, p. 23, tradução nossa). Assim, desamparado de evidências históricas, o mito do escambo costuma iniciar por um exercício imaginativo.

Existem, no entanto, problemas fundamentais nessa versão. O primeiro, apontado por Graeber (2011), é histórico: não há evidência histórica de que o surgimento do dinheiro tenha ocorrido assim em qualquer parte do mundo. O segundo é de ordem lógica: a ideia de um meio de troca depende da noção de unidade de conta. Em outras palavras, para um objeto x poder servir como meio de troca, é preciso que se estabeleça qual é o valor das coisas em função de x. Para que eu possa vender uma dúzia de ovos por certa quantidade de metal, é necessário já haver uma medida de quanto valem os ovos em relação ao metal. Quem determinaria essa relação? Como o pastor daria o preço do queijo, o sapateiro o do sapato, e assim por diante? Enfim, existe também um problema prático na ideia de que as trocas no geral se davam por escambo. Mesmo supondo que o dinheiro tivesse surgido das relações de mercado, as taxas de conversão numa suposta sociedade cujas transações ocorriam por escambo - quanto que um produto vale em função de outro - seriam possíveis matematicamente, mas muito improváveis. Teoricamente, com 100 produtos teríamos 4950

⁴⁸ No original: The story, then, is everywhere. It is the founding myth of our system of economic relations. It is so deeply established in common sense, even in places like Madagascar, that most people on earth couldn't imagine any other way that money possibly could have come about. The problem is there's no evidence that it ever happened, and an enormous amount of evidence suggesting that it did not.

⁴⁹ No original: The problem is where to locate this fantasy in time and space: Are we talking about cave men, Pacific Islanders, the American frontier?

taxas de conversão. Com 1000 produtos, seriam 499.500 taxas para trocas bilaterais (MUZIO; ROBBINS, 2017, p. 46). Quem determinaria e listaria essas taxas? E de que modo, já que, evidentemente, é algo trabalhoso e difícil?

O mito do escambo deixa de lado evidências históricas e antropológicas – uma vez que os estudos em Antropologia costumam encontrar uma grande diversidade de formas de organização entre as sociedades, mas nunca o simples *homem econômico* que busca racionalmente maximizar seu próprio interesse nas trocas. Não julgamos, assim como Dodd (2014), que tal narrativa se estabeleça ingenuamente, ou despropositadamente. Como aponta Graeber (2011), o chamado pai da economia moderna, Adam Smith, precisou pressupor que o *homem econômico* existisse para a criação da economia como campo de estudo. A suposição de que o dinheiro surja espontaneamente das relações de mercado, por seu turno, naturaliza um determinado tipo de trocas.

Para haver até mesmo uma disciplina chamada "economia", uma disciplina que se preocupa em primeiro lugar em como os indivíduos procuram o arranjo mais vantajoso para a troca de sapatos por batatas, ou tecido por lanças, deve-se supor que a troca de tais bens não deve ter nada a ver com guerra, paixão, aventura, mistério, sexo ou morte. A economia pressupõe uma divisão entre diferentes esferas do comportamento humano que, entre povos como os Gunwinngu e os Nambikwara, simplesmente não existe⁵⁰ (GRAEBER, 2011, pp. 32-33, tradução nossa).

No mito do escambo percebemos uma separação da troca de produtos de outras esferas da vida humana. Além disso, o dinheiro como mera evolução dessa suposta relação natural entre humanos. O dinheiro, nessa concepção, representa o valor das coisas e funciona como um meio de troca a facilitar o presumido estorvo do escambo.

Significativamente, essa história desempenhou um papel crucial não apenas na fundação da disciplina de economia, mas na própria ideia de que havia algo chamado "a economia", que operava por suas próprias regras, separadas da vida moral ou política, a qual as/os economistas podiam assumir como seu campo de estudo. "A economia" é onde nos entregamos à nossa propensão natural para negociar e fazer escambo. Ainda estamos fazendo negociações e escambo. Sempre estaremos. Dinheiro é simplesmente o meio mais eficiente⁵¹ (GRAEBER, 2011, p. 27, tradução nossa).

⁵⁰ No original: for there to even be a discipline called "economics," a discipline that concerns itself first and foremost with how individuals seek the most advantageous arrangement for the exchange of shoes for potatoes, or cloth for spears, it must assume that the exchange of such goods need have nothing to do with war, passion, adventure, mystery, sex, or death. Economics assumes a division between different spheres of human behavior that, among people like the Gunwinngu and the Nambikwara, simply does not exist.

⁵¹ No original: Tellingly, this story played a crucial role not only in founding the discipline of economics, but in the very idea that there was something called "the economy," which operated by its own rules, separate from moral or political life, that economists could take as their field of study. "The economy" is where we indulge in our natural propensity to truck and barter. We are still trucking and bartering. We always will be. Money is simply the most efficient means.

Com a ironia Graeber mostra que, ao pensarmos que o dinheiro é apenas um instrumento para representarmos valores e efetuarmos trocas, uma simples evolução do escambo, ou pensarmos que ele tem valor em si mesmo, deixamos de ver alguns de seus aspectos fundamentais. Desconsidera-se a complexidade das interações humanas em favor da pressuposição de que simplesmente realizamos negócios, como se as relações humanas se resumissem a trocas em que cada um/a busca que maximizar seu interesse individual.

Numa suposta neutralidade, não vemos que os valores não estão nas coisas em si, mas nas relações estabelecidas. Uma coisa vale para alguém que a julga com valor, o que está associado a processos históricos e sociais. Nunca houve um dinheiro caído dos céus, mas sim formas de dinheiro estabelecidas socialmente, frequentemente através da força. “O princípio mesmo do comércio emergiu largamente como um efeito da violência – as reais origens do dinheiro são encontradas no crime e na recompensa, na guerra e na escravidão, na honra, na dívida e na redenção”⁵² (GRAEBER, 2011, p. 19, tradução nossa). Essa compreensão, em conjunto com a de que as relações humanas não se reduzem apenas a trocas que maximizassem o interesse individual, faz com que reconsideremos o mito do escambo, percebendo suas limitações ao tentar fundamentar a compreensão das relações econômicas.

2.2 Dinheiro e capitalismo contemporâneos

No tópico anterior pudemos nos deter um pouco na constituição das relações comerciais, compreendendo que a ideia de escambo, ou troca, representa um tipo de relação dentre diversas outras, muito variadas em cada cultura. Também pudemos, brevemente, pensar sobre o dinheiro como uma construção social que viria a mediar as relações, e não como simplesmente o meio mais eficiente de realizar negócios. Seguidamente, vamos abordar o dinheiro e o capitalismo contemporâneos em suas configurações mais predominantes, apontando para modulações presentes em nossas relações humanas e com o mundo relacionadas a essas configurações.

Nos dias de hoje é comum que se saiba, pela prática, o que é dinheiro. As crianças aprendem, bem cedo, que as moedas e cédulas, ou o cartão de crédito de suas/seus responsáveis, têm um valor especial. É através desses objetos que se consegue acesso às coisas desejadas. Quando envelhecemos, nosso entendimento acerca do dinheiro pode ser mais refinado e, então, pensamos que o dinheiro é uma coisa emitida pelo Estado. Sabemos

⁵² No original: The very principle of exchange emerged largely as an effect of violence--that the real origins of money are to be found in crime and recompense, war and slavery, honor, debt, and redemption.

que a impressão de cédulas e cunhagem de moedas é uma atribuição exclusiva estatal, e por meio dessas cédulas e moedas compramos comida, recebemos pelos nossos trabalhos, pagamos impostos, pagamos pelo transporte etc. Somos acostumadas/os a representar o valor das coisas em dinheiro, a usá-lo cotidianamente, mas o conhecimento sobre o dinheiro costuma parar aí. Em certo sentido, as pessoas têm uma relação prática com o dinheiro e, portanto, sabem, nesse âmbito mais prático, o que ele é e para o que serve. Porém, essa relação mais instrumental não é o mesmo que entender o sistema financeiro do país, ou saber das relações de poder constituintes dos modos de definição, criação, distribuição, uso e controle do dinheiro (MUZIO; ROBBINS, 2017, p. 33).

A respeito da definição do dinheiro existe um embrolho, bem apresentado por Dodd (2014). Segundo esse autor, a narrativa histórica do surgimento do dinheiro depende da definição de dinheiro que se considera, a qual, por sua vez e em circularidade, costuma se basear em argumentos relativos ao surgimento do próprio dinheiro. Em outras palavras, contrariando a lógica, algumas definições de dinheiro já pressupõem a si mesmas quando versam sobre o surgimento do dinheiro. Dodd aponta que, para pesquisadoras/es que consideram o dinheiro como essencialmente fiduciário, isto é, como representações de crédito e dívida, a história monetária remonta aos registros contábeis, presentes, ao menos, desde as primeiras civilizações agrícolas. Por outro lado, se como dinheiro se consideram apenas os metais ou *commodities* usados para compras e vendas, então a versão da história é outra.

Os processos de normatização do dinheiro não se deram da noite para o dia, e esquecer disso, intencionalmente ou não, tem seus efeitos. À vista disso julgamos, aqui, a história não num sentido tradicional, que considera a história como o registro de uma sequência de fatos, pois,

a produção da história é inseparável das relações de poder de forma que diferentes interpretações históricas se tornam possíveis enquanto outras são marginalizadas e silenciadas. Por isso, ainda que a história não seja infinitamente maleável, ela pode ser usada como arma na medida em que entendimentos do passado podem inspirar, motivar ou apaziguar ações no presente⁵³ (MUZIO, 2018, p. 23, tradução nossa).

A história do dinheiro, como já apontamos, não possui apenas uma versão. As narrativas construídas a partir de elementos históricos são feitas por alguém, para alguém, com algum propósito (MUZIO, 2018). Pensar a história assim implica em não a considerar neutra em si, uma vez que os acontecimentos mesmos possuem repercussões, como a

⁵³ No original: Production of history is inseparable from power relations so that different interpretations of history become possible while others are marginalized and silenced. Thus, while history is not infinitely malleable, it can be used as a weapon insofar as understandings of the past can inspire, motivate, or mollify action in the present.

capitalização da escravidão, por exemplo. Também implica em considerá-la parcial em suas narrativas, por integrar as intenções de quem narra. Quando contada de modo a enaltecer uma neutralidade, como se o dinheiro de hoje fosse como uma consequência natural do dito mercado, saem de cena da história as disputas, as violências, todo o processo não tão pacífico que tornou o dinheiro o que é hoje. Então, além dos efeitos dos acontecimentos eles mesmos, há efeitos na forma como eles são recuperados e narrados, frequentemente invocados como elementos explicativos para a situação presente, ou então para proposição de transformações no futuro.

Assim como não existe a possibilidade de uma história neutra, tampouco existe a de um meio neutro, ideal e puro para representar valores e a sua forma de transmissão entre as pessoas, uma transmissão de poder. Primeiro porque esse meio é, em si mesmo, alguma coisa - papel moeda, conchas, ouro, prata, sal, gado, informação digital, criptomoedas, moedas sociais etc. Segundo, porque o dinheiro, seja ele uma *commodity* ou uma dívida, fundamentalmente, é uma reivindicação sobre os recursos naturais e as pessoas (SIMMEL, 2004; MUZIO; ROBBINS, 2017). Ademais, Dodd (2014) aponta para o fato de que o valor do dinheiro, bem como sua própria existência, repousa nas relações entre as pessoas que o usam. Essas relações são moldadas por uma gama de fatores históricos, culturais, políticos e institucionais.

Quem possui dinheiro tem acesso, quando oferece dinheiro em troca, a tudo aquilo que está à venda. Portanto, o dinheiro depende de uma certa noção de recurso, bem como da propriedade dos recursos - a quem, a quais pessoas ou a que instituição pertence determinado recurso, e de que forma. Sua existência depende de uma visão específica de mundo e, existindo, ele expressa e efetiva relações de poder.

Na atualidade, as moedas que usamos quase mundialmente são fiduciárias, isto é, estão mais atreladas a uma representação de crédito/dívida do que a algo considerado com valor em si - como ouro, por exemplo. Porém, mesmo o valor daquilo que já foi moeda *commodity* - como ouro, prata, sal - decorre de uma relação. A diferença é que as moedas fiduciárias dependem mais ainda da fé depositada nelas, no fato de que as pessoas que as aceitam como meio de pagamento e confiam - ou foram forçadas a confiar - nas instituições que as emitem.

Nesse sentido, moedas de dívidas/crédito já existiram em diversos momentos históricos. Havia registros contábeis de dívidas em civilizações antigas, como nos babilônios, por exemplo. O que a forma atual tem de diferente das moedas de outras épocas é a abrangência praticamente global e a emissão de dinheiro digital por parte de instituições privadas. Sim, estima-se que a grande maioria do dinheiro do mundo é criada por bancos

privados, através do fornecimento de crédito a quem aparentemente tem a habilidade de pagar o empréstimo a juros (MUZIO; ROBBINS, 2017, p. 77-78). Isso soa estranho para quem pensa que os bancos são meros intermediários, isto é, apenas emprestam o dinheiro que já possuem. Porém, como até o Banco Central da Alemanha (BUNDESBANK, 2017, p. 13) e o da Inglaterra (MCLEAY; RADIA; THOMAS, 2014, p. 15) expõem, a maior parte do dinheiro é criado pela expansão de crédito dos bancos privados, e independe de quanto dinheiro eles já possuam ou de reservas em excesso nos bancos centrais. Werner (2014) realizou o primeiro estudo empírico a esse respeito, mostrando que os bancos privados efetivamente criam dinheiro digital quando concedem empréstimos, e que essa concessão, ainda que seja limitada por alguns fatores, independe das suas reservas acumuladas. Essa criação de forma privada e abrangente nos faz questionar sobre a influência estatal e, conseqüentemente, sobre quão democráticos são os processos de criação do dinheiro.

Lietaer, advogando em favor de moedas mais democráticas, expõe as características das moedas nacionais na contemporaneidade:

Todas as moedas nacionais têm as seguintes características-chave que persistem como características inquestionadas do dinheiro convencional: ligação geográfica a um estado-nação; criação a partir do nada - moeda fiduciária; emissão mediante cobrança de juros de dívida bancária⁵⁴ (BELGIN; LIETAER, 2011, p. 53, tradução nossa).

Quer usemos libras, euros, dólares ou ienes em nossas transações, todos eles são mantidos escassos, são criados com lucro por bancos privados, e somos incentivadas/os a acumular por meio de taxas de juros positivas⁵⁵ (KENNEDY; LIETAER; e ROGERS, 2012, p. 16, tradução nossa).

O fato de a maior parte do dinheiro ser criada por instituições privadas certamente tem seus efeitos. Belgin e Lietaer (2011), articulando seu conhecimento a respeito do dinheiro com o pensamento de Carl Gustav Jung, apontam que

o monopólio do dinheiro de dívida bancária afeta a todas/os nós, de forma similar em nações desenvolvidas ou em desenvolvimento. Ele coage virtualmente todas/os as/os que têm contato com ele a se comportarem de maneiras consistentes de acordo com o eixo *yang* da sombra [tirania, sadismo, adicção, hiperracionalismo e ganância]. Todo o campo da Economia tem se baseado na errônea assunção de que algo na natureza humana – e não o tipo de dinheiro usado – é o que predetermina nossos padrões de comportamento⁵⁶ (BELGIN; LIETAER, 2011, p. 273, tradução nossa).

⁵⁴ No original: All national currencies have the following key characteristics that persist as unquestioned features of conventional money: geographical attachment to a nation-state; creation out of nothing—fiat money; issuance through bank debt; incurrence of interest.

⁵⁵ No original: Whether we use pounds, euros, dollars or yen in our transactions, they are all kept scarce, they are created at a profit by private banks, and we are encouraged to hoard through positive interest rates.

⁵⁶ No original: the monopoly of bank-debt money affects all of us, in developing and developed nations alike. It coerces virtually all those who come into contact with it to behave in ways that are consistent with the yang

Não sendo tanto uma obra estatal, pelo menos atualmente, na grande maioria dos países, vemos o dinheiro envolvido numa problemática específica: quem garante que os interesses privados correspondem aos interesses públicos? Um exemplo: sendo possível lucrar com mineração desvairada num país de terceiro mundo, arriscando destruir ecossistemas inteiros, por que não? Pessoas, rios, florestas se tornam apenas números e, num cálculo contábil, pode-se pensar que vale a pena, financeiramente pensando, assumir o risco. Uma corporação não pode ser presa e, em caso de abusos óbvios, a responsabilidade é atribuída a no máximo a poucos/as dirigentes. Uma multa é paga, pronto. Curiosamente, até a compensação de danos é pensada em termos financeiros, o que, de certo modo, facilita as contas de quem decide se vale a pena investir numa empreitada como essa do exemplo. Até o judiciário pode ser, em certo sentido, comprado. A ganância humana, nesse ambiente, encontra poucos limites. Infelizmente, eis um exemplo não distante da realidade.

Com isso, aquelas/es que possuem o poder de emitir dinheiro acabam recebendo renda sem se envolverem com processos produtivos ou sem assumir responsabilidade por seus impactos. Como sintetiza Muzio (2018), “a emissão de dinheiro – o sangue vivo de qualquer economia – tem sido capitalizado em benefício de poucas pessoas.”⁵⁷ (p. 137, tradução nossa).

Isso nos faz pensar na configuração atual do sistema capitalista, o chamado capitalismo financeiro. Aprendemos na escola sobre o desenvolvimento do capitalismo passando por sua fase mercantil ou comercial, por volta dos sécs. XV - XVI, o industrial, com a revolução industrial na Inglaterra nos sécs. XVIII - XIX, e o capitalismo financeiro, no séc. XX. Pode-se afirmar que o foco do capitalismo mercantil era comercial, o do industrial era a produção, e o do financeiro é a especulação e os investimentos financeiros. Muzio (2018) apresenta uma interessante definição do sistema capitalista de uma forma geral:

O capitalismo é um sistema político-econômico baseado nas relações sociais de propriedade entre proprietárias/os e não proprietárias/os organizadas/os hierarquicamente, por meio das quais os ativos geradores de renda são capitalizados diferencialmente com base no poder institucional das empresas e dos governos para gerar fluxos de renda, moldando e remodelando a paisagem da reprodução social por meio do mercado e do sistema de preços⁵⁸ (p. 26, tradução nossa).

shadow axis. The entire field of economics has been based on the erroneous assumption that something in human nature—and not the type of money used—is what predetermines our behavior patterns.

⁵⁷ No original: the issuance of money—the lifeblood of any economy—has been capitalized for the benefit of the few.

⁵⁸ No original: Capitalism is a politico-economic system premised on the social property relations between hierarchically arranged owners and non-owners whereby income-generating assets are differentially capitalized based on the institutional power of business and governments to generate income streams by shaping and reshaping the landscape of social reproduction through the market and price system.

Importa perceber que o sistema capitalista não se refere apenas a um modo de produção, como podem afirmar algumas/ns autoras/es ou como se pode pensar no senso comum. Trata-se de um sistema político-econômico que depende, pelo menos, de uma hierarquia, da capitalização -isto é, da transformação de ativos em algo que gere renda-, da instituição da propriedade privada e da capacidade das instituições gerarem ganhos. Assim sendo, diz respeito a relações de poder em diversos níveis – entre instituições, pessoas, recursos ambientais etc.

Hoje, o que caracteriza o modelo são as finanças, sendo as instituições financeiras privadas suas grandes protagonistas. Trata-se de uma fase de relevância para as corporações multinacionais, cuja riqueza acumulada e gerida equivale a três quartos do produto interno bruto (PIB) mundial, e para os monopólios e oligopólios, dentre estes últimos, especialmente os de instituições financeiras (DOWBOR, 2018). Grandes bancos controlam muitas corporações de setores diversos, concretizando um oligopólio e afetando nossas vidas, como podemos ver nas palavras de Dowbor:

O mais importante é que nas dezenas de setores completamente diferentes de atividades em que participam, em dezenas de países e com milhares de empresas controladas, o denominador comum é o resultado financeiro. Uma Samarco tem de render, ponto final. A Billiton na Austrália mal sabe onde a mineradora fica e os grupos financeiros no Brasil apenas olham o resultado em termos de lucros a distribuir. Esses grupos financeiros estão no centro da dinâmica que mais nos interessa esclarecer no presente trabalho: a complementação entre a forma tradicional de extração da mais-valia numa empresa produtiva – por meio de baixos salários – e processos mais sofisticados, baseados na financeirização, que se tornaram hoje dominantes. E esta apropriação do produto social se realiza por meio de mecanismos globais, acima do poder regulador dos Estados (DOWBOR, 2018, p. 67).

O poder extremamente concentrado dos grandes grupos corporativos, o poder do sistema financeiro no centro e a extrema concentração da riqueza no planeta pertencem a uma dinâmica articulada. Funciona sem dúvida para o 1%, de maneira como nunca antes na história. Mas não funciona para o planeta, nem no plano ambiental, nem no plano social, e muito menos no plano político. Pior, nem no plano econômico funciona (DOWBOR, 2018, pp. 56-57).

Neste capítulo pudemos tratar das relações comerciais e seu processo de construção, apontando como a narrativa do escambo como fundador da economia tira de cena a diversidade de relações estabelecidas entre humanos. O mito do escambo também faz parecer natural que o comércio se estabelecesse como aconteceu, e não como um processo histórico com disputas. Também pudemos distinguir algumas características do dinheiro contemporâneo, como a emissão por instituições privadas, a ampla abrangência, elementos que afetam relações de poder em nossa sociedade. Por fim, dissertamos sobre o sistema capitalista na contemporaneidade, demonstrando a centralidade das finanças nessa atual configuração.

3 A CONVERGÊNCIA DA RELAÇÃO TERAPÊUTICA E DA RELAÇÃO DE SERVIÇO NA PSICOTERAPIA

Começamos esta dissertação apresentando, no primeiro capítulo, considerações acerca da história da psicoterapia no ocidente, para podermos situar a chamada terceira força da psicologia, força essa que confere bastante relevância à relação terapêutica. Em seguida, no segundo capítulo, tratamos da construção das relações comerciais, detalhando características do dinheiro e do capitalismo contemporâneos.

Agora, neste último capítulo, vamos pensar sobre a articulação desses dois elementos: a relação terapêutica, como proposta por Rogers, May e Yalom, e uma relação profissional, de prestação de serviço. De certo modo, buscamos desenvolver o problema apontado por Yalom, a saber, o da desarmonia entre os conceitos de amizade, de uma relação igualitária na psicoterapia, e outros conceitos como a duração dos encontros e sua precificação (YALOM, 1980).

Apesar de apontar para essa “dissonância inescapável” (YALOM, 1980, p. 407), o autor não a examina detidamente, isto é, pouco analisa o pagamento como constituinte da relação. Ele tampouco considera que essa dissonância ganha complexidade e profundidade quando levamos em conta as especificidades do capitalismo e do dinheiro contemporâneos. Por isso, neste capítulo, buscaremos refletir sobre essa articulação entre relação terapêutica e de pagamento levando em conta mais elementos e particularidades, detendo-nos em alguns pontos de inflexão.

Começaremos abordando a questão da necessidade de esclarecimento acerca das pressuposições da/o psicoterapeuta, apontada como importante principalmente por Rollo May. Depois, abordaremos a problemática da concretização dos pressupostos relativos à relação terapêutica detendo-nos, em cada subtópico, no que propõem Rogers, May e Yalom. Em seguida, comentaremos sobre os ideais românticos de predisposição humana ao bem e de valorização do amor, os quais parecem fundamentar os ideais de relação terapêutica para esses autores. No tópico seguinte, discorreremos sobre as implicações do pagamento em dinheiro para a relação psicoterapêutica. A partir da nossa discussão ao longo deste trabalho, mostramos que o pagamento em dinheiro não corresponde a um elemento desimportante na relação terapêutica, mas central e, frequentemente, pouco analisado pelas/os teóricas/os. Desenvolveremos, então, as temáticas da objetificação da relação terapêutica oportunizada pela relação monetária, a do pagamento em dinheiro como evidenciador de modos de relação e a do acesso à psicoterapia. Por fim, apresentaremos a noção de capital cultural desenvolvida

por Pierre Bourdieu, a qual contribui para uma análise das relações de poder numa sociedade capitalista.

3.1 O limitado esclarecimento de pressuposições das/os psicoterapeutas

Podemos afirmar que o esclarecimento e a análise das pressuposições das/os psicoterapeutas, embora considerados por Rollo May (1986b, p. 30) como “a única maneira em que nós podemos evitar que as pressuposições, que suportam nosso método particular, desviem indevidamente nossos esforços”, são escassos quanto ao pagamento das sessões. Segundo esse autor, “nossas pressuposições sempre limitam e estreitam o que nós percebemos num problema, num experimento, ou numa situação terapêutica” (MAY, 1986b, p. 29). A intenção de esclarecer as pressuposições, portanto, é a de não limitar a compreensão dos sujeitos ou pacientes a um conhecimento prévio.

Rollo May comenta sobre o risco de submetermos as/os pacientes a divãs procustianos, nos quais, ao cortamos aquilo que não cabe dentro do divã, analisamos apenas aquilo que resta de uma mutilação, perdendo de vista a totalidade da experiência da pessoa. Nesse sentido se desenvolve, num âmbito mais amplo, a crítica da terceira força da Psicologia à patologização, à mecanização, ao reducionismo e às supostas determinações psicodinâmicas assumidas por outras abordagens psicológicas. No entanto, entre os autores pesquisados nesta dissertação, podemos notar que a crítica é escassa quanto à dinâmica da relação profissional e de sua remuneração: Rollo May (1994) comenta sobre diversos níveis do encontro, mas não menciona o aspecto profissional e financeiro; nos textos de Rogers, não encontramos menção aos arranjos relativos ao pagamento dos atendimentos; Yalom (1980) reconhece a problemática, mas não a desenvolve.

Parece-nos que o silêncio e a pouca atenção dada à dinâmica profissional vão no sentido da naturalização da relação de pagamento, permanecendo o pagamento subentendido, implícito. Essa naturalização não seria necessariamente problemática, caso o esclarecimento dos pressupostos da prática psicoterápica não fosse um esforço estimado. Sendo ele proposto, no entanto, parece-nos uma incoerência desconsiderar o pagamento das sessões.

3.2 A problemática da efetivação dos ideais referentes à relação terapêutica

Rogers, May e Yalom escrevem sobre a relação terapêutica como um tipo de relação específica entre humanos, marcada por uma certa qualidade de presença (MAY, 1958a), pela

preocupação genuína (YALOM, 1980), pela compreensão empática e consideração positiva incondicional (ROGERS, 1986). Embora seja possível falar desses aspectos de maneira teórica, as relações acontecem concretamente, no encontro de duas ou mais pessoas. Aqui, neste trabalho, buscamos pensar sobre a junção desses ideais de relação terapêutica com as condições efetivas de realização da psicoterapia. Ainda que nosso esforço seja reflexivo e não propriamente o de um estudo empírico, julgamos que considerar reflexivamente algumas condições efetivas dos encontros psicoterapêuticos já contribui para a circunscrição da problemática de pesquisa, a da articulação entre relação terapêutica e relação de serviço pago em dinheiro.

Falar sobre a relação terapêutica desconsiderando ou diminuindo a importância da questão do pagamento, como acontece com os autores que investigamos, faz-me lembrar de quando eu realizava exercícios de física no ensino médio. No enunciado das questões de movimento retilíneo uniforme costumava ter algo como: desconsidere a resistência do ar, o atrito, a atração gravitacional. Com isso, os cálculos eram simplificados, mas, ao mesmo tempo, distanciavam-se da realidade. Analogamente, deixar o pagamento de lado, em psicoterapia, seria como considerar condições físicas ideais, como se esses fatores, sejam nos exercícios de física ou na psicoterapia, não fossem constituintes da situação, não fossem componentes da realidade.

Essa analogia serve para fazer lembrar que a relação terapêutica não ocorre de maneira abstrata, dissociada de condições reais do mundo, mas se dá no interior de um contexto histórico e social. Em nosso contexto, como comentamos no capítulo 2, o pagamento em dinheiro já carrega uma série de implicações as quais fazem com que nossa relação com ele não seja neutra. Sendo o dinheiro uma reivindicação sobre os recursos naturais e as pessoas (SIMMEL, 1902; MUZIO; ROBBINS, 2017), sendo ele definido, criado, distribuído, usado e controlado (MUZIO; ROBBINS, 2017) de maneiras bastante específicas, advertimos que essas especificidades possuem implicações. Num contexto capitalista, a partir das relações sociais de propriedade hierarquizadas, o dinheiro participa de relações de poder de maneira decisiva. Ele participa, por meio do mercado e do sistema de preços, da capitalização de ativos geradores de renda, cuja diferenciação no poder de gerar fluxos de renda molda a paisagem da reprodução social (MUZIO, 2018).

Quando os autores estudados aqui desconsideram tais implicações ao abordarem a relação psicoterapêutica, apoiam-se numa naturalidade difundida no senso comum, a de que o dinheiro corresponde a mero meio de troca e que as relações de serviço são naturalmente constituídas. Desse modo, embora não explícitos, eles acabam se valendo de uma certa

neutralidade em relação ao dinheiro e às relações de poder na sociedade quando não põem o pagamento em questão.

Além do mais, a defesa de uma prática na qual a/o terapeuta tem um tipo de presença (MAY, 1958) ou é verdadeiramente si mesma/o (ROGERS, 1986) indica, pelo contrário, um interesse no reconhecimento por parte da/o psicoterapeuta como integrante da relação que não busca se apagar, mas sim estar posicionada/o de maneira clara. Yalom, por exemplo, critica a ideia de que a/o terapeuta seja como uma tela em branco, na qual permaneceria

Neutro e mais ou menos anônimo na esperança de que os pacientes projetassem nessa tela em branco as principais distorções da transferência. Uma vez que a transferência (a manifestação viva de relacionamentos parentais anteriores) estivesse disponível para estudo na análise, o terapeuta poderia reconstruir com relativa precisão a vida anterior do paciente. Se o terapeuta se manifestasse como um indivíduo nítido e bem definido, ficaria mais difícil. Mas esqueça a tela em branco! Não é agora, nem nunca foi, um bom modelo para uma terapia eficaz. A idéia de usar as distorções atuais para recriar o passado fez parte de uma visão antiga, agora abandonada, do terapeuta como um arqueólogo, que espana pacientemente a poeira de décadas para entender (e, dessa maneira, de maneira misteriosa, desfazer) o trauma original. (YALOM, 2006, p. 87).

No entanto, contrastando com esse interesse de situar a/o psicoterapeuta, parece-nos que os autores pesquisados acabam por pressupor e se valer de uma posição de neutralidade ao não abordarem diretamente a questão do pagamento e darem pouca atenção ao âmbito profissional da psicoterapia. Isso porque, apesar de não buscarem essa neutralidade explicitamente, e sim o oposto, até mesmo a criticarem, não problematizam a questão do pagamento, considerando-o algo neutro ou natural.

À vista disso, julgamos que a concretização das condições da relação terapêutica presumidas pelos autores é comprometida, pois ela depende de um mundo em que as configurações efetivas das relações não frustrem as condições ideais propostas pelos teóricos. Por isso, é forçoso reconsiderar as condições de realização da relação terapêutica.

O problema dessas condições ideais da relação terapêutica pode não aparecer tão prontamente pelo fato de o pagamento ter sido dado como implícito. Daí, talvez, a confiança com que os autores afirmam seus pressupostos, considerando viável algo como uma preocupação genuína (YALOM, 1980), uma consideração positiva incondicional (ROGERS, 1986). Porém, a partir de nossas considerações, é possível perceber que o pagamento participa como uma das condições efetivas de realização da psicoterapia, a qual não corresponde a uma mera sujeira a ser removida ou desconsiderada da construção da psicoterapia, mas sim semelhante a uma viga a sustentar essa edificação.

Com essas considerações assentamos que não se demorar na discussão acerca do pagamento não efetiva uma posição neutra da/o psicoterapeuta, apenas faz com que elementos significativos não sejam expostos e esclarecidos, mantendo o *status quo*. Em outras palavras, uma certa neutralidade na psicoterapia pode apenas ser suposta, mas não fatural. Além disso, não abordar o tema faz com que não se veja possíveis inconsistências no interior das construções teóricas, construções essas que conflitam com a própria constituição e existência de uma relação de pagamento. Vejamos, em cada um dos autores estudados, pontos os quais possibilitam essas inconsistências desse tipo.

3.2.1 A condicionalidade do pagamento e o ideal de consideração positiva incondicional

Em nossa socialização no mundo contemporâneo, aprendemos cedo que muitas das coisas que precisamos ou queremos não estão simplesmente à nossa disposição, pois é preciso pagar por elas. Acabamos entendendo que muitos objetos e serviços têm seus preços estabelecidos em dinheiro, preços condicionantes de nosso acesso a eles.

A proposta terapêutica de Carl Rogers, em contraposição a uma terapia que poderia julgar a pessoa atendida ou condicionar sua realização mesma a determinados critérios, baseia-se, por seu turno, na ideia de consideração positiva incondicional. Ele esclarece que essa ideia

Significa que não existem condições de aceitação, nenhum sentimento de "Eu só gosto de você *se* você for assim e assado". Significa uma "valorização" da pessoa, como Dewey usou o termo. Está no polo oposto de uma atitude de avaliação seletiva - "Você é má/mau nesses aspectos, é boa/bom naqueles." Envolve tanto sentimento de aceitação pela expressão de sentimentos negativos, "ruins", dolorosos, medrosos, defensivos e anormais da/o cliente quanto por sua expressão de sentimentos "bons", positivos, maduros, confiantes, sociais, tanto aceitação de maneiras nas quais ela/e é inconsistente quanto de maneiras nas quais ela/e é consistente. Significa cuidar da/o cliente, mas não de forma possessiva ou simplesmente para satisfazer as próprias necessidades da/o terapeuta. Significa cuidar da/o cliente como uma pessoa separada, com permissão para ter seus próprios sentimentos, suas próprias experiências. [...] Esse é o tipo de aceitação que se hipotetiza como necessária para que ocorra a mudança de personalidade⁵⁹ (ROGERS, 1957, p. 98, tradução nossa).

⁵⁹ No original: It means that there are no conditions of acceptance, no feeling of "I like you only if you are thus and so." It means a "prizing" of the person, as Dewey has used that term. It is at the opposite pole from a selective evaluating attitude—"You are bad in these ways, good in those." It involves as much feeling of acceptance for the client's expression of negative, "bad," painful, fearful, defensive, abnormal feelings as for his expression of "good," positive, mature, confident, social feelings, as much acceptance of ways in which he is inconsistent as of ways in which he is consistent. It means a caring for the client, but not in a possessive way or in such a way as simply to satisfy the therapist's own needs. It means a caring for the client as a separate person, with permission to have his own feelings, his- own experiences. [...] This is the type of acceptance which is hypothesized as being necessary if personality change is to occur.

A partir da explicação de Rogers, perguntamo-nos: como pode, ao mesmo tempo, coexistirem uma consideração positiva incondicional, a qual postula que se deve cuidar da/o cliente não de forma a simplesmente satisfazer as necessidades da/o terapeuta, e um pagamento que garante o acesso a um atendimento terapêutico? Rogers não menciona esse aspecto do pagamento, e, por isso, não fica claro se se trata de uma situação do âmbito privado, público, ou, ainda, de um atendimento gratuito. Julgamos, no entanto, que por estar diretamente relacionado à condição de realização dos atendimentos, e isso tanto no privado como no público, num atendimento pago ou em um gratuito, o pagamento –ou sua ausência– precisariam ser abordados para se falar de consideração positiva incondicional.

É certo que Rogers suaviza sua formulação teórica reconhecendo brevemente, em uma nota de rodapé, as limitações desse conceito. Mas, ainda assim, não comenta sobre a contraparte, na relação, das pessoas atendidas.

A frase "consideração positiva incondicional" pode ser infeliz, pois soa como absoluta; um conceito disposicional de tudo ou nada. É provavelmente evidente a partir da descrição que uma consideração positiva completamente incondicional nunca existiria, exceto em teoria. De um ponto de vista clínico e experiencial, acredito que a afirmação mais precisa é que a/o terapeuta eficaz experimenta uma consideração positiva incondicional pela/o cliente durante muitos momentos de seu contato com ela/e, mas, de vez em quando, ela/e experimenta apenas uma consideração positiva condicional - e talvez, às vezes, uma consideração negativa, embora isso não seja provável em uma terapia eficaz. É nesse sentido que a consideração positiva incondicional existe como uma questão de grau em qualquer relacionamento⁶⁰ (ROGERS, 1957, p. 98, tradução nossa).

Parece, desse modo, que a terapia estar situada num mundo concreto é um estorvo, que uma consideração condicional ou até mesmo negativa são obstáculos a uma relação terapêutica mais efetiva. Numa relação terapêutica ideal, alcançar-se-ia o grau máximo de consideração positiva incondicional. Resta saber sobre a possibilidade de realização dessa consideração incondicional numa relação real, marcada pelas intempéries do mundo concreto, e se faz sentido considera-la terapêutica de acordo com a concepção que se tem de psicoterapia.

3.2.2 A autenticidade de uma presença dependente de pagamento

⁶⁰ No original: The phrase "unconditional positive regard" may be an unfortunate one, since it sounds like an absolute; an all or nothing dispositional concept. It is probably evident from the description that completely unconditional positive regard would never exist except in theory. From a clinical and experiential point of view I believe the most accurate statement is that the effective therapist experiences unconditional positive regard for the client during many moments of his contact with him, yet from time to time he experiences only a conditional positive regard — and perhaps at times a negative regard, though this is not likely in effective therapy. It is in this sense that unconditional positive regard exists as a matter of degree in any relationship.

Rollo May aponta para a qualidade da presença da/o terapeuta como uma das características da psicoterapia existencial. Ele afirma “que a relação do terapeuta e do paciente é tida como uma relação real, o terapeuta não sendo apenas um refletor sombrio, mas um ser humano vivo que se encontra, naquela hora, preocupado não com seus próprios problemas, mas em compreender e experienciar, tanto quanto possível, o ser do paciente.” (MAY, 1958a, p. 80). Assim, a presença deve ser verdadeira no sentido de buscar a compreensão do ser da/o paciente.

May compreende as/os pacientes como seres humanos a serem compreendidos, e não objetos a serem analisados. Em vista disso, inspirado por Ludwig Binswanger, um psiquiatra pioneiro na articulação da psicoterapia com o pensamento existencial, May diz que, na relação terapêutica, “uma existência se comunica com outra” (MAY, 1958a, p. 81). A autenticidade era um elemento importante também para Binswanger, como apontam Protasio *et al* (2021):

Binswanger passa a pautar a sua prática psicoterápica, intitulada *daseinsanalyse* ou antropologia fenomenológica, definindo que a função do psicoterapeuta é a de libertar o humano do fechamento em si mesmo (voltado para seus sonhos e suas inclinações privadas) para a possibilidade de participação na vida autêntica, ou seja, a vida em comunidade (p. 207).

A presença verdadeira ou autêntica em May, assim como a ideia de retomar a vida autêntica em Binswanger, não correspondem a atitudes sentimentais por parte da/o psicoterapeuta, mas têm a ver com como a/o terapeuta concebe o modo de ser humano. Essa concepção de humano é inspirada, por sua vez, nas elaborações de pensadores da existência como Sören Kierkegaard e Martin Heidegger.

A noção de presença põe em questão, portanto, uma condição ontológica. May afirma que a/o terapeuta é alguém “completamente real em ‘estar lá’, mas estando lá com o propósito específico de ajudar a outra pessoa dar à luz algo de dentro de si mesma”⁶¹ (MAY, 1958a, p. 84, tradução nossa). Se entendemos a qualidade da presença proposta por May como autêntica no sentido de buscar compreender a/o paciente em seu aspecto livre e indeterminado, o que é consoante ao que dizem os pensadores existenciais, a condição de pagamento não é necessariamente problemática.

Um ponto interessante destacado por May, ponto esse que podemos pensar em função da relação de pagamento, é o da análise daquilo que pode bloquear uma presença verdadeira. Nas palavras de May, “o terapeuta, por sua parte, precisará estar consciente daquilo que, nele,

⁶¹ No original: completely real in "being there/" but being there with the specific purpose of helping the other person to bring to birth something from within himself.

bloqueia uma presença completa”⁶² (MAY, 1958a, p. 84, tradução nossa). Por exemplo, ele reconhece como uma apreciação técnica da/o paciente por parte da/o terapeuta, sendo a/o terapeuta notadamente um/a especialista, pode ir nesse sentido, reduzindo a angústia do encontro. No entanto,

a técnica não deve ser usada como um modo de bloquear a presença. Sempre que o terapeuta se encontrar reagindo de maneira rígida ou pré-formulada, ele deveria perguntar a si mesmo se ele não está tentando evitar alguma ansiedade e, como resultado, perdendo algo existencialmente real no relacionamento⁶³ (MAY, 1958a, p. 85, tradução nossa).

Seguindo a indicação de tornar consciente na/o terapeuta tudo aquilo que possa bloquear a presença, salientamos o âmbito do pagamento. Cabe questionar se, recebendo por tal encontro, a/o terapeuta consegue estar presente da maneira como May a concebe. Pois, caso o pagamento, assim como a técnica, assuma uma relevância maior do que o encontro existencial, tem-se problemas no que diz respeito à qualidade da presença da/o terapeuta.

3.2.3 A genuinidade de uma preocupação remunerada

Irvin Yalom, assim como Rollo May e Carl Rogers, considera a relação terapêutica como, propriamente, o que promove a mudança terapêutica. À vista disso, Yalom desenvolve suas elaborações acerca das disposições as quais proporcionariam tal relação.

Em resumo, a/o terapeuta se relaciona com a/o paciente de uma maneira genuína e afetuosa e se esforça para alcançar momentos de encontro autêntico. A/O terapeuta deve ser altruísta nesse esforço - isto é, preocupada/o com o crescimento da/o paciente e não com suas necessidades pessoais. O cuidado da/o terapeuta deve ser indestrutível e não dependente do cuidado recíproco da/o paciente. A/O terapeuta deve ser capaz de estar consigo mesma/o e com a/o paciente e, portanto, ser capaz, ao cuidar, de entrar no mundo da/o paciente e vivenciá-lo como a/o paciente o vivencia. Isso requer que a/o terapeuta se aproxime da/o paciente sem pressuposições, para se concentrar no projeto de compartilhar a experiência da/o paciente, sem apressar-se em julgar ou estereotipar a/o paciente⁶⁴ (YALOM, 1980, p. 409, tradução nossa).

No excerto, observamos a proposta de que a/o terapeuta se relacione de maneira genuinamente preocupada, buscando momentos de encontro genuíno. Deve ser altruísta ou

⁶² No original: The therapist, on his part, will need to be aware of whatever in him blocks full presence.

⁶³ No original: technique must not be used as a way of blocking presence. Whenever the therapist finds himself reacting in a rigid or preformulated way, he had obviously best ask himself whether he is not trying to avoid some anxiety and as a result is losing something existentially real in the relationship

⁶⁴ No original: In summary, the therapist relates to the patient in a genuine caring fashion and strives to achieve moments of authentic encounter. The therapist should be selfless in this endeavor-that is, concerned with the patient's growth and not with his or her personal needs. The therapist's caring should be indestructible and not dependent upon reciprocal caring by the patient. The therapist should be able to be both with himself or herself and with the patient and should thus be able, in caring, to enter the patient's world and to experience it as the patient experiences it. This requires the therapist to approach the patient without presuppositions, to focus on the project of sharing the patient's experience without rushing in to judge or stereotype the patient.

desinteressada/o, ocupada/o com o crescimento da/o paciente e não com suas necessidades pessoais. É-nos difícil deixar de pensar no caráter ideal de tais proposições, ainda mais se lembrarmos que o capítulo do livro do qual extraímos a citação de Yalom se intitula *The ideal therapist-patient relationship*. Portanto, essas indicações parecem-nos demasiado ideais ou, ao menos, semelhantes ao que ocorre em relações filantrópicas, como as de trabalhos voluntários ou de caridade. Yalom se inspira nas elaborações de Martin Buber para descrever sua relação terapêutica ideal:

Se alguém se relaciona com outro com menos do que todo o seu ser, se guarda algo, por exemplo, relacionando-se por ganância ou antecipação de algum retorno, ou se permanece numa atitude objetiva, um/a espectador/a, e se pergunta sobre a impressão que suas ações farão no outro, então transferiu um encontro Eu-Tu para um encontro Eu-Isso. Para se relacionar verdadeiramente com o outro, deve-se realmente ouvir o outro: renunciar aos estereótipos e às antecipações do outro e permitir-se ser moldada/o pela resposta do outro. A distinção de Buber entre ouvir "genuíno" e "falso" obviamente tem implicações importantes para o relacionamento terapêutico⁶⁵ (YALOM, 1980, p. 365, tradução nossa).

Desponta aí a questão, nas nossas palavras, da objetificação da relação, na transformação de uma relação Eu-Tu em uma Eu-Isso. Abordaremos essa temática mais detalhadamente num tópico posterior. Por agora, salientamos as observações de Yalom, as quais consideram que, se a relação se dá por meio de ganância ou antecipação de algum retorno, isso é capaz de transformar a relação. Nesse sentido e bem explicitamente, em outro trecho dos escritos de Yalom (1980, p. 415), o autor aventava uma pergunta hipotética de um/a paciente: “Se você realmente se importa comigo, você me encontraria mesmo se eu não tivesse dinheiro?”. Eis a questão que, caso colocada por um/a paciente, evidenciaria uma tensão incômoda para um/a psicoterapeuta guiada/o por um pressuposto de preocupação genuína. Uma preocupação devidamente remunerada pode ser genuína? Quanto dessa preocupação corresponde ao pagamento, se é que se pode medir isso, e quanto corresponde a um encontro Eu-Tu? Mais ainda, será, mesmo que com diminuta participação, que a existência do pagamento inviabiliza, por si mesma, a preocupação genuína tal como Yalom a considera na relação terapêutica?

Há, parece-nos, uma contradição fundamental: de um lado, a noção de uma preocupação genuína e altruísta dispõe que a/o terapeuta deve se preocupar com o crescimento da/o paciente, não com suas necessidades pessoais, e tampouco dependendo de

⁶⁵ No original: If one relates to another with less than one's whole being, if one holds something back by, for example, relating through greed or anticipation of some return, or if one remains in the objective attitude, a spectator, and wonders about the impression one's actions will make on the other, then one has transferred an I-Thou encounter into an I-It one. If one is to relate truly to another, one must truly listen to the other: relinquish stereotypes and anticipations of the other, and allow oneself to be shaped by the other's response. Buber's distinction between "genuine" and "pseudo" listening obviously has important implications for the therapeutic relationship.

cuidado recíproco; de outro, o pagamento, feito pela/o paciente ou por terceiros, a duração pré-estabelecida das sessões e a possibilidade de conferências de casos, como o próprio Yalom aponta, lembram-nos que a/o terapeuta tem interesses para além do crescimento da/o paciente, e que existem limites profissionais na relação estabelecida. Diz Yalom que “essa incongruência está embutida na "situação" do terapeuta e do paciente, e não pode ser negada ou ignorada.” (YALOM, 1980, p. 407).

Pois bem, reconhecendo e afirmando sua existência, como, propriamente, consideramos tal incongruência? Ela pode seguir existindo sem prejudicar a construção teórica ou o próprio processo psicoterápico? Digamos que a preocupação genuína, assim como fala Rogers a respeito da consideração positiva incondicional, não seja uma questão de tudo-ou-nada, mas de grau. Bastaria um mínimo aceitável de preocupação genuína para que se considerasse viável a psicoterapia. A partir disso, caberia investigar o impacto do pagamento, da duração pré-estabelecida das sessões, enfim, das diversas retribuições e interesses outros que as/os terapeutas possam ter na relação. Essa possibilidade de interpretação um tanto moderada acerca da preocupação genuína parece ser a adotada por Yalom. Podemos perceber isso quando ele se refere à impossibilidade de um relacionamento Eu-Tu ininterrupto.

Mas é possível voltar-se sempre para o outro com tanta intensidade? Obviamente que não, e Buber enfatizou que, embora o Eu-Tu constituísse um ideal pelo qual devemos nos empenhar, ele existia apenas em raros momentos. É preciso viver principalmente no mundo do Eu-Isso; viver apenas no mundo "Tu" faria uma pessoa se queimar totalmente na chama branca do "Tu"⁶⁶ (YALOM, 1980, p. 367, tradução nossa).

O fato de Yalom concordar com Buber sobre a impossibilidade do estabelecimento da relação Eu-Tu sempre, bem como o fato de ele mesmo seguir sendo terapeuta reconhecendo as incongruências de tal atividade nos fazem julgar que, para ele, a preocupação genuína na terapia deve existir em determinada forma e quantidade. Desse modo, a questão passa a ser quanto e de que forma deve haver preocupação genuína na relação.

Importa lembrar, aqui, da relevância dada por Yalom à noção de preocupação genuína. Não se trata de um conceito auxiliar, de um mero anexo às suas elaborações teóricas. Trata-se do centro do processo psicoterápico, relacionado positivamente, como poucos outros elementos, aos resultados terapêuticos.

⁶⁶ No original: But is it possible always to turn toward the other with such intensity? Obviously not, and Buber stressed that, though the I-Thou, constituted an ideal toward which one should strive, nonetheless it existed in only rare moments. One has to live primarily in the I-It world; to live solely in the "Thou" world would result in one's burning oneself up in the white flame of the "Thou."

Se algum fato foi estabelecido pela pesquisa em psicoterapia, é o de que uma relação positiva entre a/o paciente e a/o terapeuta está positivamente relacionada ao resultado da terapia. As/Os terapeutas eficazes respondem às/aos suas/seus pacientes de uma maneira genuína; elas/es estabelecem uma relação que a/o paciente percebe como segura e de aceitação; elas/es exibem um calor não possessivo e um alto grau de empatia acurada e são capazes de "estar com" ou "compreender o significado" de um/a paciente. Diversas revisões que resumem centenas de estudos de pesquisa concordam com esta conclusão⁶⁷ (YALOM, 1980, p. 401, tradução nossa).

Que não questionemos a efetividade dessa preocupação, pois, de certa forma, isso escaparia ao escopo de nosso trabalho. Limitemo-nos a perguntar, considerando a preocupação genuína fundamental à psicoterapia e, como Yalom parece julgar, como uma questão de grau: com a remuneração em cena, não há um conflito de interesses? De um lado, interesse no recebimento de um pagamento; de outro, no cuidado altruísta de um/a paciente. Quão profissional pode ser a relação, para ainda ser genuína? Quanto de interesse financeiro da/o terapeuta é aceitável?

Essas questões, mais do que indicarem respostas fáceis, mostram problemas no seio da teoria. Sem dúvida Yalom, diferentemente de Rogers e May, reconhece-os. Tal reconhecimento, contudo, não resulta em revisões de suas elaborações teóricas. Não suaviza, por exemplo, a noção de preocupação genuína, a qual segue um tanto romântica, como poderemos discutir melhor no próximo tópico.

3.3 A inspiração romântica nos ideais de relação terapêutica

No tópico anterior, introduzimos a problemática da efetuação dos ideais de relação terapêutica em articulação com o pagamento em dinheiro. Comentamos como Rogers, May e Yalom acabam por pressupor uma certa neutralidade ao não se demorarem sobre a questão do pagamento. A partir dessa posição em que o pagamento é considerado natural, parece mais possível, ainda que hipoteticamente, a concretização dos ideais de relação terapêutica como o da consideração positiva incondicional, o da presença autêntica e o da preocupação genuína. Esses ideais, por sua vez, não surgem do nada, também decorrem de um percurso histórico, assim como a própria psicoterapia. Agora, apontaremos para alguns elementos de inspiração romântica presentes nesses ideais de relação terapêutica.

⁶⁷ No original: If any single fact has been established by psychotherapy research, it is that a positive relationship between patient and therapist is positively related to therapy outcome. Effective therapists respond to their patients in a genuine manner; they establish a relationship that a patient perceives as safe and accepting; they display a nonpossessive warmth and a high degree of accurate empathy and are able to "be with" or "grasp the meaning" of a patient. Several reviews that summarize hundreds of research studies concur in this conclusion.

Segundo Rosendelf e Guinsburg, a palavra romântico surge na França e na Inglaterra para desvalorizar aqueles que enfatizavam em sua arte o heroísmo, o fantástico e sobretudo o amor, e aos poucos esse modo de produção artística cai no gosto do povo, que começa a valorizar o tom emotivo e a consequente provocação de lágrimas oriundas dos romances. Nessa atmosfera —à revelia da ênfase universal da conquista racional— ganha foco o ego, a interioridade do sujeito e um grande interesse na descoberta do mundo psíquico e da experiência psicológica como lugar da pureza da verdade. Rousseau torna-se um importante inspirador da escola romântica pela sua acentuada crítica à sociedade e à civilização, ressaltando o risco de que se perdesse a capacidade de amar, presente no homem selvagem e na criança. Por essa natureza ingênua, deveríamos protegê-los para que eles não fossem influenciados pelo mal da civilização e a capacidade de amor estivesse resguardada (PROTASIO et al., 2021, p. 203).

O pensamento de Rousseau nos remete ao que diz Rogers, quando considera que os indivíduos possuem recursos internos latentes que são expressos e utilizados mais funcionalmente quando a relação com a/o terapeuta se estabelece de determinada forma. Rogers fala de uma tendência de atualização, segundo a qual há

Em cada organismo, em qualquer nível, um fluxo subjacente de movimento em direção à realização construtiva de suas possibilidades inerentes. Nos seres humanos, também, há uma tendência natural para um desenvolvimento mais complexo e completo. O termo que tem sido usado com mais frequência para isso é "tendência de atualização", e está presente em todos os organismos vivos⁶⁸ (ROGERS, 1980, p. 117-118, tradução nossa).

Rogers ilustra essa noção com sua analogia das batatas no porão. Segundo ele, as batatas guardadas no porão de sua casa permaneciam no escuro, longe da terra, mas, ainda assim, lançavam seus brotos em direção à pouca luz presente no ambiente. Os brotos pálidos, bem diferentes dos que a planta teria se estivesse no solo, buscavam tornar-se, buscavam crescimento, mesmo nas circunstâncias adversas. Rogers usa esse exemplo para dizer como humanos, também, mesmo nas condições mais desfavoráveis, buscam sempre o crescimento, buscam realizar seu potencial (ROGERS, 1980, p. 118).

Tão desfavoráveis têm sido as condições em que essas pessoas se desenvolveram que muitas vezes suas vidas parecem anormais, distorcidas, dificilmente humanas. Ainda assim, pode-se confiar na tendência direcional nelas. A pista para entender seu comportamento é que elas estão se esforçando, das únicas maneiras que percebem como disponíveis para elas, para se mover em direção ao crescimento, em direção ao se tornar. Para pessoas saudáveis, os resultados podem parecer bizarros e fúteis, mas são a tentativa desesperada da vida de se tornar ela mesma. Essa potente tendência construtiva é a base subjacente da abordagem centrada na pessoa⁶⁹ (ROGERS, 1980, p. 119, tradução nossa).

⁶⁸ No original: in every organism, at whatever level, an underlying flow of movement toward constructive fulfillment of its inherent possibilities. In human beings, too, there is a natural tendency toward a more complex and complete development. The term that has most often been used for this is the "actualizing tendency," and it is present in all living organisms.

⁶⁹ No original: So unfavorable have been the conditions in which these people have developed that their lives often seem abnormal, twisted, scarcely human. Yet, the directional tendency in them can be trusted. The clue to understanding their behavior is that they are striving, in the only ways that they perceive as available to them, to move toward growth, toward becoming. To healthy persons, the results may seem bizarre and futile,

Em Rousseau, notamos a ideia de que o humano possui um pendor ao bem, e que as relações na sociedade o corromperiam (ROUSSEAU, 2013). Podemos pensar que, como na analogia de Rogers, nas condições apropriadas, esse pendor ao bem ou essa tendência de atualização brotariam e ganhariam viço, como os brotos das batatas.

A preocupação genuína proposta por Yalom, por seu turno, ao julgar-se desinteressada numa vantagem para a/o própria/o psicoterapeuta, parece-nos que parte da ideia de que o amor, a abnegação cura. O aspecto curativo da terapia provém, para Yalom, dessa relação amorosa, mais do que de um saber técnico que a/o psicoterapeuta possua e aplique. Assim, essa concepção de preocupação genuína, ao buscar complementar o saber técnico com uma certa modulação amorosa na escuta terapêutica, também se relaciona ao movimento romântico, o qual valorizava o amor e as paixões, distintamente à ênfase dada à razão no período do Iluminismo (GUINSBURG e ROSENFELD, 2008).

Tendo essas considerações em mente, percebemos que o lugar da/o terapeuta proposto pelos teóricos é ambíguo: explicitamente, possui um pé no romântico, no amoroso e espiritual, e, implicitamente, outro no pragmatismo das relações de serviço. No cabo de guerra entre uma relação ideal, baseada em pressupostos românticos de autenticidade, e uma relação pragmática, constatamos como o lado ideal puxa mais fortemente para os teóricos estudados neste trabalho. E é tão mais forte que, às vezes, como em Rollo May, por exemplo, parece que o outro lado nem existe, pois não encontramos menção ao pagamento das sessões em seus escritos. Perguntamo-nos a que se deve tal ausência, se, talvez, pelo fato de a relação profissional e de pagamento ser tão naturalizada que nem tenha aparecido como problema relevante para May, ou que o autor tenha considerado desnecessário incluí-la em suas elaborações.

Embora a escuta do outro nem sempre tenha sido atividade profissional, é imperioso reconhecer a psicoterapia dos dias de hoje sendo composta, também, por uma relação profissional. A psicoterapia costuma ser desempenhada, seja no âmbito privado ou público, por profissionais capacitadas/os, as/os quais recebem pagamento para seu exercício profissional. Em certo sentido, essa configuração profissional depende da possibilidade existencial da compreensão, da capacidade terapêutica da escuta e da fala, e não o contrário (FEIJOO, 2010). A possibilidade existencial de compreensão, mais originária, concretiza-se ou não nas condições reais de um mundo, na relação entre duas ou mais pessoas.

but they are life's desperate attempt to become itself. This potent constructive tendency is an underlying basis of the person-centered approach.

3.4 Implicações do pagamento em dinheiro na relação terapêutica

Uma das perguntas que nos fizemos no início deste trabalho dizia respeito à existência de consequências do pagamento à relação terapêutica e, caso positivo, quais possíveis prejuízos ou benefícios elas engendrariam. Levando em conta o exposto até aqui, podemos dizer que sim, o pagamento a afeta. A resposta para isso pode começar pelo fato de as relações de pagamento serem um tipo específico de relação, com regras tácitas ou não, movimentos próprios, enfim, com especificidades diversas. A partir da compreensão de que o dinheiro não corresponde a um meio neutro para troca de serviços, mas sim a um invento com características específicas que serve como meio de pagamento, entendemos que uma relação de pagamento incorpora outras noções, como a de dívida, a de meio de pagamento, de relação de serviço, as quais não são naturalmente dadas ou simplesmente desconsideráveis na constituição da psicoterapia. Também, podemos responder afirmativamente à pergunta pela influência do pagamento na relação terapêutica pelo fato de o dinheiro ser marcante em nossa sociedade, envolvendo diversos agentes e relações de poder em sua criação, definição, distribuição e uso.

Além disso, e num nível mais micro, recordamo-nos da colocação do próprio Yalom (1980, p. 415) quando escreve que um/a paciente pode perguntar: “Se você realmente se importa comigo, você me encontraria mesmo se eu não tivesse dinheiro?”. Nessa fala aparece a tensão entre pagamento em dinheiro e preocupação genuína, mostrando que um/a paciente pode intuir que o pagamento tem efeitos na terapia, como algo capaz de modular o interesse e a presença da/o terapeuta. Apontaremos, nos tópicos a seguir, para decorrências do pagamento na relação terapêutica, possíveis efeitos negativos e positivos, considerando os próprios ideais de relação propostos pelos autores estudados.

3.4.1 A possível objetificação da relação terapêutica

Notamos o empenho dos teóricos da terceira força da Psicologia estudados aqui em se afastarem de uma Psicologia tecnocrata, na qual a/o especialista intervém tecnicamente para produzir efeitos nas/os clientes. Consideramos, entretanto, que esse relacionamento mais humano buscado pelos teóricos pode se enfraquecer quando a relação é mediada por dinheiro. Isso porque a relação de pagamento e dívida quantifica e impessoaliza uma obrigação a ser cancelada após o pagamento (GRAEBER, 2011). A questão em jogo aqui, neste tópico, é a

seguinte: quando não se explicita a tensão da relação de pagamento em dinheiro, isso privilegia uma relação que se constrói singularmente, com cada pessoa, a cada encontro, ou uma relação como a que se tem com um produto de consumo? Dessa maneira, essa pergunta diz respeito à possível objetificação de uma relação terapêutica por conta da relação de pagamento. Ela tem a ver, enfim, com a possibilidade de transformação de um fenômeno existencial em uma amálgama reificada, composta por, no mínimo, quantificação, correspondência monetária e consumo.

Isso a que nomeamos objetificação é um problema indicado por diversos pesquisadores da Sociologia e da Antropologia: há uma forte tendência ao nivelamento e apagamento das diferenças, e à comoditização da vida quando o dinheiro de propósito geral se estabelece (MUZIO, 2018). Dinheiro de propósito geral se refere a esse dinheiro que serve, simultaneamente, para pagar por itens essenciais à sobrevivência, por serviços profissionais diversos, por artigos de luxo etc. Tendo isso em mente, aquilo que promove tratamento e cura, segundo o proposto pelas teorias psicoterápicas abordadas aqui, isto é, a relação humana entre as pessoas, pode acabar reduzido a um acordo de negócio. Logo, a própria relação se transformaria, e, conseqüentemente, o processo psicoterápico.

Mesmo sendo um pensador da área da psicanálise, Langan (2008, p. 101, tradução nossa), sintetiza bem essa problemática da objetificação no trecho:

O problema criminal é que nenhum preço pode ser estabelecido para o que fazemos juntas/os. O preço reduz o esforço analítico a uma troca econômica. Implica na mercantilização do tempo, do pensamento, do cuidado, da curiosidade e da esperança. Ad absurdum, exige uma fatura detalhada com preços unitários: talvez US \$ 5 para cada "hum-huh" encorajador, US \$ 10 para a advertência "Unnh?", pausas gestantes a US \$ 15 por minuto, interpretações prontas para uso de US \$ 20 a US \$ 50, e personalizáveis com nuances exclusivas a partir de US \$ 100, com limite de uma por sessão. A participação na troca de dinheiro muda a psicanálise clínica de uma fenomenologia experimental mutuamente participativa (ao meu ver) para um serviço pelo qual existem honorários. À medida que cobramos nossos honorários por serviço, a "profissão impossível" se descobre uma entusiasmada companheira de cama da "profissão mais antiga". Meu antigo supervisor (que agora vive apenas em minha mente) pode conclusivamente nos ver, médicas/os e pacientes, como perpetuadoras/es culpadas/os de uma sociedade corrupta construída sobre ganância invejosa⁷⁰.

⁷⁰ No original: The criminal problem is that no price can be set on what we do together. Pricing reduces the analytic endeavor to an economic exchange. It entails the commodification of time, of thought, caring, curiosity and hope. Ad absurdum, it requires an itemized bill with unit pricing: perhaps \$5 for each encouraging "Um-huh," \$10 for the cautionary "Unnh?," pregnant pauses at \$15 per minute, interpretations off-the-rack from \$20 to \$50, and customizable with unique nuance starting at \$100, limit one per session. Participation in the exchange of money changes clinical psycho-analysis from a mutually participatory experimental phenomenology (as I see it) into a service for which there is a fee. As we collect our fees-for-service, the "impossible profession" discovers itself a willing bedfellow to the "oldest profession." My erstwhile supervisor (who now lives only in my mind) might conclusively see us, doctors and patients, as guilty perpetrators of a corrupt society built on invidious greed.

Langan, provocativo, aproxima a Psicanálise, chamada de profissão impossível por Freud, à prostituição, a profissão mais antiga segundo o senso comum. Essa associação nos faz pensar que, assim como uma relação sexual ganha uma configuração diferente quando ocorre em uma situação de prostituição, a análise também se transforma com o pagamento de honorários.

Podemos considerar a possibilidade de as relações serem terapêuticas como algo que se dá nas relações humanas, desde tempos imemoriais (WAMPOLD, 2001). No entanto, quando consideramos a especificidade da psicoterapia como espaço onde a relação pode ser terapêutica, faz-se necessário considerar o contexto de emergência e de manutenção dela. Em certo sentido, a profissão se apropriou de uma possibilidade entre seres humanos. A psicoterapia científica surgiu, e atualmente permanece, num contexto capitalista, no qual se pensa que alguém desempenha um trabalho qualificado deve ser remunerado em dinheiro. Assim, dão-se as delimitações da relação profissional e a retribuição financeira.

No que diz respeito ao problema do pagamento das sessões de terapia, um elemento central é a precificação. Com a lógica de pagamento por um serviço, aquele encontro tem atravessamentos específicos, os quais condicionam o acesso, a possibilidade de ser realizado ou não, o tempo de duração, sua modalidade etc. Outrossim, pensando num preço estabelecido para cada encontro, podemos nos questionar o quanto tal valor estipulado é representativo da qualidade do serviço, como está posicionado em relação a outros serviços cobrados na sociedade, o quanto respeita os princípios teóricos da relação terapêutica. Esse é um primeiro nível da objetificação.

Um elemento mais periférico no problema do pagamento é o meio. Que as sessões sejam precificadas em dinheiro, ou em uma troca de serviço, ou ainda em outra coisa, pode ter repercussões distintas na relação terapêutica. Digamos que alguém pague por sessões de terapia com algo que interessa à/ao psicoterapeuta, como as refeições que prepara, ou seu serviço de revisão textual. Nesses casos ainda haveria uma espécie de pagamento, mas com um meio estabelecido em cada situação e com diferentes aspectos. No caso de pagamento em dinheiro, por seu turno, em uma moeda nacional, entram em jogo forças bastante alheias tanto à/ao psicoterapeuta como a/ao paciente. Como já comentamos no capítulo 2, as moedas nacionais sofrem efeitos de políticas econômicas, são emitidas principalmente por instituições privadas, podem ter seu poder de compra reduzido ou aumentado em relação a outros países etc.

A experiência de valorização, a partir da precificação de um pagamento em dinheiro, aproxima-se de uma questão quantitativa, no âmbito da correspondência a um preço, e de uma

de competição ou poder, quando se pensa na diferença entre preços dos diversos produtos e serviços na sociedade ou nas possibilidades de acesso às diferentes classes sociais (GRAEBER, 2011). A valorização se aproxima desses âmbitos e se afasta do âmago da psicoterapia, isto é, da relação propriamente dita, sensível e singular. O pagamento com meios alternativos, por sua vez, pode favorecer uma experiência de valorização mais originária, bem como arranjos mais autônomos. Também, pode ampliar as possibilidades de acesso. Contudo, mesmo afrouxado, segue armado o nó da objetificação.

Até o momento, concluímos que, se a relação entre psicoterapeuta e cliente se resume a um negócio, embora a própria denominação ‘cliente’ remeta a transações comerciais, há a chance de a/o psicoterapeuta deixar de se guiar pelo sensível, pela relação entre as pessoas, e se guiar pelo financeiro, colocando em risco a própria psicoterapia. Dessa maneira, aconteceria uma espécie de fetichização da terapia, com a terapia se parecendo mais a um produto de consumo do que a um tipo de relação específica. Isso é problemático, pois, por definição, a relação almejada pelos teóricos e posta como o mais fundamental da terapia deve ser humana, genuinamente preocupada, autenticamente presente e não pode se reduzir a um produto de consumo. Se o que confere a viabilidade e a potência da clínica é o encontro de duas pessoas ou mais, a questão é se, e em qual medida, o pagamento em dinheiro pode prevalecer sobre esse encontro. Em outras palavras, se, e em qual medida, a relação comercial pode prevalecer sobre a relação terapêutica, e se essa prevalência pode, por sua vez, transformar a relação terapêutica, talvez até mesmo impossibilitando sua concretização consoante as condições idealizadas.

3.4.2 O pagamento em dinheiro como evidenciador de modos de relação

Faz parte do processo psicoterapêutico que os modos de a/o paciente se articular com as questões de sua vida sejam evidenciados, isto é, que essa conscientização seja facilitada pela/o terapeuta (MAY, 1986a; YALOM, 1980; ROGERS, 1956). Lembremo-nos das palavras de Yalom: “ajuda-se ao outro a se desenvolver não por instrução, mas pelo "encontro", pela "comunicação existencial".”⁷¹ (YALOM, 1980, p. 409, tradução nossa). Nesse sentido, o pagamento e como a/o paciente se relaciona com ele pode ser mais um elemento de análise entre outros. O pagamento pode servir para evidenciar a lida com acordos, compromissos e com valores, por exemplo.

⁷¹ No original: One helps the other unfold not by instruction but by "meeting," by "existential communication."

Se boa parte da psicoterapia corresponde à tarefa de um/a terapeuta esclarecer para a/o paciente como ela/e costuma agir em sua vida, a forma como ocorre o pagamento pode ser mais um elemento como as relações interpessoais, as de trabalho, de lazer, entre outras. A/o psicoterapeuta pode esmiuçar o tema, perguntando-se, por exemplo: como a/o paciente lida com a questão do pagamento? É uma questão simples ou complicada? Tem a ver com outros temas trazidos na psicoterapia?

Destarte, a própria existência do pagamento pode trazer à tona questões da/o paciente, tais como afetos, medos, preconceitos etc. Dois exemplos de Ellman (2008) ilustram isso. Ele propõe às/aos pacientes uma faixa de preços para seus honorários, indo de um mínimo a um máximo, e está disposto a trabalhar caso o pagamento esteja nessa faixa. Esse autor conta uma de suas experiências:

Um paciente rico que me foi encaminhado escolheu a faixa intermediária dos meus honorários. Naquela época, eu não conhecia a situação financeira da pessoa, mas, quando comecei a descobrir, ficou claro que essa pessoa era muito cautelosa com as pessoas sendo amigáveis ou se aproximando dela porque achava que preocupação delas era sempre por causa de sua riqueza. Não foi até que o que eu chamo de confiança analítica se desenvolveu que a pessoa aumentou o pagamento e começou a entender suas dificuldades em permitir que muitos tipos de relacionamentos ocorressem em sua vida. Outro paciente insistiu em afirmar que mesmo o preço mais alto proposto por mim era baixo e queria pagar mais. Sua autoestima se baseava em mostrar sua riqueza; aos poucos, ele começou a entender sua necessidade de me impressionar indo além dos meus honorários mais altos (e não, eu não aceitei sua oferta de pagar mais)⁷² (ELLMAN, 2008, p. 53, tradução nossa).

No primeiro exemplo, o modo como o paciente se relacionava com as pessoas em geral apareceu também na hora do pagamento, especialmente pelo fato de o analista ter oferecido alguma abertura a isso. Caso o analista, sabendo de antemão que se tratava de uma pessoa rica, buscasse estabelecer um valor alto para seus honorários, é possível que a questão não se evidenciasse. Talvez, poderia fazer com que o paciente desconfiasse do terapeuta e que uma relação terapêutica nem se estabelecesse. No segundo exemplo, ao tentar pagar mais que o estipulado, o paciente evidencia um de seus modos de lidar com os outros. Segundo Ellman, a autoestima dele dependia de demonstrações de sua riqueza. Essas questões, disparadas pelo pagamento, são, evidentemente, temas possíveis de serem trabalhados em terapia.

⁷² No original: A wealthy patient who was referred to me picked the middle range of my fees. At that point in time, I didn't know the person's financial situation but as I began to find out, it became clear that this person was very wary about people being friendly or approaching him because he assumed their concern was always because of his wealth. It was not until what I call analytic trust developed, that the person raised his fee and began to understand his difficulties in allowing many types of relationships to occur in his life. Another patient insistently maintained that even my high fee was low and wanted to pay a higher fee. His self-esteem was based on showing his wealth; gradually, he began to understand his need to impress me by going beyond my highest fee (and no, I did not accept his offer of a higher fee).

Tudor e Worrall (2002), por sua vez, falam de um atendimento realizado a um paciente que não podia pagar, e sobre como esse gesto de aceitação foi importante na construção da relação. No início dos atendimentos, o paciente possuía dinheiro apenas para pagar seu aluguel e alimentos, o que permaneceu dessa forma por dois anos e meio. Os autores comentam que a possibilidade de pedir aos pais que pagassem pela terapia foi descartada, devido a conflitos familiares. Com o passar do tempo, esse fato de os atendimentos serem feitos gratuitamente se mostrou terapeuticamente relevante.

Gradualmente, meu cliente gerou alguma renda para si mesmo e poderia me pagar alguma coisa. À medida que trabalhávamos juntos, no entanto, e à medida que ele se tornava financeiramente autossuficiente, reconhecemos o significado terapêutico do fato de ele não me pagar. Ele esperava amor incondicional de seus pais, e não o experimentou. Ele não confiava em ninguém para aceitá-lo sem condições. Começamos a trabalhar em profundidade apenas quando ele soube que eu estava trabalhando com ele porque queria, e não porque ele estava pagando. Para este homem, o fato de que ele poderia me ver sem nenhum custo foi terapeuticamente, bem como financeiramente, significativo⁷³ (TUDOR e WORRAL, 2002, p. 87, tradução nossa).

Quando a relação terapêutica se pauta por ideais românticos de aceitação, de altruísmo, o pagamento se torna problema. Se a relação não parte disso, pode pensar na questão da remuneração de modo que ela se torne, também, disparadora de análises. Os exemplos citados mostram essa possibilidade, a de que o próprio pagamento da psicoterapia evidencie modos de ser e oportunize reflexões.

Também, embora se possa falar bastante de dinheiro no cotidiano, existe um âmbito o qual permanece tabu: o das relações pessoais com dinheiro. Quando se fala sobre as diferenças salariais entre profissões ou empregos específicos; ou sobre os preços das coisas, sobre descontos e aumentos, fala-se de maneira um tanto impessoal sobre dinheiro. Porém, se o tema é quanto se recebe por mês, quanto patrimônio se tem, qual a diferença de salário entre casais, o tema pode ser mais difícil de ser falado.

Nesse sentido, a psicoterapia pode se configurar como um espaço onde tais aspectos, principalmente os mais tabus, podem ser colocados abertamente, sem o tabu das conversas cotidianas. Isso depende, parece-nos, da preparação das/os terapeutas, em termos de sua disposição e conhecimento acerca das relações financeiras, bem como também da disponibilidade das/os pacientes.

⁷³ No original: Gradually, my client generated some income for himself and could have afforded to pay me something. As we worked together, however, and as he became financially self-sufficient, we recognized the therapeutic significance of the fact that he didn't pay me. He had expected unconditional love from his parents, and hadn't experienced it. He didn't trust anybody to accept him without conditions. We began to work at depth only as he came to know that I was working with him because I wanted to rather than because he was paying. For this man the fact that he could see me at no cost was therapeutically as well as financially significant.

3.4.3 O acesso à psicoterapia

A exigência de um pagamento limita o acesso à psicoterapia a quem pode pagar por ela, evidentemente. Embora se possa pensar que a questão do acesso à psicoterapia se resume a isso, essa é apenas parte de um problema. Por um lado, os valores cobrados podem dificultar ou até mesmo restringir que boa parte da população, especialmente num país com profunda desigualdade social como o Brasil (DOWBOR, 2018), consiga iniciar um processo psicoterápico. Por outro, mesmo para pessoas que podem pagar e para as quais o preço não é um problema, quais as implicações de não nos demorarmos no assunto, não compreendermos o que está em jogo na relação de pagamento? O que se reproduz com a prática psicoterápica realizada dessa forma? Ainda, na hipótese de pessoas com grande poder aquisitivo, às quais o valor considerado justo por um/a psicoterapeuta seria muito baixo em relação ao seu patrimônio, também estaria em jogo a problemática dos limites. Nesse último caso, dos limites superiores de preço.

Em situações de psicoterapeutas que estabelecem um preço a ser pago por seus serviços e encontram clientes dispostas/os a pagar esse valor, pode ser que não se pense mais sobre a questão após o acordo. Assim, pode-se operar uma espécie de despolitização da psicoterapia, isto é, desconsiderar-se a psicoterapia em um contexto social mais amplo. Uma vez estabelecida a quantificação e precificação dos serviços de psicoterapia, e aqui podemos pensar, a título de exemplo, nos valores de referência para psicoterapia individual estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021), com limite mínimo de 178,34 reais e máximo de 305,74 reais, perguntamo-nos: quem pode arcar com esses gastos? Como esse preço está em relação ao que ganham outras pessoas, em relação às/aos professoras/es, médicas/os, trabalhadoras/es domésticas/os, comerciantes, juízas/es? Qual a relação entre os valores da psicoterapia e o salário mínimo, ou a uma cesta básica?

Ainda que, num nível individual, um/a terapeuta ou um/a paciente possam estar dispostas/os a se envolver na relação de modos bastante singulares, com atendimento gratuito ou outras articulações, perguntamo-nos: há espaço para o estabelecimento de relações não comerciais? E, dentro das relações comerciais, há espaço para a construção de relações terapêuticas?

A partir do exposto, o acesso à psicoterapia se desdobra num âmbito mais particular, na tensão do pagamento como uma condição para o início e continuidade dos atendimentos de alguém, o que, como já mostramos, é especialmente problemático quando se parte de ideais de consideração positiva incondicional e preocupação genuína; mas, também, o acesso

condicionado pelo pagamento diz respeito, mais amplamente, a características de nossa sociedade, as relações de poder em seu interior.

3.5 Relações de poder numa sociedade capitalista: o capital cultural segundo Pierre Bourdieu

Já nos encaminhando para o fim desta pesquisa, julgamos interessante incluir uma discussão sobre diferentes tipos de capital fundamentada nos escritos de Pierre Bourdieu. Decidimos abordar brevemente essa discussão, ainda que fuja um pouco ao escopo desta dissertação, por ela fornecer chaves interpretativas para determinadas relações em nossa sociedade e por poder indicar caminhos para estudos posteriores.

A titulação de psicóloga/o representa, se não uma certa posição de prestígio, ao menos uma categoria acadêmica e profissional. Como já dissemos anteriormente, até o momento de redação deste texto, não é necessário ser psicóloga/o para atuar como psicoterapeuta no Brasil. Porém, para alguém poder se dizer psicóloga/o no Brasil e atuar profissionalmente como tal, é preciso não apenas possuir um diploma de nível superior em Psicologia, mas também estar em dia com o pagamento da anuidade do respectivo Conselho Regional de Psicologia, cujo valor em 2022 é de R\$ 509,27. Essas pequenas observações nos fazem lembrar do que diz o sociólogo Pierre Bourdieu em sua elaboração sobre os diferentes tipos de capital – ou de poder, como diz o próprio autor (BOURDIEU, 1986). Diferentemente do que se pode pensar no senso comum, Bourdieu mostra como o capital não se resume ao econômico, na forma monetária ou como meios de produção e propriedades.

O capital pode se apresentar em três formas fundamentais: como capital econômico, o qual é imediata e diretamente conversível em dinheiro e pode ser institucionalizado na forma de direitos de propriedade; como capital cultural, que pode ser convertido, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais; e como capital social, constituído de obrigações sociais (“conexões”), que é conversível, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de um título de nobreza⁷⁴ (BOURDIEU, 1986, p. 16 tradução nossa).

No que diz respeito ao capital cultural, Bourdieu salienta que este, dependendo do período, da sociedade e da classe social, pode ser adquirido bastante impensadamente. Diz ainda que

⁷⁴ No original: Capital can present itself in three fundamental guises: as economic capital, which is immediately and directly convertible into money and may be institutionalized in the form of property rights; as cultural capital, which is convertible, in certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the form of educational qualifications; and as social capital, made up of social obligations (“connections”), which is convertible, in certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the form of a title of nobility.

ele sempre permanece marcado por suas primeiras condições de aquisição as quais, por meio das marcas mais ou menos visíveis que deixam (como as pronúncias características de uma classe ou região), ajudam a determinar seu valor distintivo. Não pode ser acumulado além das capacidades de apropriação de um agente individual; declina e morre com seu portador (com sua capacidade biológica, sua memória, etc.)⁷⁵ (BOURDIEU, 1986, p. 18, tradução nossa).

Sendo as condições de transmissão e aquisição do capital cultural mais disfarçadas do que a do capital econômico, ele resguarda, assim, uma função simbólica, ou seja, não costuma ser admitido como capital, mas sim como uma competência legítima, como uma autoridade reconhecida (BOURDIEU, 1986). De acordo com o que expõe Bourdieu, a titulação de psicóloga/o seria uma objetificação, uma concretização do chamado capital cultural. Objetificado dessa forma, esse capital assume determinadas características.

A objetificação do capital cultural na forma de qualificações acadêmicas é uma forma de neutralizar algumas das propriedades que ele deriva do fato de que, sendo corporificado, tem os mesmos limites biológicos de sua/seu portador/a. [...] Com a qualificação acadêmica, um certificado de competência cultural que confere à/ao sua/seu titular um valor convencional, constante, legalmente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que possui uma autonomia relativa frente a sua/seu portador/a e mesmo frente ao capital cultural que ela/e efetivamente possui em um determinado momento⁷⁶ (BOURDIEU, 1986, p. 20, tradução nossa).

As diferentes formas de capital conservam uma conversibilidade entre si, isto é, mantêm a possibilidade de se transformarem em outro tipo de capital. Desse modo, no caso da/o profissional de Psicologia, por exemplo, podemos perceber a conversão de capital econômico em capital cultural no processo de aquisição de um diploma –se considerarmos os gastos necessários para uma formação acadêmica– e a possibilidade de reversão, uma vez consolidado tal capital cultural, em capital econômico, a partir da atuação profissional. Nesse sentido Bourdieu escreve, no trecho a seguir, sobre as relações entre outras/os profissionais qualificadas/os e sobre as expectativas de retorno articuladas aos investimentos feitos e à escassez da qualificação acadêmica na sociedade.

Este produto da conversão de capital econômico em capital cultural [um diploma, por exemplo] estabelece o valor, em termos de capital cultural, da/o titular de uma

⁷⁵ No original: It always remains marked by its earliest conditions of acquisition which, through the more or less visible marks they leave (such as the pronunciations characteristic of a class or region), help to determine its distinctive value. It cannot be accumulated beyond the appropriating capacities of an individual agent; it declines and dies with its bearer (with his biological capacity, his memory, etc.).

⁷⁶ No original: The objectification of cultural capital in the form of academic qualifications is one way of neutralizing some of the properties it derives from the fact that, being embodied, it has the same biological limits as its bearer. [...] With the academic qualification, a certificate of cultural competence which confers on its holder a conventional, constant, legally guaranteed value with respect to culture, social alchemy produces a form of cultural capital which has a relative autonomy vis-à-vis its bearer and even vis-à-vis the cultural capital he effectively possesses at a given moment in time.

determinada qualificação em relação a outras/os titulares de qualificação e, pelo mesmo objeto, o valor monetário pelo qual pode ser trocado no mercado de trabalho (o investimento acadêmico não tem sentido a menos que um grau mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica seja objetivamente garantido). Porque os lucros materiais e simbólicos que a qualificação acadêmica garante também dependem de sua escassez, os investimentos feitos (em tempo e esforço) podem acabar sendo menos lucrativos do que o previsto quando foram feitos (havendo uma mudança de fato na taxa de conversão entre capital acadêmico e capital econômico). As estratégias de conversão do capital econômico em capital cultural, as quais estão entre os fatores de curto prazo da explosão da escolaridade e da inflação das qualificações, são regidas por mudanças na estrutura das chances de lucro oferecidas pelos diferentes tipos de capital⁷⁷ (BOURDIEU, 1986, p. 21, tradução nossa).

Com a discussão de Bourdieu podemos pensar um pouco sobre relações de poder implícitas no exercício da psicoterapia, seja em relação a outras profissões na sociedade, seja em relação às pessoas atendidas. Essas relações aparecem nas diferenças de remuneração de diferentes categorias profissionais, mas também no que se considera competência ou não de psicoterapeutas. Com relação às pessoas atendidas, aparece na problemática do acesso, como já comentamos no tópico anterior.

Ainda nesse tema das relações de poder no exercício da profissão, lembramo-nos de um tema recentemente discutido, o da possibilidade de tornar exclusivo o exercício da psicoterapia a profissionais da Psicologia. O CFP (2021) lançou uma consulta pública sobre o assunto entre os meses de abril e maio de 2021, buscando receber contribuições da categoria em relação à temática. Essa questão, a qual pode ter sido motivada por justas preocupações sociais e científicas, também tem a ver com a possibilidade de uma atividade profissional ser reservada àquelas/es que detém um diploma específico. Vemos, assim, que a discussão a respeito do capital cultural e suas objetificações não diz respeito a algo apenas teórico ou desatualizado, mas sim a disputas concretas e atuais em nossa sociedade.

⁷⁷ No original: This product of the conversion of economic capital into cultural capital establishes the value, in terms of cultural capital, of the holder of a given qualification relative to other qualification holders and, by the same token, the monetary value for which it can be exchanged on the labor market (academic investment has no meaning unless a minimum degree of reversibility of the conversion it implies is objectively guaranteed). Because the material and symbolic profits which the academic qualification guarantees also depend on its scarcity, the investments made (in time and effort) may turn out to be less profitable than was anticipated when they were made (there having been a de facto change in the conversion rate between academic capital and economic capital). The strategies for converting economic capital into cultural capital, which are among the short-term factors of the schooling explosion and the inflation of qualifications, are governed by changes in the structure of the chances of profit offered by the different types of capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui retomaremos nosso percurso de pesquisa, a fim de recordarmos de elementos importantes antes de tecermos algumas considerações finais. Relembremos, então, das questões de pesquisa, nascidas da vida pessoal e da prática profissional do autor deste texto, as quais nortearam a investigação: o pagamento em dinheiro das sessões de psicoterapia traz consequências à relação psicoterapêutica, possíveis prejuízos ou benefícios? Se sim, quais? Considerando a interação entre relação terapêutica e pagamento, o ideal de relação terapêutica para Carl Rogers, Rollo May e Irvin Yalom é possível de ser efetivado? Como se dá a aceitação incondicional, o comprometimento autêntico e a presença em situações concretas, onde o pagamento está presente?

Com essas questões em mente, buscando problematizar as possíveis repercussões da relação de pagamento em dinheiro na relação psicoterapêutica, começamos investigando sobre psicoterapia. Ainda que a capacidade curativa da fala ou os treinamentos psíquicos estivessem presentes desde a antiguidade e em diversas sociedades, pudemos situar a psicoterapia historicamente, mostrando que a prática como a conhecemos nos dias de hoje corresponde a um fenômeno da modernidade ocidental. Compreendemos a psicoterapia como uma prática destinada a tratar questões psíquicas de um eu ou *self* predominante nessa época, mais individualizado e desprendido da tradição se comparado ao de épocas anteriores. Apresentamos, brevemente, a Psicanálise e o Behaviorismo, as chamadas duas primeiras forças da Psicologia, com a intenção de as diferenciarmos da posterior terceira força da Psicologia. Esta última surgiu buscando suplantar as duas outras, incorporando algumas das suas contribuições, mas também criticando o mecanicismo, a patologização e o reducionismo presentes nelas. Mostramos a importância conferida à relação psicoterapêutica nas abordagens psicoterapêuticas humanistas e existenciais, as quais compõem a terceira força da Psicologia. Depois, apresentamos as contribuições de três autores notáveis da terceira força, Carl Rogers, Rollo May e Irvin Yalom, acerca da relação terapêutica, com o objetivo de entendermos como cada um desses autores concebe a relação terapêutica. Para Carl Rogers, alguns de seus componentes são congruência entre pensamento e expressão, consideração positiva incondicional e compreensão empática por parte da/o terapeuta. Para Rollo May, a ênfase é na presença da/o psicoterapeuta, sendo a relação terapêutica proporcionada por um modo especial de estar presente. Para Irvin Yalom, a relação terapêutica corresponde ao mais essencial da psicoterapia e é ocasionada por meio de uma aproximação sem pressupostos, da preocupação genuína e da aceitação sem julgamento. Depois, refletimos sobre a inserção

das/os psicólogos/as no campo das psicoterapias, problematizando essa inserção com base em princípios do *Código de Ética do Profissional Psicólogo* (CFP, 2005), e também na *Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos* (CFP, 2021).

No capítulo dois, com o objetivo de compreendermos o que está em jogo nos pagamentos em dinheiro, investigamos as relações comerciais em seu percurso de construção, isto é, não as tomando como naturalmente dadas. Deparamo-nos com o mito do escambo, a versão hegemônica segundo a qual, desde tempos remotos, os humanos realizavam trocas para conseguirem aquilo que não possuíam e que, como decorrência disso, o dinheiro teria surgido como um meio para facilitar essas trocas. Em pormenores, vimos a impossibilidade de tal narrativa ser fatural, daí sua alcunha de “mito”. No entanto, ainda que não corresponda a uma verdade fatural, a vigência da narrativa do mito do escambo faz com que se perca de vista as relações de poder na construção histórica das relações comerciais, o que, por seu turno, facilita considerar uma relação comercial como neutra. Por isso, em seguida, analisamos o dinheiro e o capitalismo contemporâneos, com o intuito de dissipar essa aura de neutralidade de ambos. Sendo o dinheiro fundamentalmente uma reivindicação sobre os recursos naturais e as pessoas, ele envolve relações de poder em seus modos de definição, criação, distribuição, uso e controle. Caracterizando-se, ademais, por ser fiduciário, criado principalmente por instituições privadas com juros, e mantido escasso, ele promove determinados modos de relação e desencoraja outros.

No capítulo final, buscamos articular o exposto nos dois primeiros capítulos: a relação terapêutica para os três teóricos da terceira força da Psicologia e o dinheiro na sua configuração contemporânea. Pudemos considerar que, embora recomendado por May e Yalom, o esclarecimento quanto às pressuposições da/o terapeuta é diminuto no que tange a questão do pagamento. Analisamos detidamente a problemática da concretização de alguns dos conceitos dos autores investigados, os de consideração positiva incondicional, presença e preocupação genuína, quando articulados com um pagamento das sessões de psicoterapia. Comentamos a respeito da aproximação dos ideais de relação terapêutica com os ideais românticos, especialmente na valorização do amor e na consideração de tendências positivas intrínsecas aos seres humanos. No que toca as implicações do pagamento em dinheiro para a relação psicoterapêutica, discorremos sobre a possibilidade de objetificação da relação terapêutica pela configuração da relação de pagamento e do dinheiro, ou seja, a possibilidade de a relação terapêutica se aproximar mais de uma relação comercial do que de uma relação de cuidado genuíno como preconizada pelos teóricos. Também, ainda sobre as implicações do pagamento para a relação psicoterapêutica, sinalizamos a possibilidade de o pagamento ser

considerado mais um elemento de análise, ajudando a evidenciar modos de a/o paciente se relacionar na vida. Abordamos, depois, o problema do acesso à psicoterapia, considerando-o num nível mais individual, sendo o pagamento como uma condição para o início e continuidade dos atendimentos de alguém, mas também como algo oriundo de características de nossa sociedade, das relações de poder em seu interior. Por fim, apresentamos uma discussão sobre a noção de capital cultural para Pierre Bourdieu, mostrando que as relações de poder não se resumem ao âmbito econômico, mas também se evidenciam nas qualificações educacionais, na distinção social conferida a quem possui um título, como o de psicóloga/o, por exemplo. Resumidamente, esse foi nosso percurso de pesquisa.

Agora, podemos fazer alguns esclarecimentos quanto ao título e a epígrafe da presente investigação. Ela se intitula: *As psicoterapias humanistas e existenciais e o pagamento em dinheiro: qual é o preço da relação terapêutica?*. Minha intenção, ao escrever “qual é o preço da relação terapêutica?”, era também provocativa ou irônica, ao perguntar pelo preço de uma relação humana como se faz quando se pergunta pelo preço de um produto qualquer, mas não somente. Isso, aliás, está de acordo com a epígrafe desta dissertação, trecho da peça *Anti-Nelson Rodrigues*, também provocativa: “dinheiro compra até amor verdadeiro” (RODRIGUES, 2012, n.p.). Nessa peça, Nelson Rodrigues, grande dramaturgo conhecido pelo seu aguçado realismo, surpreende com

uma raridade [...]: o papel de Joice, moça em quem e para quem a força do amor termina por triunfar. Essa é uma das razões para a peça ter esse nome bizarro, que a faz ser “contra” seu próprio autor. Talvez por birra devido à insistência de Neila [quem havia pedido a peça], talvez por vontade de fazer um exercício consigo mesmo e com seu teatro, Nelson Rodrigues escreveu uma peça que aparentemente contraria toda a sua obra anterior. Aparelmente? Sim, porque há também “muito Nelson Rodrigues” nesta peça, mesmo em seu desfecho até certo ponto surpreendente. Tereza e Gastão formam um casal completamente sem futuro. Algum sentimento amoroso, se ali houve, há muito deu lugar ao tédio, ao desprezo e mesmo ao ódio disfarçado pela e por causa da convivência forçada. (AGUIAR, 2012, n.p.)

A pergunta do subtítulo e a epígrafe desta dissertação inspiram-se nessa ironia presente na peça de Nelson Rodrigues – ao mesmo tempo buscam provocar, com uma espécie de profanação de relações afetivas, mas também compreender, considerando haver algo de verdadeiro no dito. Assim, além da provocação, há um interesse real de tentar responder à questão do preço da relação terapêutica, ou de, na tentativa de resposta, ao menos entender melhor a complexidade da questão.

Nosso estudo acompanhou a seguinte linha argumentativa: a relação terapêutica é considerada o mais importante para a psicoterapia segundo Carl Rogers, Rollo May e Irvin Yalom, e se configura de formas específicas. A psicoterapia, por sua vez, um campo onde a relação terapêutica pode se dar, estabelece-se, ao mesmo tempo, como um serviço pago em

dinheiro. O pagamento em dinheiro, por seu turno, não representa algo neutro e natural, assim como o dinheiro não equivale apenas a um meio de troca que marca o valor das coisas e serviços, mas também é um instrumento de poder. Isto posto, as especificidades que os autores atribuem à relação terapêutica, as quais a posicionam fundamentalmente como um relacionamento humano e não como uma relação de negócio, conflitam com a própria constituição do pagamento em dinheiro, o qual serve para retribuir uma prestação de serviço.

Por um lado, como viemos discutindo, os encontros terapêuticos acontecem neste mundo em que profissionais desempenham seus serviços e recebem pagamentos em dinheiro. Então, frequentemente, os atendimentos estão condicionados a pagamentos de determinadas quantias em dinheiro, o que faz com que a pergunta pelo preço da relação terapêutica pareça apropriada.

Por outro, a relação terapêutica não equivale a um objeto de consumo, pelo qual alguém pode pagar para possuir e dispor como bem entender. Ainda, como demonstramos, as considerações dos teóricos nos fazem estranhar que algo como uma consideração positiva incondicional, uma presença autêntica ou uma preocupação genuína possam ser precificadas – compradas ou vendidas.

Logo, quanto à pergunta “qual o preço da relação terapêutica?”, respondemos que a relação terapêutica repousa numa ambiguidade: entre o estranhamento da precificação de algo que não é um objeto, mas sim um tipo de relacionamento humano; e a naturalidade com a qual se paga por um serviço desempenhado por um/a profissional qualificada/o. Na psicoterapia, a relação terapêutica acontece como uma relação em que há uma presença diferenciada, uma escuta qualificada, e também como uma relação profissional, com sua devida remuneração. Poderíamos dizer, paradoxalmente, que a relação terapêutica na psicoterapia tem preço e não o tem. Como apontamos anteriormente, esse lugar ambíguo resguarda possíveis prejuízos e benefícios na psicoterapia, o que pode ser mais bem investigado em estudos posteriores.

Um caminho possível para desenvolvimentos dessa temática pode se basear nas considerações de Feijoo (2020). Assim como Rogers, May e Yalom, ela também considera a relação o que há de mais importante na psicoterapia. Porém, para Feijoo a relação importa porque é nela que o modo como a pessoa articula as relações aparece, e não necessariamente porque na relação se cumprem ideais de presença, preocupação e aceitação. Desta maneira, para Feijoo, a psicoterapia é um lugar onde a/o terapeuta sustenta a possibilidade de aparecimento da medida existencial. E participam dessa medida os limites estabelecidos no contrato inicial, no qual a relação profissional já está marcada.

Feijoo (2020) mostra como a possibilidade da desmedida já aparecia para os gregos antigos não como o desvio de uma norma ideal de conduta, mas como *hybris*, na tensão existencial entre o apolíneo e o dionisíaco. Assim, a tensão entre desmedida e medida, *hybris* e *métron*, estabelecia-se entre forças que definem, limitam e dão contornos (tendência apolínea) e forças de criação e renovação (tendência dionisíaca). Na modernidade, no entanto, essa tensão é ofuscada, argumenta Feijoo:

No mundo moderno, o que há de mais primário, ou seja, o jogo da existência, é obscurecido, abrindo espaço para a sedimentação de medidas externas. Assim, a medida transformada em normas estabelece como a vida deve ocorrer. A conquista do espaço existencial, que se conjuga com as possibilidades do homem em jogo com suas necessidades, torna-se restrita quando começamos a nos comportar do modo que o mundo diz que devemos ser. Então, a vida passa a ser regulada pelos diversos poderes, que se fortalecem com o aval da ciência⁷⁸ (FEIJOO, 2020, p. 32, tradução nossa).

Em seu estudo, referindo-se ao mundo moderno, Feijoo (2020) considera a psicoterapia e a arte como atividades as quais resguardam a possibilidade de resgate da medida existencial. Nesse sentido, reconhecendo o risco de a psicoterapia assumir um caráter normativo e buscando sustenta-la como espaço de conquista da medida existencial, a autora escreve:

Para sair da ideia da clínica psicológica como um meio para um fim e como ação eficiente do psicoterapeuta, precisamos, primeiro, desconfiar das medidas normativas; posteriormente, demorar-nos na reflexão sobre verdades estabelecidas e, então, sermos capazes de ver a experiência daquele que está diante de nós. Assim, permanecemos no caráter sensível da existência (relação) para que a medida possa aparecer⁷⁹ (FEIJOO, 2020, p. 27, tradução nossa).

Com a relação terapêutica assumida dessa forma, não se espera uma relação pura, imaculada, ou que a/o psicoterapeuta cumpra ideais de incondicionalidade ou autenticidade. Pode-se reconhecer que a relação está atravessada por uma ética profissional, guardando, portanto, certos limites profissionais. Sendo o elemento terapêutico na relação a possibilidade de conquista da medida existencial, podemos pensar o pagamento e demais limites profissionais também nessa perspectiva.

⁷⁸ No original: En el mundo moderno, lo que es más primario, o sea, el juego de la existencia, se oscurece, abriendo un espacio para que se sedimenten medidas externas. Así, la medida transformada en normas establece cómo debe ocurrir la vida. La conquista del espacio existencial, que se conjuga con las posibilidades del hombre en juego con sus necesidades, pasa a restringirse al empezar a comportarnos del modo en el que el mundo dice que debemos ser. Entonces, la vida empieza a regularse por los diversos poderes, que se fortalecen con el aval de la ciencia.

⁷⁹ No original: Para salir de la idea de la clínica psicológica como un medio para un fin y como acción eficiente del psicoterapeuta, necesitamos en primer lugar desconfiar de las medidas normativas; posteriormente, tardarnos en pensar en verdades puestas y entonces ser capaces de ver la experiencia del que está ante nosotros. Así, permanecemos en el carácter sensible de la existencia (relación) para que la medida pueda aparecer.

Esta dissertação, como se pode perceber, não é conclusiva no sentido de resolver completamente um problema. Contudo, esperamos que ela tenha mostrado satisfatoriamente contradições no âmago das propostas psicoterápicas dos autores investigados e apontado alguns caminhos de resolução. Desse modo, julgamos que a relevância deste estudo foi a de trazer contribuições teóricas, mostrando que as teorias, por si mesmas, podem ser inconsistentes em seu interior. Acreditamos, portanto, que os conceitos postulados pelas teorias precisam ser repensados, por possuírem contradições as quais põem em xeque a própria prática que buscam fundamentar.

Indicamos, como mais um tema interessante para pesquisas posteriores, a verificação empírica dos efeitos dos pagamentos das sessões de psicoterapia tanto para as/os psicoterapeutas como para as/os pacientes. Essa indicação se deve não apenas ao fato de nosso escopo ter sido mais reflexivo ou teórico, mas também por considerarmos que os atravessamentos monetários têm um âmbito bastante singular. Perguntamo-nos, e isso também pode ser objeto de investigações futuras, se as contradições teóricas podem contribuir para o mal estar nas/os psicólogas/os com relação à cobrança de um pagamento, bem como o quanto as/os psicólogas/os sabem das atuais características do dinheiro e do capitalismo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. Apresentação da peça. In: **Anti-Nelson Rodrigues: peça em três atos: peça psicológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- AMATUZZI, M. M. Humanismo e psicologia. In: **Por uma psicologia humana**. 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 10–20.
- BELGIN, S.; LIETAER, B. **New Money for a New World**. 1. ed. Boulder: Qiterra Press, 2011.
- BERDONDINI, L.; COOPER, M.; CORREIA, E. Existential Psychotherapy: An International Survey of the Key Authors and Texts Influencing Practice. **Journal of Contemporary Psychotherapy**, v. 45, 1 mar. 2014.
- BERRY-SMITH, S. F. **Death, freedom, isolation and meaninglessness and the existential psychotherapy of Irvin D. Yalom**. Thesis—[s.l.] Auckland University of Technology, 2012.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood, 1986. p. 241–258.
- BUGENTAL, J. F. T. Humanistic psychology: A new breakthrough. **American Psychologist**, v. 18, n. 9, p. 563–567, 1963.
- BUGENTAL, J. F. T. The Third Force in Psychology. **Journal of Humanistic Psychology**, v. 4, n. 1, p. 19–26, 1 jan. 1964.
- BUNDESBANK, D. **The role of banks, non-banks and the central bank in the money creation process**. Frankfurt: Deutsche Bundesbank, abr. 2017. Disponível em: <<https://www.bundesbank.de/en/publications/reports/monthly-reports/monthly-report-april-2017-667334>>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- BUYS, R. C. A psicologia humanista. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Eds.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005. p. 339–348.
- CANÇADO, C. R. X.; SOARES, P. G.; CIRINO, S. D. O behaviorismo: uma proposta de estudo do comportamento. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Eds.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013. p. 179–194.
- CARPINTERO, H.; MAYOR, L.; ZALBIDEA, M. A. Condiciones del surgimiento y desarrollo de la Psicología Humanista. **Revista de Filosofía**, v. 3, p. 71–71, 1 jan. 1990.
- CASA DA MOEDA DO BRASIL. **Origem do Dinheiro**, 2021. Disponível em: <<http://www.casamoceda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html>>. Acesso em: 24 jun. 2021
- CHANEY, S. The action of the imagination: Daniel Hack Tuke and late Victorian psychotherapeutics. **History of the Human Sciences**, v. 30, n. 2, p. 17–33, 1 abr. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética do Profissional Psicólogo**. 1. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos em Reais (R\$) Valores Atualizados pelo INPC-IBGE até Maio de 2021* para Vigência em 1º Junho/2021**, 2021. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/servicos/tabela-de-honorarios/>>. Acesso em: 24 jun. 2021

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **CFP lança Consulta Pública sobre Psicoterapia como atividade exclusiva para profissionais da Psicologia. Conselho Federal de Psicologia**, 2021. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/cfp-lanca-consulta-publica-sobre-psicoterapia-como-atividade-exclusiva-para-profissionais-da-psicologia/>>. Acesso em: 11 jan. 2022

CORDIOLI, A. V. As principais psicoterapias: fundamentos teóricos, técnicas, indicações e contra-indicações. In: CORDIOLI, A. V. (Ed.). **Psicoterapias: Abordagens atuais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 19–41.

CUSHMAN, P. Psychotherapy to 1992: A Historically Situated Interpretation. In: FREEDHEIM, D. K. et al. (Eds.). **History of psychotherapy: A century of change**. History of psychotherapy: A century of change. Washington, DC, US: American Psychological Association, 1992. p. 21–64.

DECARVALHO, R. J. A history of the “third force” in psychology. **Journal of Humanistic Psychology**, v. 30, n. 4, p. 22–44, 1990.

DECARVALHO, R. J. The institutionalization of humanistic psychology. **The Humanistic Psychologist**, v. 20, n. 2–3, p. 124–135, 1992.

DODD, N. **The social life of money**. 1. ed. Princeton: Princeton University Press, 2014.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. 2. ed. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2018.

ELIAS, V. M. DA S. **Orientações para o uso de uma linguagem inclusiva**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/60268/Linguagem%20inclusiva_notas%20te%cc%81cnica%202021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

ELLENBERGER, H. F. **The Discovery of the Unconscious: The History and Evolution of Dynamic Psychiatry**. 1. ed. Londres: Fontana Press, 1994.

ELLMAN, S. J. The Calling of Psychoanalysis: Can It Exist in a Materialistic Society? **The Candidate**, v. 3, n. 1, p. 49–54, 2008.

FARIA, E. (ED.). **Dicionário Escolar Latino-português**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Material de Ensino (Brasil), 1962.

FEIJOO, A. M. L. C. **A escuta e a fala em psicoterapia: uma proposta fenomenológico-existencial**. 2. ed. Rio de Janeiro: IFEN, 2010.

- FEIJOO, A. M. L. C. Hybris y psicoterapia como posibilidad de rescate de la medida existencial. In: **Fenomenologia e Práticas Clínicas III**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições IFEN, 2020. p. 9–38.
- FEIJOO, A. M. L. C.; MATTAR, C. M. Encontros e desencontros nas perspectivas existenciais em psicologia. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 2, p. 258–274, 1 ago. 2016.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Tradução: Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRANK, J. D. Shared Therapeutic Features of Psychotherapies. In: PICHOT, P. et al. (Eds.). **Psychiatry the State of the Art: Volume 4 Psychotherapy and Psychosomatic Medicine**. Boston, MA: Springer US, 1985. p. 1–5.
- GRAEBER, D. **Debt: the first 5,000 years**. 1. ed. Nova Iorque: Melville House, 2011.
- GUINSBURG, J.; ROSENFELD, A. Romantismo e Classicismo. In: GUINSBURG, J. (Ed.). **O Romantismo**. [s.l.] Perspectiva, 2008. p. 261–274.
- HALDIPUR, C. V. The meanings of psychotherapy. **Psychological Medicine**, v. 15, n. 4, p. 727–732, nov. 1985.
- HOLANDA, A. F. Apresentação. In: **O campo das psicoterapias: reflexões atuais**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012. p. 7–9.
- JÚNIOR, E. J. DE S.; LOPES, M. G.; CIRINO, S. D. A reflexologia soviética: Séchenov, Pavlov e Bechterew. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Eds.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005. p. 169–178.
- KENNEDY, M.; LIETAER, B.; ROGERS, J. **People Money: The Promise of Regional Currencies**. 1. ed. Axminster: Triarchy Press, 2012.
- KIRSCHENBAUM, H.; JOURDAN, A. The Current Status of Carl Rogers and the Person-Centered Approach. **Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training**, v. 42, p. 37–51, 1 mar. 2005.
- LANGAN, R. Do Re Mi. **The Candidate**, v. 3, n. 1, p. 101–103, 2008.
- LOUREIRO, I. Luzes e sombras. Freud e o advento da psicanálise. In: JACÓ-VILELA, A. M.; PORTUGAL, F. T.; FERREIRA, A. A. L. (Eds.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005. p. 371–386.
- MAY, R. Contributions of Existential Psychotherapy. In: MAY, R.; ELLENBERGER, H. F.; ANGEL, E. (Eds.). **Existence: A New Dimension in Psychiatry and Psychology**. Nova Iorque: Basic Books, 1958a. p. 37–91.
- MAY, R. The Origins and Significance of the Existential Movement in Psychology. In: MAY, R.; ELLENBERGER, H. F.; ANGEL, E. (Eds.). **Existence: A New Dimension in Psychiatry and Psychology**. Nova Iorque: Basic Books, 1958b. p. 3–36.

MAY, R. Fundamentos Existenciais da Psicoterapia. In: MAY, R. (Ed.). **Psicologia Existencial**. Tradução: Ernani Pereira Xavier. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986a. p. 83–96.

MAY, R. O Surgimento da Psicologia Existencial. In: **Psicologia existencial**. Tradução: Ernani Pereira Xavier. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986b. p. 1–56.

MAY, R. **The discovery of being: Writings in Existential Psychology**. 1. ed. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1994.

MCLEAY, M.; RADIA, A.; THOMAS, R. **Money creation in the modern economy**. [s.l.] Bank of England, 2014. Disponível em: <<https://www.bankofengland.co.uk/-/media/boe/files/quarterly-bulletin/2014/money-creation-in-the-modern-economy.pdf?la=en&hash=9A8788FD44A62D8BB927123544205CE476E01654>>.

MONTEIRO, D. B. DA R.; JACÓ-VILELA, A. M. Fios, seduções e olhares: os primórdios “psi” nas terapias para corpos e mentes perturbados. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Eds.). **História da Psicologia: rumos e percursos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005. p. 141–158.

MUZIO, T. D. **The Tragedy of Human Development: A Geneology of Capital as Power**. 1. ed. Londres: Rowman & Littlefield, 2018.

MUZIO, T. D.; ROBBINS, R. H. **An Anthropology of Money: A Critical Introduction**. 1. ed. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2017.

NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1955.

PIETA, M. A. M. **Psicoterapia pela internet: a relação terapêutica**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução: Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PROTASIO, M. M. et al. A importância do amor na prática clínica de Binswanger. **ACTA PSIQUIÁTRICA Y PSICOLÓGICA DE AMÉRICA LATINA**, v. 3, n. 67, p. 201–215, 2021.

RICE, L.; GREENBERG, L. Humanistic Approaches to Psychotherapy. In: FREEDHEIM, D. K. et al. (Eds.). **History of psychotherapy: A century of change**. History of psychotherapy: A century of change. Washington, DC, US: American Psychological Association, 1992. p. xxxiii, 930.

RODRIGUES, N. F. **Anti-Nelson Rodrigues: peça em três atos: peça psicológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ROGERS, C. Duas Tendências Divergentes. In: MAY, R. (Ed.). **Psicologia Existencial**. Tradução: Ernani Pereira Xavier. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986. p. 97–106.

ROGERS, C. **Tornar-se pessoa**. Tradução: Manuel José do Carmo Ferreira. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

ROGERS, C. R. The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change. **Journal of Consulting Psychology**, v. 21, n. 2, p. 95–103, 1957.

ROGERS, C. R. A theory of therapy, personality, and interpersonal relationships, as developed in the client-centered framework. In: KOCH, S. (Ed.). **Psychology: A Study of a Science**. 1. ed. [s.l.] McGraw-Hill, 1959. v. 3p. 184–256.

ROGERS, C. R. **A way of being**. 1. ed. Boston, MA: Houghton Mifflin Company, 1980.

ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução: Paulo Neves. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SIMMEL, G. **The Philosophy of Money: Third Enlarged Edition**. Tradução: Tom Bottomore; Tradução: David Frisby. 3. ed. [s.l.] Routledge, 2004.

TUDOR, K.; WORRALL, M. The unspoken relationship: financial dynamics in freelance therapy. In: CLARK, J. (Ed.). **Freelance Counselling and Psychotherapy: Competition and Collaboration**. Londres: Brunner-Routledge, 2002. p. 83–92.

WAMPOLD, B. E. Contextualizing psychotherapy as a healing practice: Culture, history, and methods. **Applied and Preventive Psychology**, v. 10, n. 2, p. 69–86, 1 mar. 2001.

WERNER, R. A. Can banks individually create money out of nothing? — The theories and the empirical evidence. **International Review of Financial Analysis**, v. 36, p. 1–19, 1 dez. 2014.

YALOM, I. D. **Existential Psychotherapy**. 1. ed. Nova Iorque: Harper Collins, 1980.

YALOM, I. D. **Os desafios da terapia**. Tradução: Vera de Paula Assis. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

YALOM, I. D. **O Carrasco do Amor**. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. 1. ed. [s.l.] Ediouro, 2007.